



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEDC - *CAMPUS I*
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E TECNOLOGIAS
APLICADAS À EDUCAÇÃO - GESTEC**

ANDREIA RÊGO DA SILVA REIS

**POLÍTICA DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO PARA PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL BAIANO – *CAMPUS*
GUANAMBI**

**SALVADOR
2017**

ANDRÉIA RÊGO DA SILVA REIS

**POLÍTICA DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO PARA PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL BAIANO – *CAMPUS*
GUANAMBI**

Dissertação apresentada à Universidade Estadual da Bahia-UNEB como parte das exigências do Programa de Mestrado em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação - GESTEC para a obtenção do título de Mestra.
Orientação: Profa. Dra. Célia Tanajura Machado

**SALVADOR
2017**

Reis, Andreia Rêgo da Silva

Política de diversidade e inclusão para pessoas com deficiência no Instituto Federal Baiano Campus Guanambi / Andreia Rêgo da Silva Reis – Salvador, 2017. 129f.

Orientadora: Célia Tanajura Machado.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação . Campus I.

Contém referências e apêndices.

1. Educação inclusiva. 2. Integração social. 3. Deficientes - Brasil - Política social. I. Machado, Célia Tanajura. II. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação.

CDD: 371.9

ANDREIA REGO DA SILVA REIS

**POLÍTICA DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO PARA PESSOAS COM
DEFICIÊNCIA NO INSTITUTO FEDERAL BAIANO – *CAMPUS*
GUANAMBI**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestra em Gestão e
Tecnologias Aplicadas à Educação, Universidade Estadual da Bahia

Salvador, 15 de fevereiro de 2017.

BANCA DE DEFESA

**Prof.^a Dr.^a Célia Tanajura Machado
Universidade do Estado da Bahia (Orientadora)**

**Prof.^a Dr.^a Patrícia Lessa Santos
Universidade do Estado da Bahia**

**Prof. Dr. Delfran Batista dos Santos
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano**

Dedico aos meus filhos amados esta conquista e que sirva de motivação e incentivo para a longa caminhada que têm para percorrer, rumo a construção do saber.

Aos meus amados pais, que com muita dedicação souberam oferecer as maiores riquezas que um homem pode ter; o amor e a educação. Essas foram a minha base para construir toda a minha vida.

Aos colegas que, ao longo da jornada, possibilitaram momentos de alegrias, cumplicidade e de muita amizade.

E a todas as pessoas que encontrei em minha caminhada enquanto educadora e que foram incentivadoras para que eu pudesse continuar firme no meu propósito e, assim, contribuir para a construção de uma educação de qualidade e uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

AGRADECIMENTOS

À Deus pela oportunidade de vida concedida a mim, pela força e coragem inspiradas a mim para que eu pudesse enfrentar as lutas, as dificuldades encontradas pelo caminho, não me deixando desistir e, sobretudo, permitido muitas vitórias.

Aos meus pais, que sempre lutaram para ofertar um lar envolto de valores, humildade, amizade, respeito e, para que todos nós, pudéssemos ter uma vida digna e nos tornarmos pessoas melhores e cidadãos de bem.

Aos meus filhos, que souberam entender as minhas ausências, me apoiaram e sempre me deram força para não desistir. Souberam entender os meus momentos de dificuldade e stress. Me incentivaram a seguir em frente.

Aos colegas de Mestrado, especialmente Cosme Jorge, Antônio, Diele, Patrícia, Cristiane Silveira, pela linda oportunidade de conviver ao longo desses vinte quatro meses, compartilhando momentos alegres, tristes, desafiadores, com muito entusiasmo, aprendizado e, acima de tudo, respeito, carinho e amizade.

À minha orientadora, Professora Célia Machado por seu incansável interesse, por sua paciência, compreensão e incentivo nas horas em que as dificuldades ameaçaram tomar conta de mim e me fizeram sentir impotente, parecia que ia fracassar, ela sempre com palavras que me devolviam a força e coragem para prosseguir, possibilitando me reencontrar e acreditar que era possível. Meu muito obrigada, professora.

Aos participantes da pesquisa, pois sem eles não seria possível concretizar o trabalho. E, por fim, a toda equipe do Gestec, que prontamente atendia as nossas solicitações e concedia a todos nós informações, orientações necessárias para o nosso percurso acadêmico.

Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.

Madre Teresa de Calcutá

LISTA DE SIGLA E ABREVIATURAS

ADI	Assessoria de Diversidade e Inclusão
AEE	Atendimento Educacional Especializado
CEPLAC	Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
EBTT	Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
EMARC	Escolas Média Agropecuária
EP	Educação Profissional
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
IF BAIANO	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano
IFE	Instituto Federal de Educação
IFETs	Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
NAMES	Núcleo de Apoio ao Adolescente sob Medidas Socioeducativas
NAPNE	Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
NAPRA	Núcleo de Apoio, Prevenção e Ressocialização de Adictos
NEABI	Núcleo de Estudo Afro-brasileiro e Indígena
NECT	Núcleos de Estudos de Comunidades Tradicionais
NEDS	Núcleo de Estudos sobre Diversidade Sexual
NEIMU	Núcleo de Estudos de Inclusão da Mulher
NEITI	Núcleo de Educação e Inclusão da Terceira Idade
NEPA	Núcleo de Educação para Apenados
NESC	Núcleo de Educação para a Sustentabilidade do Campo
PCD	Pessoa com deficiência
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPP	Projeto Político pedagógico
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão
SEMTEC	Secretaria de Educação Média e Tecnológica
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

TAE Técnicos em Assuntos Educacionais

TCLE Termo de Compromisso consentimento Livre e Esclarecido

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

GRÁFICO 1 – MATRÍCULA DE ESTUDANTES PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM ESCOLAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA.....	33
TABELA 1 – COMPOSIÇÃO DO NAPNE NO IF BAIANO	41
GRÁFICO 2 – NÍVEL DE FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DOCENTES DO <i>CAMPUS</i> GUANAMBI	46
FONTE: ELABORADO PELA AUTORA	46
TABELA 2 – MAPEAMENTO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA E /OU NECESSIDADES ESPECÍFICAS NO IF BAIANO 2015/2016.	46
GRÁFICO 3 – ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MATRICULADOS NO IF BAIANO – <i>CAMPUS</i> GUANAMBI.....	47
TABELA 3 – ALUNOS COM NEE POR CURSOS NO <i>CAMPUS</i> GUANAMBI	57
TABELA 4 – TEMPO E ÁREA /DISCIPLINA DE ATUAÇÃO DOCENTE NO IF BAIANO.....	57
TABELA 5 – CONCEPÇÕES SOBRE A POLÍTICA DA DIVERSIDADE E INCLUSÃO.....	58
TABELA 6 – ADEQUAÇÕES METODOLÓGICAS, ESTRATÉGIAS E CONTRIBUIÇÕES DA POLÍTICA DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO NO IF BAIANO.....	59
TABELA 7 – PROFESSORES ATUANTES EM MAIS DE UM CURSO COM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA	62
TABELA 8 – TEMPO DE ATUAÇÃO NA INSTITUIÇÃO DOS TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS	68
TABELA 9 – TEMPO DE ATUAÇÃO DOS ENTREVISTADOS COMO GESTORES NA INSTITUIÇÃO	68

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – AÇÕES DO IF BAIANO PARA PERMANÊNCIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA INSTITUIÇÃO.....	61
QUADRO 2 – ESTRATÉGIAS PARA A ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS FÍSICAS, DE COMUNICAÇÃO E ATITUDINAL E EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO.....	64
QUADRO 3- DIFICULDADES ENFRENTADAS PARA SE GARANTIR A PERMANÊNCIA DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NA INSTITUIÇÃO.....	65
QUADRO 4 – ESTRATÉGIAS DO PROFESSOR PARA GARANTIA DA PERMANÊNCIA E DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA	66
QUADRO 5 - AÇÕES PRECONIZADAS PELA POLÍTICA DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO SEGUNDO OS TAES.....	70
QUADRO 6 - AÇÕES PRECONIZADAS PELA POLÍTICA DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO SEGUNDO OS GESTORES.....	70
QUADRO 7 - ENVOLVIMENTO DOS GESTORES NA POLÍTICA DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO – CONCEPÇÃO DOS GESTORES.....	72
QUADRO 8 - ENVOLVIMENTO DOS GESTORES NA POLÍTICA DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO – CONCEPÇÃO DOS TAES.	73
QUADRO 9- ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELOS GESTORES PARA APLICABILIDADE DA POLÍTICA DE INCLUSÃO NO IF BAIANO – <i>CAMPUS</i> GUANAMBI	75
QUADRO 10 - EXISTÊNCIA DE PLANEJAMENTO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO IF BAIANO- <i>CAMPUS</i> GUANAMBI	79
QUADRO 11- EXISTÊNCIA DE PLANEJAMENTO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO IF BAIANO- <i>CAMPUS</i> GUANAMBI - TAES	80

RESUMO

A presente dissertação trata-se de uma pesquisa, cujo objetivo foi analisar a Política da Diversidade e Inclusão do IF Baiano da perspectiva da promoção do acesso e permanência de pessoas com deficiência nas atividades ofertadas pelo Instituto. Constituiu-se de uma investigação de cunho qualitativo, caracterizada como interpretativa e crítica e foi realizada, especialmente, por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, utilizando-se de questionários e entrevistas semiestruturada como instrumentos de coleta de dados. Foram participantes do estudo quinze alunos com necessidades específicas (NEE), dez professores atuantes em salas onde se encontram inseridos os discentes com NEE, três gestores (Diretor geral, Coordenador de Ensino e Coordenador de Assuntos Estudantis) e dois técnicos atuantes no Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne). No estudo abordou-se aspectos históricos da Educação Especial na perspectiva inclusiva no Brasil, explicitando, de forma contextualizada, aspectos importantes do processo de inclusão da pessoa com deficiência no país e também sobre a Política da Diversidade e Inclusão do IF Baiano e a Implantação do Napne, que se constitui um elemento norteador das ações em prol da inclusão de pessoas com deficiência na instituição. O principal desafio deste intento foi revelar se e de que forma a Política de Inclusão contribui para a permanência exitosa dos alunos com deficiência no processo de ensino aprendizagem. Os resultados obtidos respondem ao desafio deste intento e possibilitam apresentar uma proposta de reestruturação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne) do IF Baiano – *Campus* Guanambi, consolidando o acompanhamento e monitoramento do processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência para que seja efetivado o processo inclusivo na instituição.

Palavras-chaves: Política de Diversidade e inclusão. Pessoa com Deficiência. IF Baiano. Inclusão. Gestão do Napne.

ABSTRACT

This master thesis analyses how the diversity policy and social inclusion are addressed in the curriculum of the Instituto Federal Baiano for promoting social and educational interaction of people with disabilities. It has been done a thorough investigation by means of a bibliography research a field search and a questionnaire as well as semi-structured interview to fifteen students with specific needs (SSN), ten teachers with a background on teaching such students, three educational coordinators and two administrative technicians from the Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) [Supporting center to people with special needs] for data collection. The historical outlook of the special education were approached in this study as also important aspects of the process of inclusion of people with disabilities and how to put in effect the already mentioned center which is a guiding element for promoting affirmative actions. Thus, this study showed how the inclusion policies can ensure and strengthen the successful teaching-learning process for giving a better support to people with disabilities in the Instituto Federal Baiano in the city of Guanambi in Bahia.

Key words: Diversity Policy and Inclusion. People with disabilities. IF Baiano. Inclusion. Management of the Napne Center.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	16
2	CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA NO BRASIL.....	23
2.1	DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO: DESAFIO A SER VENCIDO	29
2.1.1	INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: DOS DOCUMENTOS LEGAIS À PRÁTICA	32
3	POLÍTICAS DE INCLUSÃO NO INSTITUTO FEDERAL BAIANO E A IMPLANTAÇÃO DO NAPNE	37
4	PRESSUPOSTOS EPSTEMOLÓGICOS DA PESQUISA.....	43
4.1	CARACTERIZAÇÃO DO <i>LÓCUS</i> DA PESQUISA.....	45
4.2	A CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA-INVESTIGATIVA: ABORDAGEM, ESTRATÉGIA E INSTRUMENTOS	47
4.2.1	ANÁLISE DE DADOS.....	53
5	POLÍTICA DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO IF BAIANO	56
5.1	O QUE INDICA A PESQUISA – QUESTIONÁRIO.....	56
5.1.1	CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS PARTICIPANTES	56
5.1.2	DADOS RESULTANTES DA PESQUISA	58
5.2	O QUE NOS APONTA A PESQUISA DE CAMPO – ENTREVISTAS.....	67
5.2.1	PERFIL DOS ENTREVISTADOS.....	67
5.2.2	POLÍTICA DE INCLUSÃO NO INSTITUTO.....	68
5.2.2.1	Significado de Inclusão.....	69
5.2.2.2	Ações preconizadas pela Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano.....	69
5.2.2.3	Dificuldades e contribuições da Política de Diversidade e Inclusão para a permanência e aprendizagem do aluno com NEE na instituição.....	73
5.2.2.4	Planejamento para atendimento das necessidades dos alunos com deficiência e o Napne.....	78
5.3	SÍNTESE DOS RESULTADOS.	83
6	POLÍTICA DA DIVERSIDADE E INCLUSÃO COM FOCO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO CAMPUS GUANAMBI: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES	86
6.1	AÇÕES INCLUSIVAS PARA PERMANÊNCIA EXITOSA DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA A PARTIR DA POLÍTICA DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO: IMPLICAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	86
6.2	PLANEJAMENTO DAS AÇÕES INCLUSIVAS E O NAPNE.....	91
7	TECENDO IDEIAS: A PROPOSTA DE PRODUTO	96
7.1	TÍTULO DA PROPOSTA	98

7.2	OBJETIVO CENTRAL	98
7.2.1	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	98
7.3	METAS.....	99
7.4	PÚBLICO ALVO	100
7.5	CRONOGRAMA	101
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	103
	REFERÊNCIAS	106
	APÊNDICES.....	113
	APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO APLICADO- PESQUISA DE CAMPO	114
	APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO APLICADO – PESQUISA DE CAMPO	117
	APÊNDICE 3- ROTEIRO DE ENTREVISTA – PESQUISA DE CAMPO.....	120
	APÊNDICE 4- ROTEIRO DE ENTREVISTA – PESQUISA DE CAMPO	122
	APÊNDICE 5- TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – (ALUNO COM DEFICIÊNCIA)	124

1 INTRODUÇÃO

Por volta da segunda metade do século XX, com a intensificação dos movimentos sociais de luta contra todas as formas de discriminação que impedem o exercício da cidadania das pessoas com deficiência, emerge, em nível mundial, a defesa de uma sociedade inclusiva. No decorrer desse período histórico, fortalece-se a crítica às práticas de categorização e segregação de estudantes encaminhados para ambientes especiais, que conduzem, também, ao questionamento dos modelos homogeneizadores de ensino e de aprendizagem, geradores de exclusão nos espaços escolares (BRASIL, 2012).

Após a Conferência Mundial de Educação para Todos (Jomtien, 1990), reforçada pela Conferência Mundial de Educação Especial (Salamanca, 1994), há uma crescente e expressiva produção científica na área da Educação Especial, que busca definir os caminhos para a escolarização de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais, cabendo, aqui, destacar Lei Federal 10.436 de 24 de abril de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais – Libras, como língua oficial da comunidade surda e segunda língua oficial do país e o Decreto Federal 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que regulamenta a Lei Federal 10.436 e o art.18 da Lei Federal 10.098, de 19 de dezembro de 2000 que estabelece as normas gerais para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, além dos estudos desenvolvidos por pesquisadores que tratam da educação inclusiva e do atendimento educacional especializado (MANTOAN, 1998; MAZZOTA, 1996; MANTOAN, 2007).

No Brasil, a Constituição de 1988 contempla dispositivos que garantem o direito à educação de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais, preferencialmente, na rede regular de ensino. Contudo, um movimento maior só foi percebido quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96) reforçou os pressupostos da escola inclusiva, sinalizando, em seu artigo 58, que a Educação Especial deve ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996).

A Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), ratificada no Brasil pelos Decretos Federais 186/2008 (BRASIL, 2008) e 6.949/2009. Este último, em seu artigo 9º, afirma que:

[...] a fim de possibilitar às pessoas com deficiência viver com autonomia e participar plenamente de todos os aspectos da vida, os Estados Partes deverão tomar as medidas apropriadas para assegurar-lhes o acesso, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação (BRASIL, 2009).

Esse movimento levou a União, os Estados e os Municípios a definirem políticas públicas e criarem documentos legais que assegurem o direito à igualdade de acesso e permanência na escola comum às pessoas com deficiência, de forma que o ensino vise o pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania.

Dentre estes e outros documentos produzidos, desde então, foi elaborado, em 2008, o documento denominado como “Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva”. Este documento objetiva a orientação dos sistemas de ensino a promover respostas às necessidades educacionais especiais dos alunos, reforçando os princípios da escola inclusiva. Nessa perspectiva, a educação especial passa a ser transversal desde a educação infantil até o ensino superior e passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular.

Autores como Favero (2007), Mantoan (2011), Figueredo (2010), Damázio (2007), dentre outros, advogam em defesa da inclusão total. Esses autores corroboram o pensamento de que a atenção aos alunos com necessidades educacionais especiais tem se modificado ao longo de todo processo histórico de transformação social e enfatizam que a Política Nacional de Educação Especial (2008) representa um avanço para que a perspectiva da inclusão escolar se concretize. Em contrapartida autores como: Arnal e Mori (2007) e Mendes (2006) apontam que é necessária a cautela, pois não é qualquer tipo de acesso à educação que atende aos princípios de igualdade de acesso e permanência na escola.

Partindo dessas considerações, torna-se necessário analisar o contexto educacional frente à nova conjuntura; a forma como as escolas vêm se estruturando para garantir o acesso e a permanência de alunos com deficiência nos diversos espaços de aprendizagem e a importância da Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Inclusão de pessoas com deficiência.

De acordo com Decreto Federal 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial e o atendimento educacional especializado, corroborando com as orientações para consolidação de um sistema educacional inclusivo, a educação especial é definida como uma modalidade transversal de ensino que perpassa por todos os níveis, etapas e modalidades e tem como público alvo, os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, utilizando como principal serviço o Atendimento Educacional Especializado (BRASIL, 2011).

Favero (2007) esclarece que o atendimento educacional especializado (AEE) é uma forma de garantir que sejam reconhecidas as particularidades de cada aluno com deficiência. Frente a esse cenário, surgem várias ações e programas integrados ao campo do ensino, visando à consagração dos direitos humanos, da melhoria da qualidade educacional, da garantia de direito e igualdade de tratamento e de oportunidades. Dentre essas ações, cabe destacar a implantação da Política da Diversidade e inclusão do Instituto Federal Baiano (IFBaiano), aprovada pela Resolução nº 12/2012 do Conselho Superior do IF Baiano, elaborada a partir de diversas consultas aos documentos legais que norteiam a Política Nacional de Educação do país.

É oportuno salientar que a implementação de políticas públicas que tratam da diversidade e inclusão é uma questão de grande relevância em âmbito nacional, pois objetiva promoção de alternativas capazes de garantir os direitos das pessoas, com ou sem deficiência, respeitando a diversidade humana. Assim, ao compreendermos a educação como um direito social, é indispensável que se reconheça e valorize o direito à diferença. Nesse sentido, a educação numa perspectiva inclusiva, precisa ser levada a sério, não só pelos educadores, mas também por todos os atores sociais.

Como profissional da educação atuei na Educação Básica da rede municipal de Guanambi ao longo de dezessete anos. Inicialmente atuei nas séries Finais do ensino fundamental e, posteriormente, passei a atuar na Educação Especial, no Centro de Educação Inclusiva Operacional (Creio), realizando atendimento especializado para alunos com surdez, deficiência múltipla e surdocegueira.

Ao longo do meu percurso profissional na rede municipal tive a oportunidade de participar de diversos eventos voltados para as discussões sobre a Educação Inclusiva. Dentre eles, destaca-se Curso de Aperfeiçoamento em Educação Especial. Formação de Professores na Área de Deficiência Visual, em 2011, 2º Seminário da Diversidade Bilíngue- Em busca de

Caminhos: Inclusão e Bilinguismo, além de ter ministrado palestras sobre a temática em diversos espaços sociais e eventos acadêmicos.

Posteriormente, após meu ingresso na Rede Federal de Ensino, no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano- IF Baiano - *Campus* Guanambi, para atuação na docência, ministrando o componente curricular Língua Brasileira de Sinais (Libras) tive também a oportunidade de atuar como Coordenadora do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (Napne). Nesse período, estive presente no I Seminário de diversidade, inclusão e Política de Assistência Estudantil do IF Baiano, Diversidade, Inclusão e Política Estudantil, em 2013. A participação nesse evento permitiu novos olhares sobre a temática, bem como trouxe muitas reflexões acerca do processo de inclusão no contexto do IF Baiano.

Particpei, como mediadora, em 2013, da I Reunião de Fóruns e Seminários dos Cursos Superiores do IF Baiano, Educação, Diversidade etnorracial e inclusão, realizada no *Campus* Senhor do Bonfim, em Senhor do Bonfim-BA. O evento possibilitou discussões relevantes sobre o Contexto da Educação Superior, além de discutir concepções inerentes à ideia de inclusão e pertencimento, valorização e respeito do ser social.

Como coordenadora do Napne, pude desenvolver ações pedagógicas e mobilizações para a inclusão das pessoas com deficiência no Instituto. A exemplo, vale destacar a produção de uma cartilha contendo informações e orientações sobre como lidar com as pessoas com necessidades educacionais específicas. A cartilha foi distribuída para a comunidade acadêmica, a partir de um encontro com toda a comunidade.

Além das ações já mencionadas, ao longo dos três anos de atuação no IF Baiano, também tive a oportunidade de participar da Comissão de Elaboração do Regimento do Núcleo de Atendimentos às Pessoas com Deficiência (Napne). Juntamente com os demais membros da comissão, elaboramos o Regimento que se constituiu um importante documento norteador das atribuições dos membros no núcleo e das ações a serem desenvolvidas em favor do público alvo do Napne.

Em 2014, a convite do Magnífico Reitor do IF Baiano, atuei como presidente da Comissão Especial de Acessibilidade. A comissão foi formada por servidores (professores e engenheiro) efetivos dos *campi* de Valença, Teixeira de Freitas, Uruçuca, Santa Inês e contou com a representação de alunos com deficiência dos *campi* Guanambi e Santa Inês. Coube a referida comissão, o papel de realizar o diagnóstico das condições de acessibilidade arquitetônica do IF Baiano. A partir desse trabalho, elaboramos um relatório expondo as reais

condições de cada *Campus*, no que diz respeito a acessibilidade, bem como apresentamos orientações e sugestões das possíveis adequações para que os *campi* se tornem, de fato acessíveis e atendam as demandas, de acordo às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), NBR 9050.

Ressalta-se que o relatório produzido pela Comissão de Acessibilidade foi distribuído para todos os *campi* e foi estabelecido pela Reitoria que o referido documento serviria de instrumento norteador das ações a serem implementadas nos *campi* para a garantia de um ambiente acessível e inclusivo. Recentemente, também a convite da Reitoria, participei da Reunião de Dirigentes do IF Baiano. A minha participação esteve voltada para a discussão da nova Lei de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei Federal nº 13.146 de 06 de julho de 2015. Na oportunidade, discutimos pontos específicos para a inclusão da pessoa com deficiência no contexto educacional. As discussões trouxeram muitos questionamentos e inquietações por parte dos gestores, e, com isso, se evidenciou a necessidade de novas discussões e momentos para que a temática seja mais amplamente analisada e compreendida. Frente a isso, ficou estabelecido que seria criada uma Comissão para, junto à Pró-Reitoria de Ensino do IF Baiano e a Assessoria de diversidade e Inclusão (ADI) discutir e rever pontos importantes para que seja possível implementar todas as ações necessárias para o processo de inclusão.

Muitas foram as ações que realizei ao longo dos meus três anos de percurso profissional no IF Baiano. Muitas foram e são as vivências. E, é a partir delas que surgiram muitas reflexões e inquietações acerca do processo de inclusão de pessoas com deficiência no IF Baiano, o que tornam latentes as indagações sobre a Política da Diversidade e Inclusão implantada na instituição.

Este foi um grande desafio, visto que, no cenário atual do IF Baiano, tem sido crescente o ingresso de pessoas com necessidades educacionais específicas em classes regulares de ensino tanto no ensino médio como no superior. No entanto, cabe ressaltar que, não se pretendeu aqui, responder a todas as inquietações sobre o tema em estudo, mas contribuir para as novas discussões sobre a Política de Diversidade e Inclusão e o aprofundamento dos estudos científicos sobre o processo de inclusão no Instituto Federal Baiano.

Na conjuntura atual, ao se discutir a Política da Diversidade e Inclusão para pessoas com deficiência no IF Baiano, esperamos poder contribuir com as discussões realizadas no âmbito da educação na perspectiva da inclusão e, assim, trazer respostas concretas e ações que

favoreçam, de fato, a consolidação da inclusão e do exercício da cidadania das pessoas com deficiência. Diante disso, as ações desenvolvidas a partir da implantação da Política da Diversidade e Inclusão no IF Baiano, as quais são enfatizadas neste estudo, constituíram-se em importantes objetos desta pesquisa, uma vez que permitiram uma análise das reais contribuições no tocante ao acesso e permanência no processo de ensino aprendizagem e inclusão que essa política tem dispensado ao seu público.

Diante desse contexto e frente ao que a pesquisa exploratória demonstrou, se evidenciou a necessidade de aprofundar a investigação sobre o processo inclusivo que vem sendo realizado no IF Baiano para responder à todas as inquietações sobre a temática, especialmente, buscar resposta para a questão, a saber: A Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano, no *Campus* de Guanambi, promove o acesso e permanência do aluno com deficiência às atividades ofertadas pelo Instituto?

Desse modo, considerou-se relevante para compreensão e a consolidação do processo de inclusão no Instituto investigar sobre a política de diversidade e inclusão para pessoas com deficiência no IF Baiano- *Campus* Guanambi. Permite-se, assim, um novo olhar sobre a forma como vem sendo efetivada as ações em prol da inclusão e do processo de ensino aprendizagem desse público na instituição e que ainda necessita ser questionada e bem discutida.

A pesquisa teve como *locus* o IF Baiano-*Campus* Guanambi, localizado na Zona Rural de Guanambi-Bahia. A abordagem metodológica foi de cunho qualitativo, tendo como estratégia a pesquisa de campo de natureza interpretativa crítica. Para a recolha das informações, se utilizou da pesquisa bibliográfica, documental, observação participante, entrevista semiestruturada e questionários, aplicadas a um total de 30 participantes que serão melhor descritos em seção posterior. A análise dos resultados foi realizada por meio da técnica de Análise de Conteúdo, a partir de categorias e dimensões, por meio dos quais foram organizados os dados coletados e, posteriormente, interpretados para, assim, evidenciarem os resultados, que serão melhor detalhados na seção específica.

O presente estudo se encontra organizado em seções, a saber: Primeira seção traz o referencial teórico, abordando as categorias: Contexto histórico da Educação Especial na perspectiva inclusiva no Brasil, expondo os principais marcos históricos da luta das pessoas com deficiência; Da exclusão à Inclusão: desafio a ser vencido; trazendo conceitos e reflexões para que se possa compreender o contexto da inclusão; Inclusão de alunos com deficiência: dos documentos legais à prática; Políticas de Inclusão no Instituto Federal Baiano e a

implantação do Napne. Na segunda seção, faz-se referência aos pressupostos metodológicos em que se encontra embasada o presente estudo, explicitando o porquê da escolha da pesquisa de campo, bem como os diversos instrumentos utilizados para coleta das informações, com vistas a garantir a precisão das análises e a científicas do estudo. Na sequência, apresenta-se a análise de dados, com vistas a explicitar os caminhos escolhidos e as perspectivas para a interpretação dos resultados encontrados. Resultados diretos da pesquisa que trata das informações e dados que resultaram da pesquisa, além das análises realizadas. O marco teórico que traz uma síntese da revisão de literatura, de modo a possibilitar maior compreensão e ampliar conhecimentos sobre a temática, relacionando com o objeto de pesquisa, e, por fim, a última seção, denominada “Tecendo ideias”, apontando como os resultados responderam a pesquisa de modo a alcançar os objetivos traçado para o intento e propondo, à partir dos resultados obtidos, a reestruturação do Napne, com vistas a implementar ações e projetos, bem como as condições necessárias para o processo de ensino aprendizagem e viabilizar a consolidação da inclusão de pessoas com deficiência no contexto educacional do Instituto, contribuindo para o pleno desenvolvimento desses atores sociais.

Vale salientar que, o conteúdo dessa dissertação também poderá servir de reflexão para as demais instituições de ensino, bem como contribuir para a consolidação do processo de inclusão das pessoas com deficiência.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA NO BRASIL

Até os anos 50, não se tinha conhecimento da Educação Especial no Brasil. As pessoas com algum tipo de deficiência eram privadas do convívio social. Muitas crianças, ao longo do século XVII, eram abandonadas nas ruas, portas dos conventos e igrejas e, morriam de fome, sede e frio.

Segundo Mantoan (2001), a história da Educação de pessoas com deficiência no Brasil, pode ser percebida em três períodos: entre 1854 a 1956, o período foi marcado por ações de caráter privado. No período compreendido entre 1957 a 1993, surgem ações no âmbito nacional e no último período, que vai de 1993 até a atualidade, as mobilizações sociais intensificam as discussões e ações inerentes aos processos de inclusão escolar.

O marco histórico da educação especial no Brasil se consolida a partir do século XIX, com a criação do Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro, em 1854, que em 1891 passou a chamar Instituto Benjamim Constant (IBC). Ainda nesse período, foi fundado, também no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Surdos-mudos, pelo então imperador D. Pedro II, hoje denominado Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Para Teixeira (1968), a criação desses institutos se constitui um ato significativo, dado o longo período de omissão e estagnação na educação de pessoas com deficiência.

Na década de 30, Helena Antipoff, psicóloga russa que chega ao Brasil, cria os Serviços de Diagnósticos e classes especiais nas escolas públicas, primeiramente em Minas Gerais e, posteriormente, estendendo-se para outros estados. Antipoff também foi responsável pela criação da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais. Além disso, contribuiu para a fundação da Escola para Crianças Excepcionais, objetivando a integração entre comunidade rural e a escola (CAMPOS, 2003). Outra forte influência da psicóloga no processo histórico da Educação Especial no Brasil, foi a participação no movimento para implantação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, em 1954.

A Educação Especial, em seu processo histórico, estruturou-se com base no atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino regular (BRASIL, 2010). Mais tarde, em 1961, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 4.024/61, o direito educacional das pessoas com deficiência passa a ser estabelecido como direito preferencialmente dentro do sistema geral de ensino (BRASIL, 2010).

É importante mencionar que, ao longo da história da humanidade, a pessoa com deficiência era segregada, uma vez que fugia dos padrões de normalidade impostos pela sociedade. Eram vistas como incapazes e improdutivas. As primeiras publicações sobre os trabalhos sobre a educação de pessoas com deficiência datam-se de 1915, como é o caso do trabalho do professor Clementino Quaglo, intitulado “A Educação da Infância Anormal da Inteligência no Brasil”, dentre outras (MAZZOTA, 2005)

Entretanto, apesar das Diretrizes que embasavam a educação especial, o contexto não atendia as reais necessidades dos “excepcionais”. Neste período, o que se observava era o encaminhamento mais acentuado dessas crianças para o ensino especial, consolidando, assim, a exclusão e a segregação. Nesse cenário, a Lei nº 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, vem reforçar o encaminhamento dos alunos com deficiência para as escolas e classes especiais, ao definir “tratamento especial” para alunos com deficiência intelectual, física, dentre outras (BRASIL, 2010).

Em 1973, com vistas a gerenciar a Educação Especial no Brasil e impulsionar as ações educacionais em prol das pessoas com deficiência, foi criado, no Ministério da Educação e Cultura (MEC), o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP). Esse foi o primeiro órgão oficial para a definição das políticas da Educação Especial, no Brasil. Entretanto, ainda mantinha uma visão assistencialista e iniciativas isoladas do Estado. Segundo documento publicado pelo MEC (BRASIL, 2010),

Nesse período, não se efetiva uma política pública de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de Políticas Especiais para tratar da educação de alunos com deficiência. No que se refere aos alunos com superdotação, apesar do acesso ao ensino regular, não é organizado um atendimento especializado que considere suas singularidades (BRASIL, 2010, p. 11).

A legislação brasileira, no tocante às pessoas com deficiência é intensificada a partir de movimentos mundiais, que estabeleceram diretrizes para a educação. A Constituição Brasileira (1988) já garantia os direitos à educação para todos, sem discriminação. Em 1990, na Tailândia, foi assinada a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, o que vem corroborar o que já era estabelecido pela Constituição Federal. Quatro anos mais tarde, em 1994, outro documento de relevância para a luta em defesa da pessoa com deficiência, a Declaração de Salamanca, passa a influenciar as políticas em defesa da educação na perspectiva inclusiva.

A Declaração preconiza que as escolas regulares que adotem um caráter inclusivo são os instrumentos mais eficazes para o combate à exclusão e discriminação. Traz ainda que todo e qualquer aluno com necessidades educacionais especiais devem ser inseridos na escola regular, independentemente de suas condições físicas, intelectuais e sociais (BRASIL, 2006).

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, preconiza o atendimento às pessoas com deficiência, em escola regular, assegurando aos alunos, currículos, métodos, organização e recursos para o atendimento às necessidades específicas (BRASIL, 2010).

Desse modo, os documentos supracitados passaram a nortear a formulação das políticas da educação inclusiva, no Brasil e no mundo. Todavia, para Capellini (2012), “[...] a legislação, mesmo que afinada com as vertentes mundiais de inclusão, ainda não representa a efetiva inclusão”.

Como ilustração de que as legislações existentes no Brasil ainda não garantem, de fato, acesso e permanência com êxito das crianças com deficiência na escola, vale destacar outros movimentos mundiais que tratam da questão como: Declaração de Guatemala, em 1999; Convenção Internacional para a proteção e promoção dos direitos e dignidade das pessoas com deficiência (EUA, 2003). Este último objetivou avaliar como estava acontecendo o movimento da Inclusão. Decretos, Leis e outros documentos garantem o acesso e a permanência dos educandos com necessidades educacionais especiais na escola. Garantem ainda, o uso de técnicas e métodos diversificados (MAGALHÃES, 2011). No entanto, a educação inclusiva no Brasil ainda é alvo de muitas discussões e divergências teóricas. É um fenômeno que perpassa por diversos desafios, desde a superação de barreiras físicas até as mudanças de paradigmas.

A educação especial na perspectiva da inclusão traz em seu bojo teorias variadas, sejam divergentes ou convergentes. Mazzota (2005), em estudos realizados aponta que “[...] a defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas portadoras de deficiência é atitude muito recente em nossa sociedade” (2005, p. 15). Para Aranha (2001), a inclusão é a garantia da qual a pessoa, independentemente do tipo de deficiência, tem de ingressar, no espaço comum e na vida em sociedade.

Assim, na perspectiva da inclusão, a educação especial passa a integrar o ensino regular, de forma articulada, promovendo a orientação para o atendimento às necessidades educacionais especiais, dos alunos com deficiência. Para tanto, é necessário que a escola ofereça para esses alunos o atendimento educacional especializado.

A Resolução CNE/CEB Nº 04/2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial define o Atendimento Educacional Especializado (AEE) como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular (BRASIL, 2009). Além disso, o AEE deve integrar o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, prevendo, na sua organização, a implantação de um espaço apropriado para o atendimento aos alunos, dotado de equipamentos, recursos de acessibilidade e materiais pedagógicos que auxiliam na promoção da escolarização, eliminando barreiras que impedem a plena participação dos alunos alvo da educação especial, fornecendo-lhes autonomia e independência no ambiente educacional e social (DUTRA; SANTOS; GUEDES, 2010).

Mantoan (2008) ressalta que as escolas têm que se organizar de modo a atender aos alunos com deficiência, disponibilizando serviços especializados, junto aos professores da classe regular de ensino. Ainda na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº 2/2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, Art. 13, § 2º:

Art. 13. Os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, organizados em áreas especializadas, por componente curricular ou por campo de conhecimento e/ou interdisciplinar, considerando-se a complexidade e multirreferencialidade dos estudos que os englobam, bem como a formação para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino e a gestão educacional, e dos processos educativos escolares e não escolares, da produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional, estruturam-se por meio da garantia de base comum nacional das orientações curriculares.

[...]

§ 2º Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas

As mesmas exigências são estabelecidas para os cursos de segunda licenciatura e de a formação continuada, conforme § 2º dos artigos 14 e 15, respectivamente.

Inúmeras são as ações políticas, administrativas tem se efetivado para que as instituições de ensino acolham a todas as pessoas com deficiência, dando-lhes oportunidade de convívio social e desenvolvimento pleno.

Partindo dessa premissa, vale mencionar a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência, nº 13.146 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), instituída e sancionada em 06 de julho de 2015, que vem reforçar os direitos das pessoas com deficiência, objetivando, assim, a consolidação da inclusão e exercício da cidadania dessas pessoas. Em seu artigo 1º, a referida lei aponta:

Art. 1º. É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

Essa mesma lei estabelece no artigo 27 e incisos I, II e III do artigo 28 que:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia (BRASIL, 2015b).

Portanto, na atualidade, um dos maiores desafios da Educação Especial Brasileira, na perspectiva da inclusão não se limita apenas ao acesso à escola, uma vez que, de alguma forma, os jovens e adultos com algum tipo de deficiência tem ingressado nas diferentes instituições de ensino, mas em viabilizar as condições de permanência desses educandos no contexto educacional, de modo a se desenvolverem plena e efetivamente. Nesse sentido, a

educação especial se configura, portanto, em constante desafio para novos avanços das políticas educacionais direcionadas às crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais e, assim, se efetivar a inclusão educacional e social em nosso país.

Na conjuntura atual da educação, o maior desafio em latência é o da inclusão educacional. Frente a esse desafio, evidenciam-se as crescentes discussões sobre a temática, visto que ainda há muitos entraves e equívocos no que tange às ações a serem efetivadas para que a política e a prática de inclusão sejam, de fato, consolidadas. Segundo Gadotti:

A educação tem importante papel no próprio processo de humanização do homem e de transformação social, embora não se preconize que, sozinha, a educação possa transformar a sociedade. Apontando para as possibilidades da educação, a teoria educacional visa à formação do homem integral, ao desenvolvimento de suas potencialidades, para torná-lo sujeito de sua própria história e não objeto dela (GADOTTI, 1995, p.18).

Com base na concepção de Gadotti, é oportuno enfatizar que a construção de uma escola inclusiva engloba uma diversidade de fatores em que se devem considerar, a saber: os aspectos econômico, social e cultural. Nesse sentido, pensar uma escola inclusiva significa pensar num contexto heterogêneo, em que as diferenças sociais, econômicas e culturais existentes são explícitas, e, de forma direta ou indireta interferem no modo de vida de cada pessoa. Nenhum grupo social ou ser possui características únicas, portanto, não deve ser visto numa concepção homogeneizadora. Nesse sentido, no que diz respeito a inclusão de pessoas com deficiência é preciso que, além das especificidades inerentes as limitações que apresentam, em detrimento da deficiência, os fatores já elencados sejam respeitados e que seja reconhecida a capacidade de desenvolvimento dessas pessoas, de modo que possam ter o direito de estarem juntas em todo e qualquer espaço da sociedade.

Parafraseando Aranha (2001), a inclusão é acesso imediato e contínuo de pessoas com deficiência em espaço comum em sociedade, reconhecendo e aceitando as diversidades, garantindo, assim, a oportunidade a todos. Nesse sentido, pensar a inclusão escolar requer, além da compreensão e valorização da diversidade, uma mudança organizacional, pedagógica e institucional, de modo a viabilizar ações coletivas para a efetivação da inclusão.

No tocante à construção de uma educação que atenda aos princípios da equidade e igualdade de oportunidades, cabe mencionar que o IF Baiano vem desenvolvendo ações para a garantia da inserção de alunos com necessidades educacionais especiais. O IF Baiano se propõe a realizar ações e programas integrados ao ensino, pesquisa e extensão, visando à

qualidade educacional e à garantia dos direitos essenciais para a humanização e dignidade do ser.

2.1 DA EXCLUSÃO À INCLUSÃO: DESAFIO A SER VENCIDO

Nas últimas décadas muito se tem discutido acerca da inclusão. Entretanto, para podermos adentrar por essa seara, é necessário, antes de tudo, compreendermos o processo contrário que permeou o contexto social, ao longo de toda a construção da história; a exclusão social. Nessa abordagem, um conceito que precisamos compreender é o de “exclusão”. Para Escorel:

São processos de vulnerabilidade, fragilização ou precariedade e até ruptura dos vínculos sociais em cinco dimensões da existência humana em sociedade: ocupacionais e de rendimentos; familiares; e sociais proximais; políticas ou de cidadania; culturais; e, no mundo da vida onde se inserem os aspectos relacionados com a saúde (ESCOREL, 1999,p.75).

Nesse contexto, é possível afirmar que a exclusão é um processo multifacetado e muito complexo que nos remete a muitas indagações e reflexões. Em outra concepção sobre a temática, veremos que:

A exclusão consiste de processos dinâmicos, multidimensionais produzidos por relações desiguais de poder que atuam ao longo de quatro dimensões principais- econômica, política social e cultural- em diferentes níveis incluindo individual, domiciliar, grupal, comunitário, nacional e global. Resulta em um *continuum* de inclusão/exclusão caracterizado por acessos desiguais aos recursos, capacidades e direitos[...] (POPAY *et al*, 2008,p.36).

De acordo com as concepções de Escorel e Popay, a exclusão social pressupõe o não acesso aos diferentes contextos e ou sistemas sociais daqueles que não atendem aos padrões impostos pela sociedade. Deste modo, questionamos; quem são, de fato, os excluídos? De posse das definições apresentadas podemos ressaltar que são todos aqueles que são contrários à moral em vigência. Nesse caso, poderíamos elencar aqui diversas situações que retratam o cenário da exclusão em nosso país: pessoas desempregadas, idosas, negras, moradores de rua, pessoas com deficiência, apenados, dentre outras.

Se pensarmos nas relações desiguais de poder, não seria imprudente salientar que, na história da humanidade, não se tem indícios de registro de igualdade no contexto social, uma

vez que desde os primórdios, temos relatos de discriminações, massacres e isolamento das pessoas que fogem, por questões sociais, políticas, culturais dentre outras, dos padrões impostos pela sociedade. Um exemplo a ser citado é o das pessoas com deficiência, que aos olhos da sociedade, eram consideradas como um peso e um grave problema social. Sinônimo de improdutividade e, por essa razão, deveriam ser banidas de toda e qualquer condição do convívio social. Ou seja, essas pessoas eram totalmente excluídas do seio da sociedade. Situação que perdurou por muitas décadas.

A situação de exclusão em nosso país e no mundo, apesar das lutas e movimentos sociais em defesa da igualdade, ainda é uma questão muito latente. Conforme aponta Belchior:

A exclusão social é um dos grandes problemas sociais da sociedade contemporânea, por vezes considerado o mais grave, na medida em que “coloca” a pessoa “fora” da sociedade em que se insere. É uma realidade bem presente na nossa sociedade que, em determinadas situações, se complementa com o problema social da pobreza e, que agrava a situação da pessoa. Contudo, não é imperativo que todas as pessoas que se encontrem em situação de exclusão permaneçam numa condição de pobreza (BELCHIOR, 2014, p.12).

Muitas das vezes, o conceito exclusão se remete à situação de pobreza. Entretanto, como afirma Belchior, nem sempre o ato de excluir está ligado à pobreza, embora esse problema social seja um dos grandes vilões do cenário de vulnerabilidade que intensifica a exclusão de uma parcela da população. Não iremos aqui, adentrar à seara dos conceitos de pobreza, visto que o que pretendemos é trazer algumas reflexões sobre o processo de exclusão, para que possamos compreender o processo contrário; o da inclusão de pessoas com deficiência, especialmente no contexto escolar.

No cerne da discussão, pensando a exclusão como um processo que priva o indivíduo ou grupos sociais de participarem de forma plena na sociedade, implica dizer que esse processo nos remete a uma falta de cidadania. Nesse sentido, segundo Fernandes, “ [...] cidadania implica a total autonomia na condução da vida própria, sempre num dado contexto social” (FERNANDES, 1998, p.46). Assim sendo, ao nos reportarmos ao contexto que marca a vida dos grupos sociais, que são excluídos da participação social, torna-se perceptível que não há tal autonomia da qual salienta o autor, uma vez que são impossibilitados de exercerem os seus deveres e direitos.

Considerando a dimensão global de exclusão, vamos aqui nos direcionar ao contexto da educação, que ao longo do processo histórico foi marcado por atos notoriamente excludentes. Apenas a classe dominante tinha o direito a ter acesso às escolas. Negros, pobres, mulheres, pessoas com algum tipo de deficiência ou outros grupos que não atendessem aos padrões sociais eram privados desse acesso. Eram discriminados e estigmatizados. Só com a democratização da escola é que se percebe o grande paradoxo inclusão/exclusão. É nesse cenário que o sistema de ensino passa a universalizar o acesso à escola, entretanto, os grupos e os indivíduos estigmatizados e discriminados, por serem considerados fora dos padrões homogeneizadores, continuam sendo excluídos do contexto escolar. (BRASIL, 2010)

No tocante às pessoas com deficiência, o acesso à educação só passou a ser discutido na época do Império, com a criação de duas instituições voltadas ao atendimento dessas pessoas: o Instituto dos Meninos Cegos e o Imperial Instituto dos Surdos-mudos, conforme já salientamos na seção anterior. A partir de então, muitos movimentos sociais surgiram com vistas a promover a inserção desse grupo marginalizado e excluído ao longo da história, não só no contexto escolar, como em todos os setores da sociedade.

Segundo aponta Sasaki (2010), o movimento social em prol da inclusão das pessoas com deficiência no Brasil veio se intensificar somente a partir da década de 90. Entretanto, apesar dessa intensificação, com vistas a viabilizar o acesso desse público aos diferentes contextos, especialmente no contexto educacional, as ações efetivadas para que o processo inclusivo aconteça em sua plenitude, ainda são limitadas, uma vez que é preciso ir muito mais além dos aspectos legais. Não basta promover políticas ou textos legais como meio de sanar o processo excludente que ainda marca a vida de muitos daqueles que são subjugados improdutivos ou incapazes de estarem juntos à sociedade. É necessário, antes de tudo, haver mudanças sociais. Stainback e Stainback (1999) revelam que a Inclusão é uma consciência da comunidade, uma aceitação das diferenças e uma corresponsabilização para obviar às necessidades dos outros. Partindo dessa ideia, pensar inclusão requer, além das influências internas ou externas das políticas sociais, requer uma mudança de paradigmas, de atitudes. É preciso haver, de fato, a aceitação do diferente.

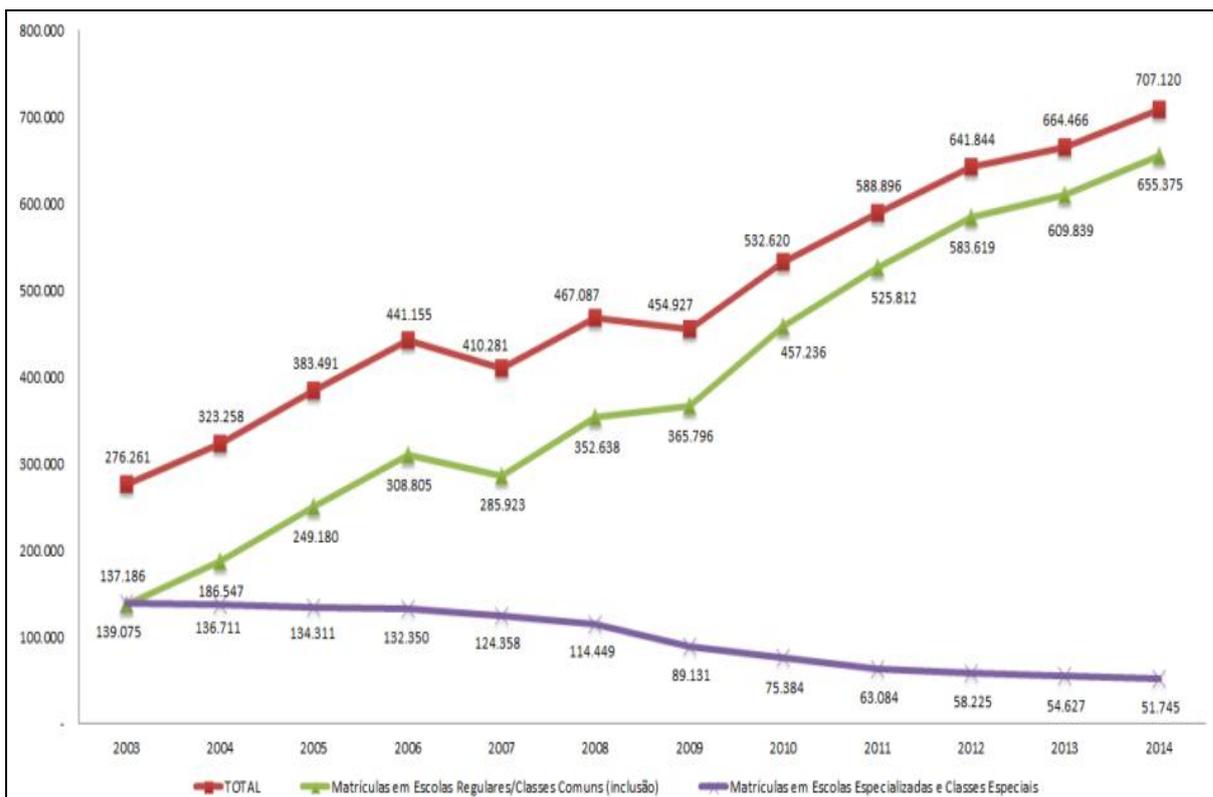
2.1.1 INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA: DOS DOCUMENTOS LEGAIS À PRÁTICA

A sociedade atualmente vive na era “inclusente”. Incluir é a palavra em latência no cenário educacional e social. Frente a este contexto, muito se tem discutido sobre a inserção das pessoas com necessidades educacionais especiais na escola regular. No Brasil a discussão sobre inclusão escolar acontece há pouco menos de quinze anos. Tal fenômeno tem se intensificado a partir da Declaração de Salamanca.

É relevante destacar que a inclusão se trata de um fenômeno mundial, envolta em ações política, cultural, social e pedagógica e, portanto, deve ser percebida como um fenômeno constante em prol da garantia de direitos de todos estarem juntos, compartilhando, interagindo, construindo saberes. Esse fenômeno requer quebra de paradigmas para se consolidar de forma plena.

Pensar uma escola inclusiva é pensar em uma escola para todos, que reconheça e atenda as diferenças, respeitando as especificidades e necessidades de todo e qualquer aluno. Nesse sentido, falar de inclusão de pessoas com deficiência na escola regular significa pensar em viabilizar todas as condições necessárias para a participação efetiva desses atores sociais em seu processo de construção do saber.

A efetivação de uma escola inclusiva envolve várias linhas em que muitos aspectos como: acesso imediato, adequação do espaço físico, adequação curricular, dentre outros, que precisam ser analisados e considerados. Sob essa ótica, são necessárias ações constantes para a consolidação do ingresso do aluno com deficiência no espaço escolar. Nesse sentido, o processo de inclusão de pessoas com deficiência nas escolas do ensino regular tem se intensificado nos últimos anos, conforme aponta o Gráfico 1 do Censo Escolar (BRASIL, 2015c).



Matrículas em Escolas Regulares/Classes Comuns (Inclusão)	ANO DO CENSO ESCOLAR											
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Matrículas em Escolas Regulares/Classes Comuns (Inclusão)	50%	58%	65%	70%	70%	75%	80%	86%	89%	91%	92%	93%
Matrículas em Escolas Especializadas e Classes Especiais	50%	42%	35%	30%	30%	25%	20%	14%	11%	9%	8%	7%

GRÁFICO 1 – MATRÍCULA DE ESTUDANTES PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM ESCOLAS PÚBLICAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Fonte: <http://portal.mec.gov.br>

De acordo os dados do Gráfico 1, o crescimento no número de matrículas de alunos com algum tipo de necessidade educacional específica, apresentou um crescimento de 256 % entre os anos de 2003 e 2014. Entretanto, a garantia de acesso e permanência das pessoas com deficiência nas escolas do ensino regular não perpassa apenas pela ação de inseri-las nesse ambiente. Esse fenômeno requer o que preconiza a LDB, em seu artigo 59, com nova redação dada pela Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, que altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular (BRASIL, 2013)

Nessas circunstâncias, não basta matricular o aluno com deficiência na escola. É preciso haver todas as adequações preconizadas na LDB, buscando adequar e flexibilizar o currículo escolar, de maneira que possa tornar-se apropriado às necessidades dos alunos e, assim, promover a consolidação de uma educação inclusiva. Sobre a inclusão Mittler afirma:

A inclusão depende do trabalho cotidiano dos professores na sala de aula e do seu sucesso em garantir que todas as crianças possam participar de cada aula e da vida escolar como um todo. Os professores, por sua vez, necessitam trabalhar em escolas que sejam planejadas e administradas de acordo com linhas inclusivas e que sejam apoiados pelos governantes, pela comunidade local, pelas autoridades educacionais locais e acima de tudo pelos pais (MITTLER, 2003, p. 20).

Considerando o pensamento do autor, torna-se evidente que a tarefa de se concretizar uma escola inclusiva vai além do ato de inserir uma pessoa com deficiência na sala de aula. Não é uma tarefa apenas do professor. Esta tarefa requer ações constantes, dia a dia. Um ensino inclusivo deve ser pautado em um acompanhamento que perpassa por todas as esferas sociais: governamentais e familiar. Assim, o alcance da inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais requer além de práticas pedagógicas eficazes, exige antes de tudo, mudança de atitude e trabalho colaborativo.

São inúmeros os desafios e obstáculos a serem enfrentados para que tenhamos uma escola de fato inclusiva. Apesar das mobilizações ocorridas para a inserção de pessoas com necessidades educativas especiais no ensino regular, ainda presenciamos muitas dessas pessoas fora da escola convencional. Nesse sentido, o ato de incluir constitui-se, portanto,

uma tarefa que exige mobilização e esforços sociais constantes, visto que, o direito à educação de pessoas com necessidades especiais mesmo sendo amparada pela Constituição Federal e pela LDB, não tem sido garantido de forma a atender a demanda existente.

É sabido que o conhecimento é resultante de um processo interativo entre o aprender e o ensinar, ou seja, os saberes são construídos e acumulados no meio social, ampliando-se na escola, num processo de trocas, elaboração e transformação frente aos problemas e necessidades do meio social. Diante disso, a questão da inclusão abre um significado especial no bojo da educação brasileira, pois nos últimos anos se discutem a busca de uma sociedade igualitária, nos moldes das reais necessidades de uma clientela, cada vez mais exigente quanto aos seus direitos e seus potenciais de realizações que tem por finalidade o objetivo não apenas de auto gerir, como também colocar o sujeito dentro do contexto escolar regular e, sobretudo, encontrar soluções, com a participação de todos visando uma educação com qualidade (BELISÁRIO, 2005).

Neste âmbito, é perceptível que a efetivação de uma escola inclusiva implica em outras inovações, implica em fundir o ensino regular com o especial e também em opções alternativas e aumentativas que visem à melhoria da qualidade de ensino para os aprendizes em geral (BELISÁRIO, 2005).

Partindo desse contexto, cabe salientar que as escolas necessitam se preparar para garantir o acesso das pessoas com necessidades educativas especiais, bem como possibilitar as condições necessárias para a permanência com êxito desse público. Conforme aponta a legislação brasileira, para o processo de inclusão nas escolas, é de responsabilidade dos gestores viabilizar as ações, a saber:

- Permitir e promover suporte administrativo, técnico e científico para a flexibilização do processo de ensino, de modo a atender à diversidade.
- Adotar propostas curriculares diversificadas e abertas, em vez de adotar concepções rígidas e homogeneizadoras do currículo.
- Flexibilizar a organização e funcionamento da escola, de forma a atender à demanda diversificada dos alunos.
- Viabilizar a atuação de professores especializados de serviços de apoio para favorecer o processo educacional (BRASIL, 2000, p. 12-13).

Reconhecer a diversidade é fazer com que o aluno seja atendido em sua especificidade, sem discriminação ou apologias por ele ser diferente. Atender as

especificidades é oportunizar a todos os alunos o direito de ser diferente, de agir diferente, de aprender diferente e de dar respostas diferentes. Assim, Mantoan (2005) afirma que a escola tem um compromisso primordial e insubstituível: “[...] introduzir o aluno no mundo social, cultural e científico; e todo ser humano, incondicionalmente tem o direito” a essa introdução.

3 POLÍTICAS DE INCLUSÃO NO INSTITUTO FEDERAL BAIANO E A IMPLANTAÇÃO DO NAPNE

Pensar as instituições federais no contexto atual em que o cenário da educação vivencia novos paradigmas para a inclusão educacional, significa pensar no instituto como rede social, onde há, constantemente, relações sociais. É uma rede que se fundamenta em uma história de construção de 105 anos, em que as atividades iniciais se constituem instrumento de uma política voltada para as classes menos privilegiadas, de modo a qualificá-las para o efetivo acesso a conquistas tecnológicas e científicas.

Na atual conjuntura, a Educação Profissional e Tecnológica está direcionada não só para atender as exigências do mundo do trabalho, mas também para elevar a escolaridade dos trabalhadores, sendo parte integrante de um projeto de desenvolvimento nacional, dentro de uma perspectiva soberana, sustentável e inclusiva.

A Constituição Federal apresenta como um de seus objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Art. 3º, inciso IV). No artigo 205, define a educação como o pleno direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, já em seu artigo 206, inciso I, estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (BRASIL, 2010).

Nesse sentido, o Instituto Federal Baiano, uma instituição de estrutura multicampi, por meio do Programa Pró-cotas, além da reserva de até 70% das vagas para alunos oriundos de escolas públicas dos cursos ofertados, frente ao novo cenário educacional, na perspectiva inclusiva vem ofertando também, um percentual mínimo de 5% das vagas totais dos cursos para as pessoas com deficiência, objetivando a efetivação da inclusão na rede federal de ensino.

É oportuno salientar que incluir, segundo Sasaki (2005), significa “[...] modificação da sociedade como pré-requisito para a pessoa realizar seu desenvolvimento e exercer a cidadania”. Santos e Paulino (2008, p. 13) defendem que “[...] a verdadeira inclusão presume o redimensionamento de vários aspectos tais como: estrutura física da escola, adaptações curriculares e mudanças de atitude dos educadores, entre outros”.

A mobilização social para a consolidação da educação inclusiva vincula-se ao conceito de construção da cultura de um estado democrático, compreendendo os diferentes

contextos, a pluralidade, a afirmação dos direitos e a aceitação das diferenças (BRASIL, 2009).

Nesse sentido, com vistas a assegurar o compromisso com as políticas públicas, especialmente no tocante as políticas direcionadas à inclusão, os Institutos Federais vêm desenvolvendo diversas ações, de modo a viabilizar a formação de valores éticos-humanísticos, cabendo, aqui, destacar a criação da Política de Inclusão da Rede Federal e Tecnológica, em 2008, para os grupos em desvantagem social. A política foi criada a partir da articulação entre Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica (Setec) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), ligadas ao Ministério da Educação (MEC).

A política de Inclusão da Rede Federal “[...] compreende um conjunto de ações que promovam a preparação para o acesso, o ingresso, a permanência, a conclusão com sucesso do percurso formativo e a inserção no mundo do trabalho de grupos em desvantagem social” (BRASIL, 2008b p. 07). Visando a concretização dessa política, a SETEC/SECADI sinaliza que as instituições devem estabelecer metas de inclusão anuais e devem ser acompanhados e revisados os indicadores e diretrizes nacionais.

A Política de Inclusão visa consolidar a democracia, ampliar a cidadania e objetiva a formação efetiva dos educandos (jovens, homens e mulheres), sem discriminação, promovendo, assim, a igualdade de condições e de direitos.

A partir das Diretrizes Nacionais da Educação, na perspectiva da inclusão, o Instituto Federal Baiano mobilizou um grupo de trabalho para a elaboração da Política de Diversidade e Inclusão da instituição. A criação dessa política, aprovada pela Resolução nº 12 do Conselho Superior do IF Baiano, em 09/11/2012, visa possibilitar o desenvolvimento sistemático de ações que promovam a preparação para o acesso, o ingresso e, sobretudo, a permanência, com êxito no percurso formativo dos educandos com necessidades educacionais especiais de todos que se encontram em desvantagem social.

O documento foi elaborado com base nas prerrogativas legais que versam sobre a política da educação especial na perspectiva da inclusão. Com foco em assegurar os direitos fundamentais à dignidade humana e a qualidade educacional, a partir dessa política, são estabelecidos princípios voltados às questões de gênero, raça, etnia, orientação sexual, do idoso, das pessoas com deficiência, educação do campo, dentre outras questões. Para tanto, a Instituição, com vistas a consolidar a referida política, tem implementando alguns programas, a saber: Programa de Educação em Direitos Humanos (PEDH), que visa conciliar

ações que promovam e defendam os direitos humanos; o Programa de Cotas (Pro-Cotas), que tem por finalidade efetivar o que promulga a Constituição Federal no que diz respeito a liberdade, solidariedade e erradicação da pobreza e Programa de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Papne), que objetiva assegurar o direito às pessoas com deficiência, no que diz respeito ao acesso, permanência e saída exitosa da instituição (BRASIL, 2013).

A Declaração de Salamanca (1994) expressa que “[...] a integração e participação fazem parte essencial da dignidade humana e do gozo do exercício dos direitos humanos” (UNESCO, 1994). A Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano surge com vistas ao atendimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão, bem como com o objetivo de atender à crescente demanda de pessoas com deficiência matriculadas nos diferentes cursos ofertados pelo Instituto, de modo a permitir que essas pessoas que, ao longo de todo processo sócio histórico foram marginalizadas e excluídas do contexto social, sejam valorizadas e respeitadas em suas especificidades e que possam participar de forma ativa e autônoma das atividades propostas no âmbito acadêmico, consolidando o seu processo de inclusão. Assim, a Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano estabelece em suas diretrizes a garantia de recursos financeiros no orçamento anual da instituição para a realização das ações inclusivas, a criação da Assessoria de Diversidade e Inclusão (ADI) que estará vinculada à Pró-Reitoria de Ensino, a implantação, em cada *Campus*, do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), dentre outras diretrizes, objetivando a implementação e integração de ações relacionadas à Política, no Instituto.

A partir da aprovação da Política, por meio de Portarias, foram implantados, em cada *Campus*, o Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena (Neabi), visando investigar a questão da igualdade e da proteção dos direitos de pessoas e grupos étnicos atingidos por atos discriminatórios e o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne), que tem como propósito a articulação entre os setores institucionais no que tange à inclusão das pessoas com necessidades educacionais especiais, promovendo ações que garantam acesso e permanência, eliminando as barreiras físicas, pedagógicas e comunicacionais.

Além dos núcleos mencionados, a Política de Inclusão do IF Baiano, com base nos documentos legais nacionais que versam sobre os direitos humanos e sobre a diversidade e inclusão, visa também, a implantação de outros núcleos como: Núcleos de Estudos de

Comunidades Tradicionais (NECT), Núcleo de Estudos sobre Diversidade Sexual (NEDS), Núcleo de Estudos de Inclusão da Mulher (Neimu), Núcleo de apoio ao Adolescente sob Medidas Socioeducativas (Names), Núcleo de Educação e Inclusão da Terceira Idade (Neiti), Núcleo de Educação para Apenados (NEPA), Núcleo de Apoio, Prevenção e Ressocialização de Adictos (Napra) e Núcleo de Educação para a Sustentabilidade do Campo (NESC). Estes núcleos constituirão o PEDH e deverão ser contextualizados com as necessidades regionais e serem indissociados do tripé ensino, pesquisa e extensão. Vale frisar que, considerando a Política de Diversidade e Inclusão, cada um dos núcleos citados é de relevância social, entretanto, para o presente estudo, o foco é o Napne, visto que é o núcleo específico destinado à inclusão de pessoas com deficiência.

A implantação dos Napnes é efetivada a partir do Papne, em cada *Campus* do IF Baiano, em conformidade com a Política Nacional de Inclusão. A composição dos núcleos é consolidada por uma equipe multidisciplinar de, pelo menos, um pedagogo, um assistente social e um psicólogo, podendo, ainda, compor a equipe, professores e técnicos, por *Campus*.

É importante salientar que os Napnes já se encontram implantados em dez *campi*: Guanambi, Valença, Governador Mangabeira, Santa Inês, Senhor do Bonfim, Catu, Uruçuca, Itapetinga, Bom Jesus da Lapa e Teixeira de Freitas, sendo o de Guanambi o primeiro núcleo a ser implantado no IF Baiano. Entretanto, apesar da implantação, poucos são os núcleos que se encontram bem estruturados, com a equipe multidisciplinar e com espaço físico adequado, segundo as informações obtidas junto à Assessoria de Diversidade e Inclusão do IF Baiano e junto aos coordenadores dos Napnes de cada *Campus*, alguns Núcleos estão em funcionamento em espaço físico provisório, a exemplo, os de Itapetinga, Valença, Governador mangabeira, Bom Jesus da Lapa, vale destacar que a sala do Napne de Bom Jesus da Lapa foi cedida para outros fins. O *Campus* Guanambi, conta com uma sala própria, entretanto, já se encontra insuficiente para a demanda atendida.

No tocante a equipe multidisciplinar, com base nas informações levantadas, pode-se afirmar que os Napnes ainda encontram dificuldades significativas para a realização das atividades e a efetivação da equipe, uma vez que, nem todos os *Campi*, tem em seu quadro funcional os profissionais com a formação específica para atuarem junto ao Napne (Assistente social, Psicólogo, Pedagogo, Profissional de AEE, etc.), conforme aponta a tabela a seguir:

TABELA 1 – COMPOSIÇÃO DO NAPNE NO IF BAIANO

COMPOSIÇÃO DO NAPNE - EQUIPE MULTIPROFISSIONAL						
<i>Campus</i>	Equipe profissional atuante no NAPNE					
	Assistente Social	Psicólogo	Pedagogo	Profissional de AEE	Técnico em Assuntos Educacionais	Outros
Guanambi			X		X	X
Catu	X			X		X
Valença	Dados não atualizados					
Senhor do Bonfim			X		X	X
Bom Jesus da Lapa	X	X				X
Governador Mangabeira	Dados não atualizados					
Teixeira de Freitas	Dados não atualizados					
Uruçuca						
Itapetinga	X	X	X			X
Santa Inês	Dados não atualizados					

Fonte: Elaborada pela autora.

Cabe esclarecer que os dados apresentados na Tabela 1, foram levantados junto aos *campi*, visto que na Assessoria de Diversidade e Inclusão (ADI) não constavam tais informações atualizadas. Ressalta-se ainda que, o *Campus* Guanambi tem em seu quadro funcional 02 (dois) psicólogos que atendem aos alunos, conforme surgem às demandas, entretanto, esses profissionais não compõem o quadro multiprofissional do Napne.

Após a implantação dos Napnes, a ADI, objetivando uma melhor estruturação bem como definir as atribuições e competências dos núcleos, mobilizou uma equipe composta por representantes de cada *Campus* (atuantes no Napne) para a elaboração do Regimento Unificado, que foi aprovado em 21 de outubro de 2014. O referido documento estabelece que os Napnes estejam vinculados à Diretoria Geral de cada *Campus* e que, para coordenar e responder oficialmente pelo núcleo, um Coordenador seja escolhido pelos membros do Napne (alunos e servidores atuantes no setor), dentre os servidores efetivos da Instituição, por meio de eleição. Ainda segundo o Regimento, o núcleo se trata de um setor de natureza propositiva e consultiva e tem como finalidade:

Art. 4º - Propiciar a eliminação de barreiras arquitetônicas, atitudinais, comunicacionais e pedagógicas no trabalho acadêmico, inclusive orientar a comissão de fiscalização de obras no cumprimento das Leis nº 10.048/2000 e 10.098/200 e dos Decretos nº 5.296/2004 e 6.949/2009 e ABNT/NBR – 9050 (BRASIL, 2014, p. 05).

Neste sentido, o Napne se constitui em um significativo instrumento para o processo de inclusão das pessoas com deficiência no IF Baiano, visto que, por se tratar de um núcleo de natureza propositiva e consultiva, poderá articular com os demais setores da Instituição as ações inclusivas que abarquem as questões pedagógicas e arquitetônicas, com vistas a eliminar toda e qualquer barreira existente no processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência e viabilizar a efetiva inserção e participação do público da Educação Especial na perspectiva inclusiva. Para Pereira:

[...] a inclusão não livra o recém-incluído da vulnerabilidade que o acompanha. É preciso que ele seja ainda apoiado no umbral da inclusão, para ter possibilidade de ser inserido no circuito das institucionalidades e de poder conquistar e recuperar a sua condição de sujeito numa sociedade, que embora permaneça desigual, deixará de ser dual (PEREIRA, 1998, p. 125).

Partindo dessa premissa, torna-se notório que as políticas sociais são as bases indispensáveis para a promoção da participação e interação de qualidade dos cidadãos, de modo a reduzir as desigualdades e garantir o acesso à escolarização de um público historicamente excluído e marginalizado da sociedade, viabilizando, de fato, a construção de um sistema educacional inclusivo.

4 PRESSUPOSTOS EPSTEMOLÓGICOS DA PESQUISA

Nesta etapa de estudo a proposta que se apresenta objetivou evidenciar os caminhos epistemológicos pelos quais o pesquisador definiu e conheceu a realidade estudada, buscando compreender o fenômeno social.

Em um estudo científico, definir o caminho metodológico a ser seguido não é uma tarefa fácil, visto que existem várias possibilidades e instrumentos que podem nortear a construção metodológica. Para a consolidação de um estudo científico, é necessário lançar mão do método mais adequado ao que se objetiva investigar, de modo a obter as respostas mais precisas do problema.

Rodrigues e Limena (2006, p. 9) ressaltam que “[...] o método não se limita a conjunto de procedimentos ordenados e coerentes, ao primado da ordem, à preponderância de um rigor científico descontextualizado, à fragmentação do fenômeno e à lógica dedutivo-identitárias”. Dessa forma, a escolha do método de uma pesquisa requer um olhar criterioso e cauteloso, visto que é o caminho escolhido quem viabilizará o fracasso ou sucesso do estudo.

O método científico caracteriza-se pela escolha de procedimentos sistemáticos para descrição e explicação de uma determinada situação sob estudo e sua escolha deve estar baseada em dois critérios básicos: a natureza do objetivo ao qual se aplica e o objetivo que se tem em vista no estudo (FACHIN, 2001). Em decorrência do objetivo proposto neste estudo, tornou-se apropriado o uso do método qualitativo, visto que é a forma de investigação mais adequada para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. Conforme salienta Richardson (1989, p. 39)

Os estudos que empregam a metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento de particularidades do comportamento dos indivíduos (RICHARDSON, 1989, p. 39).

Neste intento, compreende-se que o método qualitativo para o objeto de estudo é o que melhor se identifica com a proposta. Com o uso do método qualitativo, o pesquisador entra no mundo dos participantes e, por meio de uma interação contínua, busca as perspectivas e os significados de cada um deles (CRESWELL, 2010). Denzin (1994 *apud*

AIRES, 2011) considera que a investigação qualitativa é uma perspectiva multimetódica que envolve uma abordagem interpretativa e naturalista do sujeito de análise. Para Creswell (2010), o pesquisador identifica a essência das experiências humanas, com respeito a um fenômeno descrito pelos participantes. O pesquisador, por sua vez, nesse processo, inclui ou põe de lado suas próprias experiências para entender aquelas dos participantes do estudo (NIESWIADOMY, 1993 *apud* CRESWELL, 2010). Parafraseando Minayo e Sanches (1993), por meio da abordagem qualitativa é possível haver uma maior aproximação entre o sujeito da pesquisa e o objeto, estabelecendo uma relação empática, dando maior significado as ações. Assim, nesta pesquisa, por meio da investigação qualitativa buscamos identificar, não só a ocorrência de fenômenos relacionados com o objeto de estudo e as interpretações individuais / grupais sobre tais eventos, mas, também, estabelecermos relações que nos ajudassem a responder o porquê dos acontecimentos, tornando a abordagem do método qualitativo, nesse projeto de pesquisa de natureza interpretativa e crítica.

Em um estudo científico os pesquisadores, ao lançar mão da pesquisa qualitativa de natureza interpretativa crítica, buscam, além da visualização do contexto investigado, uma maior integração com o processo, de modo a viabilizar melhor compreensão do fenômeno. Para a realização deste trabalho, optou-se pela pesquisa de campo de natureza crítico-interpretativa, por acreditar na necessidade de estabelecer uma relação entre os pressupostos teóricos e o contexto investigado, de maneira que se possa consolidar uma discussão fundamentada dos objetivos propostos.

Em um estudo científico, a realidade é interpretada a partir de um embasamento teórico, sem necessariamente explicitar integralmente o real. Além disso, há um caminho metodológico a ser seguido (JOSÉ FILHO; DALBERIO 2006). Da junção deste pensamento, cabe salientar que, na visão interpretativista, em uma pesquisa científica é fundamental considerar a relevância da intersubjetividade na construção do conhecimento. Ao longo do percurso investigativo, o pesquisador e o partícipe investigado estabelecem uma interação que viabiliza a construção e a reconstrução das histórias de vida.

Nesta perspectiva, por meio da pesquisa qualitativa interpretativa, o pesquisador é capaz de fazer uma análise da realidade pesquisada, captando as informações presentes nas ações humanas e, assim, melhor compreender tais ações. Chizzotti (1995, p. 79), afirma que:

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o

sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro, está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (CHIZZOTTI 1995, p. 79).

Assim, evidencia-se, a partir da concepção de Chizzotti, que a interação entre o pesquisador e o objeto numa pesquisa qualitativa se constitui elemento de grande relevância no percurso investigativo, pois permite uma maior aproximação com o problema e viabiliza a investigação de vários aspectos de um mesmo fato, bem como possibilita a interpretação dos fenômenos.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DO *LÓCUS* DA PESQUISA

O IF Baiano – *Campus* Guanambi – está localizado na região sudoeste da Bahia, na área rural do município de Guanambi-BA, no Distrito de Ceraíma. Nesse município, a Instituição iniciou as suas atividades em 1995, como Escola Agrotécnica Antônio José Teixeira. Trata-se de uma Instituição Federal de Ensino Técnico, Tecnológico e Profissional e, atualmente, encontra-se vinculada à Secretaria de Educação Profissional Tecnológica (Setec) do Ministério da Educação (MEC), compondo o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, desde o ano de 2008.

O *Campus* Guanambi oferta cursos técnicos do ensino médio, integrado à educação profissional técnica de nível médio em: Agroindústria; Agropecuária; Informática (Proeja), cursos de nível médio na forma subsequentes em: Zootecnia e Agricultura, além de cursos superiores, em nível de Graduação, a saber: Bacharelado em Engenharia Agrônoma, Licenciatura em Química, Tecnologia em Agroindústria e Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Pós-Graduação *Lato Sensu* em Ensino de Ciências Naturais e Matemática e Pós-Graduação *Stricto Sensu*: Mestrado Profissional em Produção Vegetal no Semiárido. Além disso, para o ingresso de novos alunos para o ano de 2017, o *Campus* ofertará também, o curso de nível médio integrado em Informática para a Internet.

O *Campus* Guanambi, atualmente, conta com um quadro total de 110 servidores docentes, sendo um total de 92 do quadro efetivo e os demais compõem o quadro dos

professores temporários e substitutos. Os docentes atuantes na instituição, em sua maioria, são mestres e doutores, segundo mostra a gráfico a seguir:

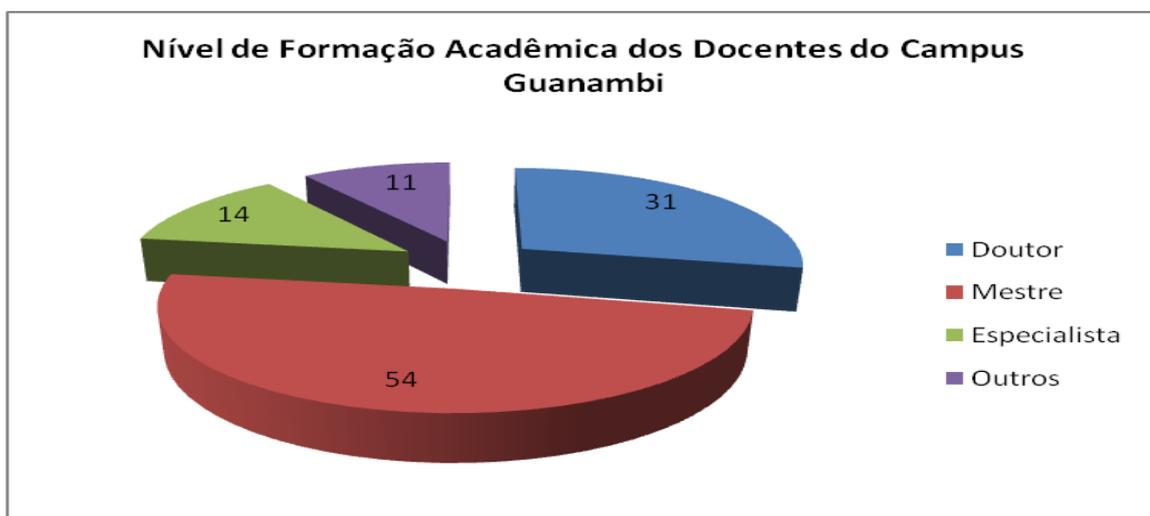


GRÁFICO 2 – NÍVEL DE FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS DOCENTES DO *CAMPUS* GUANAMBI
 FONTE: ELABORADO PELA AUTORA

Frente ao novo contexto educacional, em que a inclusão de pessoas com necessidades específicas nos diversos espaços sociais e educacionais se constitui como um fenômeno importante, o IF Baiano vem sendo palco de uma crescente demanda no que tange a inserção de pessoas com deficiência. De acordo com os dados da Assessoria de Diversidade e Inclusão do IF Baiano, no cenário atual, a demanda desse público na instituição tem perpassado por todos os níveis e modalidades, conforme aponta a Tabela 2, a seguir:

TABELA 2 – MAPEAMENTO DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA E /OU NECESSIDADES ESPECÍFICAS NO IF BAIANO 2015/2016.

Número de alunos matriculados por deficiência/ necessidades específicas	Nível Médio	Proeja	Nível Superior	Total Geral
Baixa visão/ Cegueira total	00	02	05	07
Auditiva/ Surdez	10	03	03	16
Física	06	00	02	08
Intelectual	00	00	00	00
TDAH	02	00	00	02
TG	02	00	00	02
Dislexia	03	00	00	03
Outras	03	00	00	03
Total por curso	26	05	10	41

Fonte: Elaborada pela autora.

No que concerne ao o *Campus de Guanambi*, atualmente, a instituição conta com um número significativo de alunos com necessidades educativas especiais (NEE), sendo que, de um total de 15 discentes, o maior percentual (53 % dos alunos) possui deficiência visual (baixa- visão, cegueira total e cerotocone) e os demais alunos possuem deficiência auditiva (surdos, 33%). Há, ainda, os que são diagnosticados com Síndrome de Asperger, Superdotação (7%), além de outros (7%) com Distúrbio de Comportamento ainda não bem definido, conforme apresentado em Gráfico 3.

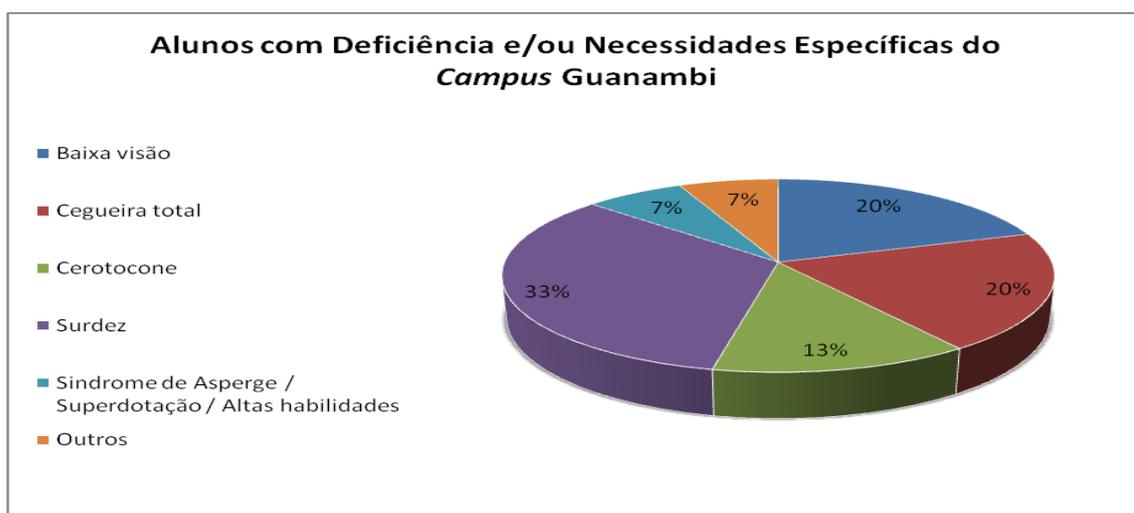


GRÁFICO 3 – ALUNOS COM DEFICIÊNCIA MATRICULADOS NO IF BAIANO – *CAMPUS GUANAMBI*
Fonte- Elaborado pela autora

4.2 A CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA-INVESTIGATIVA: ABORDAGEM, ESTRATÉGIA E INSTRUMENTOS

A priori, se fez um levantamento bibliográfico para que fosse possível a fundamentação teórica do estudo e para consubstanciar o corpo do trabalho. Posteriormente, para se efetivar o estudo, foi realizada a coleta das informações.

Cabe esclarecer que a coleta de dados é o momento de busca por informações sobre o fato ou fenômeno que o pesquisador objetiva desvendar. Neste sentido, a seleção dos procedimentos utilizados durante o processo de pesquisa constitui uma etapa que o investigador não pode minimizar, pois destes depende a concretização dos objetivos do estudo. Partindo dessa premissa, é importante destacar que as técnicas de recolha de informação predominantemente utilizadas na metodologia qualitativa se agrupam em dois

grandes blocos: técnicas diretas ou interativas e técnicas indiretas ou não interativas (AIRES, 2010).

Cumpra aqui enfatizar que as técnicas diretas ou interativas consistem em coletar informações, de forma sistemática, por meio do contato direto com as situações. Os instrumentos mais utilizados são: observação participante, entrevista qualitativa e história de vida, entre outras. Já nas técnicas indiretas ou não interativas não há a participação direta do pesquisador. Essa técnica desempenha a função de apoiar os métodos diretos de recolha de informação e possibilita que a informação obtida seja validada e contrastada. Regimentos, estatutos, diários, documentos oficiais, cartas, etc., constituem alguns dos instrumentos utilizados na técnica indireta de coletas de dados.

Assim, na presente pesquisa, optou-se por utilizar como instrumentos para coleta de dados, as técnicas diretas, a saber: observação participante, entrevista semiestruturada e questionários, com aplicação no Instituto Federal – *Campus* Guanambi. Ressalta-se que a escolha dos instrumentos mencionados se justifica pelo fato de possibilitar ao investigador melhor entendimento e captação das situações reais, junto aos participantes da pesquisa. Ao se utilizar desses instrumentos, buscou-se obter informações sobre certos aspectos da realidade em estudo, bem como levantar informações para constituir a problemática de investigação.

Nesse contexto, apresentamos a pesquisa de campo como melhor possibilidade para a se consolidar a investigação proposta. Como afirma Gonsalves:

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...] (GONSALVES, 2001, p. 67).

Nessa perspectiva, ao longo da consolidação da pesquisa, os instrumentos para coleta de informações já elencados anteriormente, teve como público-alvo, além dos alunos com NEE inseridos no IF Baiano – *Campus* de Guanambi, os gestores atuantes na instituição (Diretor Geral, Coordenador de Ensino e Coordenador de Assistência Estudantil), professores atuantes em salas onde os alunos com NEE estão inseridos e técnicos em assuntos educacionais atuantes no Napne.

Cabe aqui esclarecer que, para o delineamento do universo da pesquisa contei com as informações disponibilizadas pela Secretaria Acadêmica do IF Baiano, mediante solicitação da pesquisadora. O *locus* da pesquisa constitui-se de uma população média de 1.200 alunos

(mil e duzentos alunos), dentre os quais um total de 15 (quinze) educandos são pessoas com deficiência, regularmente matriculados no IF Baiano, nos diferentes cursos. Desse modo, considerando os objetivos deste estudo e o seu público-alvo, para a aplicação dos instrumentos diretos da pesquisa foi selecionado um universo de 30 participantes, a saber: 10 professores; para esse grupo, a escolha foi realizada por amostragem, considerando o número total de 51 professores que atuam junto às classes onde os alunos com NEE se encontram inseridos, nos diferentes cursos. 15 alunos com deficiência; esse grupo se justifica por ser o principal público deste estudo e constituir o universo total de alunos com NEE, os 02 técnicos em assuntos educacionais que atuam no Napne e, por fim, 03 gestores, sendo eles: 01 Coordenador de ensino, 01 Coordenador de Assuntos Estudantis e o Diretor Geral da instituição. Este último grupo foi escolhido por acreditarmos que se trata de um elemento fundamental para obtenção das informações inerentes à Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano; objeto de estudo do trabalho que se apresenta.

Nesta etapa inicial de coleta de informações junto aos participantes da investigação, optou-se por aplicar questionários contendo questões abertas e fechadas. A utilização de questionário justifica-se por ser entendido como melhor instrumento para o alcance dos objetivos desse intento. Para Gil (2002) o questionário constitui-se uma técnica rápida na obtenção dos dados e informações. Assim sendo, inicialmente, foi pensado em aplicar os questionários via internet a todos os 15 alunos com NEE matriculados no *Campus*. Entretanto, após as observações realizadas, *in loco* e o contato direto com os discentes, buscou-se aplicar os instrumentos de coleta de dados de forma presencial, visto que não se tratava de um grupo extenso e por acreditar que as informações seriam mais substanciais. No entanto, devido algumas dificuldades como horário disponível, viagens, dos 15 (quinze) discentes com necessidades específicas, apenas 09 responderam ao instrumento. Os questionários também foram aplicados presencialmente a um grupo de 10 (dez) professores que atuam em salas onde os alunos público-alvo da pesquisa se encontram inseridos, no entanto, no momento do estudo, apenas 06 (seis) docentes responderam ao instrumento. *A priori*, foi estabelecido um diálogo com cada professor, individualmente, convidando-o a participar do estudo e, posteriormente, seguindo com a aplicação do instrumento.

Segundo Lakatos; Marconi (2002, p. 98) o questionário é “[...] um instrumento de coletas de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Assim, a opção por utilizar o questionário nessa etapa da pesquisa justifica-se por possibilitar maior celeridade, uma vez que a aplicação

do instrumento não necessita da presença do pesquisador e por possibilitar maior liberdade para os partícipes.

No momento de coleta de dados, o importante não é somente obter informações que deem respostas ao problema em estudo, mas também que essas informações sejam aplicáveis, posteriormente. Assim, considerando as múltiplas possibilidades de instrumentos para recolha de informações em uma pesquisa científica, salienta-se que outro instrumento utilizado foi entrevista semiestruturada. Conforme enfatiza Gehardth *et al.* (2009), a entrevista constitui-se uma técnica alternativa que permite que o pesquisador, por meio da interação social, colete dados não documentados. Partindo da premissa, as entrevistas foram aplicadas por meio de roteiro semiestruturado, presencial, tendo como públicos o Diretor Geral da Instituição, o Coordenador de Ensino, o Coordenador de Assuntos estudantis. É importante mencionar que os gestores de uma instituição de ensino são elementos fundamentais para o andamento das ações educacionais. Nesse sentido, a participação desses representantes institucionais foi de grande valia para a efetivação do estudo que ora se apresenta, pois foi possível captar informações sobre as concepções nutridas pelos gestores, no que concerne à temática em estudo. Ainda nessa etapa, a entrevista semiestruturada foi aplicada também a 02 (dois) técnicos em assuntos educacionais que atuam no Napne. Nesse momento, buscou-se um diálogo com os partícipes da pesquisa para que fossem informados da temática e dos objetivos do estudo e, assim, se sentissem ou não à vontade em responder aos instrumentos de coleta de informações. Para a realização das entrevistas, foi estimado um tempo médio de uma hora de duração, para cada participante, no entanto, por se tratar de um tema que gera muitas inquietações e reflexões, algumas entrevistas foram consolidadas em torno de uma hora e meia. Cabe destacar que a escolha desses participantes também se justifica pelo fato de serem servidores em constante contato com os educandos com NEE.

Com vistas a consubstanciar as informações sobre o problema investigado para subsidiar o presente estudo, também foi utilizada a estratégia de observação junto aos alunos com NEE. Sobre a técnica de observação, Gehardth *et al.* (2009, p. 74) ressaltam:

É uma técnica que faz uso dos sentidos para a apreensão de determinados aspectos da realidade. Ela consiste em ver, ouvir e examinar os fatos, os fenômenos que se pretende investigar. A técnica de observação desempenha um importante papel no contexto da descoberta e obriga o investigador a ter um contato mais próximo com o objeto de estudo (GEHARDT *et al.*, 2009, p. 74).

Coadunando com os pensamentos dos autores, cabe aqui destacar que a observação se efetivou ao longo de minha atuação enquanto coordenadora do Napne e enquanto professora atuante em salas onde se encontram inserido os alunos com deficiência. Esse momento se evidenciou como um momento de grande relevância, pois, por meio das vivências e o contato mais próximo com o objeto de estudo, pude captar informações mais empíricas e que não se encontram registradas em documentos. Nessa etapa, para garantir consistência das informações e facilitar a descrição dos resultados da pesquisa optei por registrar as informações em forma de relatórios.

Ao se realizar uma pesquisa, muitas dificuldades e resistências se apresentam no caminho metodológico. Assim, ao longo desse percurso, muitas foram as barreiras e dificuldades enfrentadas, cabendo destacar a dificuldade em coletar informações, junto à Assessoria de Diversidade e Inclusão, devido a desatualização dos dados contidos no sistema de informação da Assessoria, bem como a resistência por parte de alguns profissionais em participar deste intento. Entretanto, a persistência e a humildade se fizeram presentes e, com vista a alcançar uma coleta de dados suficiente para a efetivação do presente estudo, busquei me respaldar nos princípios da ética, que regem a pesquisa com seres humanos. Nesse sentido, para a consolidação da investigação e aplicação dos instrumentos de coleta de dados, o público-alvo foi previamente informado do objetivo da pesquisa e convidado a participar do estudo. Neste ínterim, foi apresentado o Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) para todos os participantes da pesquisa.

É importante ressaltar que, no que tange aos alunos com NEE, por se tratarem de sujeitos com algumas limitações e vulnerabilidades, mesmo sendo partícipes em idade acima de 18 anos, tomei o cuidado de apresentar o TCLE para assinatura, tanto para os informantes pesquisados, quanto para os familiares, que foram testemunhas no ato da coleta, deixando claro que não haverá prejuízos de qualquer natureza em participarem do estudo. Além disso, primando pela garantia de acessibilidade para os alunos com deficiência visual, o TCLE foi elaborado em Braille, para alunos com cegueira total, e, para os participantes com baixa visão, o documento foi elaborado em fonte ampliada, de acordo com a necessidade do pesquisado.

Cabe aqui referendar que, no momento em que os partícipes da pesquisa foram convidados a responderem aos instrumentos de coleta de informações, tomaram conhecimento de que o presente estudo traz em seu bojo um caráter científico e, portanto, as informações serão guardadas em arquivos de mídia e só serão utilizadas como fonte de pesquisa, sendo mantidas em sigilo pelo pesquisador, guardadas da forma e durante o tempo previstos no

TCLE. Vale frisar, ainda, que, embora haja riscos mínimos de vazamento das informações, utilizarei de senhas para inviabilizar o acesso por pessoas alheias. Salienta-se, ainda, que os instrumentos foram aplicados em conformidade com os princípios éticos que regem a pesquisa com seres humanos, respeitando o caráter de confidencialidade da identidade dos sujeitos da pesquisa.

Outra etapa de captura das informações para o presente estudo, se constituiu da pesquisa documental. A pesquisa documental é a forma de coleta de informações realizada por meio de documentos escritos ou não (MARCONI; LAKATOS, 2009). Nesse estudo, optou-se pela utilização desse instrumento, visto que, permite ao pesquisador reconstituir acontecimentos importantes para as pessoas ou grupos sociais em análise, gerar hipóteses, etc. Nesta etapa, o pesquisador poderá adquirir ou reconstruir conhecimento e, assim, melhor compreender o fenômeno em estudo. Para May (2004) os documentos precisam situar-se em uma estrutura teórica para haver compreensão dos conteúdos em análise. Partindo dessa ótica, a pesquisa documental teve como *locus* IF Baiano – *Campus* Guanambi e, como *corpus* de análise, foram consultados tanto os documentos impressos como os que estão disponibilizados no site da instituição, a saber: a Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano, o Regimento Interno do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e informações dos registros acadêmicos dos alunos que tratem de idade, sexo, curso em que se encontram matriculados e tipo de deficiência, informações estas, coletadas junto à secretaria acadêmica da instituição. Os documentos utilizados, com exceção dos registros acadêmicos dos alunos, são de domínio público. Desse modo, não se fez necessária a autorização da instituição. No que concerne aos documentos com as informações sobre os alunos participantes foi solicitada a autorização da instituição para o acesso, por meio de um termo de compromisso entregue ao gestor do Instituto, pelo qual me comprometo a zelar pela confidencialidade das informações. Além disso, buscou-se, ainda, junto a Assessoria de Diversidade e Inclusão do IF Baiano e aos Napnes informações sobre o Número de alunos com deficiência por *Campus*, bem como o número total de Napnes implantados e como se encontram estruturados na instituição, nesse momento houve muita dificuldade em coletar maiores informações, pois não havia a atualização dos dados no sistema de informação na Assessoria de Diversidade e Inclusão, além de se perceber a dificuldade em alguns Napnes repassarem tais informações para Assessoria.

4.2.1 ANÁLISE DE DADOS

A análise de informações pode ser vista como um direcionamento do leitor em relação à interpretação. É um processo constante de reflexão sobre os dados. O processo de análise dos dados envolve extrair sentido dos dados de texto e imagem. Envolve preparar os dados para a análise, ir cada vez mais fundo no processo de compreensão dos dados (CRESWELL, 2010). A pesquisa qualitativa é uma forma de investigação interpretativa em que os investigadores fazem uma interpretação do que enxergam, ouvem e entendem com **uma lente teórica** (grifo meu). É consenso entre vários autores que a coleta e análise de dados devem ser um processo simultâneo na pesquisa qualitativa. Para Creswell (2010), trata-se de um processo permanente, envolvendo reflexão contínua sobre os dados, formulando questões analíticas e escrevendo durante todo o estudo. Envolve a coleta de dados aberta, baseada em formular questões abertas e desenvolver uma análise das informações fornecidas pelos participantes.

Nessa perspectiva, com vistas a trazer respostas para o problema e para os objetivos propostos no presente estudo, optou-se por realizar a Análise de Conteúdo. Sobre isso, Bardin (2011) afirma que a Análise de Conteúdo é:

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos das descrições dos conteúdos das mensagens, indicados (quantitativos ou não) que permitam a interferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (BARDIN, 2011, p. 47).

Puglisi e Franco (2005, p. 13) explicam que “[...] na análise de conteúdo, o ponto de partida é a mensagem, mas devem ser consideradas as condições contextuais de seus produtores e assenta-se na concepção crítica e dinâmica da linguagem”.

Sob esse prisma, considerando o *corpus*, os sujeitos e o *lócus* da pesquisa, acredita-se que a Análise de Conteúdo seja a melhor escolha para se efetivar a averiguação dos dados coletados, visto que se trata de um estudo em que envolve opiniões e atitudes. Ela se processa por meio da leitura das falas apresentadas nas transcrições das entrevistas, documentos, etc., com intuito de realizar a descrição dos conteúdos das mensagens. É importante referendar que a Análise de Conteúdo é uma, dentre as diferentes alternativas utilizadas para a interpretação do conteúdo de um texto. Ao se interpretar as informações coletadas o pesquisador deve primar pela dedicação, cautela e muita atenção.

É importante ressaltar que o momento de análise de dados abrange diversas etapas, com vistas a checar e dar significação aos dados coletados (FLICK, 2009; MINAYO, 2001). Assim, essa etapa constitui-se em uma etapa criteriosa e que, segundo destaca Bardin (2011), se encontra estruturada em três momentos: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos resultados, inferências e interpretação.

A fase da pré-análise é o instante em que se organiza o material a ser analisado, operacionalizando e sistematizando as ideias. No segundo momento, que se configura a fase dois da análise, o pesquisador realiza a exploração do material, definindo sistemas de codificação criando categorias, tornando-se unidades de registro. Nesse momento, nos parágrafos das entrevistas se identificam as palavras-chaves que constituirão, posteriormente, o resumo para as categorizações do texto.

A terceira fase de análise compreende o tratamento dos resultados, inferência e interpretação. Nesse processo, é realizada a captura dos conteúdos expressos e latentes encontrados em todo o material coletado (entrevistas, questionários, documentos e observação).

Segundo Flick (2009, p.294), as análises de conteúdos são “utilizadas não apenas para explicar o texto básico, mas também para substituí-lo, sobretudo na síntese da análise de conteúdo”. O mesmo autor salienta ainda que é necessário muito cuidado no detalhamento do processo da pesquisa, bem como na exposição dos dados, para se garantir a confiabilidade do estudo.

Nesse sentido, tomando como base as concepções dos autores que fundamentam o presente estudo, as informações coletadas foram descritas e analisadas a partir das categorias básicas da pesquisa, a saber: Política da Diversidade e Inclusão para Pessoas com Deficiência no IF Baiano, as quais se desdobraram em subcategorias, a partir das informações obtidas com a aplicação dos instrumentos de coletas (entrevistas, questionários, análise documental e observação). Foi utilizada a análise de conteúdo, segundo Bardin (2011), nas entrevistas (que foram registradas), também das observações realizadas, bem como dos questionários com questões abertas e fechadas.

Cabe lembrar que, ao longo da análise de dados, no processo de organização, foram atribuídos códigos para dar significado às informações, às pessoas, às falas e aos eventos, que foram examinados e confrontados com a base teórica dessa pesquisa. Os códigos foram estabelecidos de acordo os grupos participantes da pesquisa, a saber: códigos alfabéticos para

os alunos com NEE, códigos numéricos para os técnicos em assuntos educacionais que atuam no Napne e para os gestores e professores entrevistados utilizou-se nomes fictícios.

A análise realizada viabilizou maior e melhor compreensão da realidade pesquisada. Os resultados alcançados na análise serão melhor apresentados na seção a seguir.

Para Mattos (2005), é falso interpretar o que alguém “disse” sem se perguntar também o que, na ocasião, “deu a entender”, o que sinalizava para além do que “dizia” em fim, o que também fazia, enquanto respondia tais perguntas. Desta forma, após a análise detalhada e revisada, os dados serão descritos e os resultados integrados a literaturas da área.

É importante referendar que, em uma pesquisa científica, quando a coleta e a interpretação de dados são realizadas cientificamente, há maior compreensão dos resultados a serem alcançados.

Assim, diante da profundidade do presente estudo, embora se utilize de vários instrumentos, o que se busca é a construção de um importante e necessário produto institucional, que se constituirá como contribuição à comunidade acadêmica e à comunidade local, visto que poderá viabilizar novas discussões e reflexões sobre o processo de inclusão e sobre o acesso, a permanência e desenvolvimento pleno dos alunos com deficiência no IF Baiano.

5 POLÍTICA DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO IF BAIANO

O presente tópico se destina a apresentação dos dados advindos de questionários aplicados junto aos alunos com NEE e professores do Instituto Federal Baiano-*Campus* Guanambi e das entrevistas realizadas com os gestores e técnicos em assuntos educacionais que atuam no Napne. Contempla ainda, as constatações obtidas na pesquisa documental efetivada, além de apresentar uma análise sobre a Política de Diversidade e Inclusão e as contribuições desta para a garantia de acesso e permanência do aluno com deficiência, bem como para a consolidação da inclusão na instituição.

Nesse item, as informações seguem estruturadas em três partes: apresentação e análise dos dados oriundos dos questionários; na segunda parte, são expostos os dados obtidos nas entrevistas, após as análises de conteúdo e na última parte; traz-se a síntese dos resultados da pesquisa como um todo, de modo a demonstrar a relação entre as categorias estudadas, bem como identificar as contribuições para a efetiva inclusão de pessoas com deficiência na Instituição.

5.1 O QUE INDICA A PESQUISA – QUESTIONÁRIO

Como já mencionado anteriormente, os questionários foram aplicados presencialmente, como instrumentos de coleta numa perspectiva inicial da investigação, junto aos alunos com NEE do Instituto Federal Baiano-*Campus* Guanambi e para os professores que atuam na instituição, em classes onde se encontram inseridos esses alunos. Nos resultados apresentados, os alunos serão identificados por meio de símbolo alfabético e os professores por nomes fictícios.

5.1.1 Caracterização dos sujeitos participantes

Responderam ao questionário 9 dos 15 alunos com NEE matriculados na instituição, o que demonstra que um total de 60% dos discentes com NEE foram pesquisados. Ressalta-se que os alunos respondentes da pesquisa são de faixa etária entre 18 a 56 anos de idade, matriculados nos diferentes cursos ofertados pela instituição (Análise e Desenvolvimento de

Sistema, Engenharia Agrônômica, médio integrado em Agroindústria, Informática – modalidade Proeja), como a Tabela 3 demonstra:

TABELA 3 – ALUNOS COM NEE POR CURSOS NO CAMPUS GUANAMBI

CURSOS	Nº DE ALUNOS COM NEE
Médio integrado em Agroindústria	1
Análise e Desenvolvimento de Sistemas	2
Engenharia Agrônômica	1
Técnico em Informática- Proeja	5
Total de Alunos	9

Fonte: Pesquisa de Campo realizada em setembro a dezembro de 2016. Elaborada pela autora

A partir da Tabela 3, quando comparada a quantidade de respondentes por curso, pode-se identificar que a grande maioria dos alunos com NEE que responderam à pesquisa se encontra matriculada no curso Técnico em Informática, modalidade Proeja.

Também responderam ao questionário os professores que atuam na instituição, em salas onde os alunos com NEE se encontram inseridos. Do total de 51 docentes, foi selecionado um grupo de 10 (dez) professores para a aplicação do instrumento, dentre os quais apenas 06 (seis), deram a devolutiva do instrumento. O tempo de atuação desses docentes na instituição varia entre dez meses a seis anos. As áreas/ disciplinas também são diversificadas, conforme aponta Tabela 4, a seguir:

TABELA 4 – TEMPO E ÁREA /DISCIPLINA DE ATUAÇÃO DOCENTE NO IF BAIANO

TEMPO DE ATUAÇÃO NA INSTITUIÇÃO	ÁREA/DISCIPLINA	Nº DE PROFESSORES
1 ano e 10 meses	Inglês	1
3 anos	História/ Sociologia	1
3 anos e seis meses	Matemática	1
4 anos	Banco de dados,Interface Homem máquina, programação Web	1
5 anos	Língua Portuguesa	1
Total de professores		6

Fonte: Pesquisa de campo realizada em setembro a dezembro 2016. Elaborada pela autora.

Percebe-se que os professores participantes da pesquisa, em sua maioria, têm um tempo de atuação na instituição superior a dois anos.

5.1.2 Dados Resultantes da Pesquisa

As primeiras questões específicas aplicadas aos alunos com NEE foram sobre o conhecimento à cerca da Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano, bem como sobre as concepções dos sujeitos participantes sobre a referida Política, cujas respostas obtidas estão apresentadas na Tabela 5, a seguir:

TABELA 5 – CONCEPÇÕES SOBRE A POLÍTICA DA DIVERSIDADE E INCLUSÃO

QUESTÕES NORTEADORAS	Nº DE ALUNOS		
	SIM	NÃO	PARCIALMENTE
Tem conhecimento sobre a Política de Diversidade e Inclusão?	4	1	4
A Política de Inclusão tem garantido o acesso da pessoa com deficiência na Instituição?	4	0	5
A política de inclusão tem consolidado ações que possibilitem a permanência das pessoas com deficiência na instituição?	0	1	8

Fonte: Pesquisa de Campo realizada de setembro a dezembro de 2016. Elaborada pela autora.

Como se observa nos dados apresentados, no tocante ao conhecimento por parte dos alunos com NEE sobre a Política de inclusão do IF Baiano, percebe-se uma igualdade no percentual dos resultados do estudo, visto que 44,4 % dos alunos participantes da pesquisa dizem conhecer parcialmente e outros 44,4% relatam que conhecem a Política de Diversidade e Inclusão. Para as demais questões, quando indagados se a Política tem garantido o acesso da pessoa com deficiência no IF Baiano, os resultados apontam que a maioria dos partícipes acredita que a garantia de acesso acontece de forma parcial, sendo um total de 55,5%. No tocante à permanência, os dados mostram um índice mais elevado; 88,8% dos alunos pesquisados acreditam que a consolidação das ações da política para a permanência da pessoa com deficiência nos diversos cursos ofertados pela instituição acontece parcialmente.

Além das questões descritas, outras abordagens específicas realizadas na pesquisa, dizem respeito as adequações metodológicas, estratégias de ensino para eliminação de barreiras e contribuições da Política para o processo de inclusão no IF Baiano – *Campus*

Guanambi. Para tais questões, os resultados apontam que 77,7% dos professores realizam, de forma parcial, as adequações necessárias para a participação efetiva do aluno com NEE nas atividades propostas. Quanto às estratégias de ensino para eliminação de barreiras de acessibilidade (comunicação, atitudinal e física), que dificultam o processo de aprendizagem, um percentual de 77,7% dos partícipes acredita que elas também acontecem de forma parcial e 66,6% dos pesquisados ressaltam que, em geral, a Política de Diversidade e Inclusão tem contribuído parcialmente para o processo inclusivo na instituição, conforme aponta Tabela 6, adiante:

TABELA 6 – ADEQUAÇÕES METODOLÓGICAS, ESTRATÉGIAS E CONTRIBUIÇÕES DA POLÍTICA DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO NO IF BAIANO.

QUESTÕES NORTEADORAS	Nº DE ALUNOS		
	SIM	NÃO	PARCIALMENTE
O professor tem feito adequações metodológicas para promoção da participação efetiva?	1	1	7
A Política de inclusão tem viabilizado estratégias eficazes para a eliminação de barreiras físicas, atitudinais e de comunicação?	0	2	7
Em geral, você acredita que a Política de Inclusão do IF baiano tem contribuído para o processo de inclusão das pessoas com deficiência no instituto?	2	1	6
Total de respondentes	3	4	20

Fonte: Pesquisa de Campo realizada de setembro a dezembro de 2016. Elaborada pela autora.

Na terceira questão específica, que se trata de questão aberta, buscou-se saber quais seriam as maiores dificuldades enfrentadas para garantia da permanência do aluno com deficiência na instituição. As informações apresentadas demonstram que a maioria dos alunos participantes do estudo resalta que a falta de profissional especializado (AEE), a falta de apoio dos professores, de material adequado às necessidades específicas e a falta de acessibilidade física e de cursos de formação específicos são as principais dificuldades para a consolidação do processo de inclusão. Outra questão relevante ponderada pelos alunos, foi a dificuldade de relação e de se reunir com a gestão para discutir questões voltadas à inclusão. Para os partícipes, muitos problemas seriam evitados se houvesse maior envolvimento e mais diálogo entre gestores e alunos.

A quarta questão tratou da concepção do aluno sobre as contribuições da Política de Diversidade e Inclusão para o processo de ensino aprendizagem. Para a questão, 08 (oito)

alunos participantes responderam sim e 01 (um) respondeu não. Entretanto, apesar de a maioria ter respondido sim, percebeu-se que essas contribuições são limitadas, em virtude dos relatos dos envolvidos na pesquisa. Quando solicitadas as justificativas, muitos ressaltaram que as contribuições acontecem de forma parcial, pois se limitam apenas a algumas adequações de material pedagógico, serviço de monitoria, alguns horários especiais para a realização de provas e o acesso ao Napne para uso de computadores. Eles salientam que se, no Napne, tivesse profissionais para atendimento especializado, o processo de ensino aprendizagem seria facilitado.

Na questão posterior, que trata da relação do professor com a Política de Inclusão, 05 (cinco) alunos disseram que os professores não conhecem a Política, outros 04 (quatro) responderam que alguns conhecem outros não. Relataram que, mesmo não conhecendo o documento norteador para as ações inclusivas na instituição, alguns professores fazem o possível para atenderem às necessidades dos alunos com NEE. Enfatizam, ainda, que há muitas dificuldades de comunicação entre alguns professores e as pessoas com NEE, pois, segundo eles, há um despreparo dos professores em lidar com as pessoas com deficiência e, conseqüentemente, ocasiona um *déficit* nas atividades pedagógicas, pois, muitas das vezes, eles não realizam as adequações necessárias do material didático e pedagógico para o atendimento às necessidades específicas do educando.

O oitavo ponto específico da pesquisa pontuou sobre o Napne. Foi questionado se os alunos com NEE recebem atendimento necessário do Napne, de modo a auxiliá-los no processo de ensino aprendizagem. A esta questão 08 (oito) alunos responderam que sim e apenas 01 (um) disse que não. Para essa questão foi solicitado que elencassem quais auxílios que recebiam no Núcleo. Assim, percebeu-se que os auxílios recebidos ainda são limitados. Se resumem a apoio pedagógico, adequações de alguns materiais didáticos, reforço nas disciplinas, monitoria, tecnologia assistiva e intérprete de Libras para os surdos. Segundo os entrevistados, os serviços são prestados por Técnicos em Assuntos Educacionais (TAE), que são profissionais sem formação na área, exceto o intérprete de Libras. Assim, pode-se inferir que, apesar de o Napne ofertar atendimento aos alunos com NEE, ainda há um *déficit* nesse processo, visto que o Núcleo não conta com um profissional de Atendimento Educacional Especializado – AEE. Com isso, os serviços prestados não atendem a todas as demandas e especificidades do educando com deficiência.

Posteriormente, outra questão abordada tratou da implantação de ações realizadas pelo IF Baiano, com vistas a assegurar a permanência da pessoa com deficiência na

instituição, além da implantação do Napne. Quando perguntados se tinham conhecimento de outras ações, 77,77% dos discentes responderam que não, 22,22% disseram que sim. Para as respostas afirmativas o respondente poderia pontuar todas. Os resultados estão expressos, no Quadro 1, a seguir:

QUADRO 1 – AÇÕES DO IF BAIANO PARA PERMANÊNCIA DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA INSTITUIÇÃO

AÇÕES IMPLANTADAS PELO IF BAIANO PARA PERMANÊNCIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Mudança de placas de sinalização
Instalação de corrimões
Mini oficinas
Palestras

Fonte: Pesquisa de Campo realizada de setembro a dezembro de 2016. Elaborada pelo próprio autor

As respostas demonstram que, além da implantação do Napne, poucas foram as ações efetivadas, com vistas a promover a permanência da pessoa com deficiência (PCD), na instituição. Nesse sentido, pode-se inferir que a questão da permanência da PCD na instituição ainda é alvo de uma grande lacuna, pois os serviços ofertados se limitam a ações que pouco contribuem para o processo de ensino aprendizagem e, conseqüentemente, para a permanência efetiva desse aluno nos cursos em que se encontram matriculados. É necessário que o Instituto promova uma maior sensibilização e divulgação da Política de Inclusão, objetivando o desenvolvimento, implantação e implementação de ações mais substanciais que permitam, de fato, a permanência exitosa dos PCDs na instituição.

Para além das questões específicas, foi proposto aos alunos participantes da pesquisa que registrassem comentário que julgassem necessário sobre a Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano. Apenas 04 (quatro) dos partícipes expuseram considerações. Todos foram convergentes em salientar a falta de comunicação e de conhecimento sobre a Política de Inclusão, tanto por parte dos demais alunos, como dos servidores públicos da instituição, a falta de acessibilidade arquitetônica, falta de recursos específicos para o atendimento da demanda foram outras questões evidenciadas. Como sugestões, os alunos apontaram a necessidade de haver maior mobilização e sensibilização sobre a Política, bem como um maior empenho em desenvolver ações verdadeiramente inclusivas, além de apontar para a necessidade de se efetivar um trabalho voltado para a relação aluno e aluno com deficiência

na instituição. Nesse sentido, percebe-se que, apesar das contribuições da Política de Inclusão no *Campus* Guanambi para o processo inclusivo, muitas ações precisam ser revistas e muitas outras urgem de serem efetivadas e acompanhadas, com vistas a possibilitar, não só o acesso como o processo de ensino aprendizagem dos alunos com NEE de forma exitosa, garantindo, de fato, a Inclusão.

Os professores atuantes nas salas onde se encontram inseridos os alunos com deficiência se constituíram em outro grupo respondente do questionário. As primeiras questões específicas para esse grupo foram sobre a Política de Diversidade e Inclusão e a concepção dos professores em relação as contribuições da referida política para o processo de inclusão na instituição. Quando questionados se conheciam a Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano, 66,66% relataram que conhecem e 33,33% dizem que conhecem parcialmente. No tocante as contribuições da Política para a inclusão das PCDs no Instituto, 05 (cinco) dos 06 (seis) professores que responderam ao instrumento disseram que sim. Apesar de a maioria dos professores responderem que conhecem a Política, cabe salientar que no momento de observação e aplicação do instrumento foi possível perceber que há um conhecimento parcial sobre as ações preconizadas pela Política, pois foi notório que os docentes não detêm conhecimento da estrutura do documento norteador das ações inclusivas. Os conhecimentos explanados dizem respeito às ações efetivadas no *Campus*, o que cabe inferir que há uma necessidade de se consolidar ações que visem a discussão e publicização da Política.

A terceira questão buscou saber se os professores atuavam em mais de um curso onde os alunos com NEE se encontravam inseridos. Foram obtidas as respostas apresentadas na Tabela 7:

TABELA 7 – PROFESSORES ATUANTES EM MAIS DE UM CURSO COM ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

CURSOS	Nº DE PROFESSORES
Proeja e Médio Integrado em Agroindústria	4
Proeja e Análise e Desenvolvimento de Sistemas	1
Proeja e Licenciatura em Química	1
Total	6

Fonte: Pesquisa de Campo realizada de setembro a dezembro de 2016. Elaborada pela própria autora

Nessa tabela, verifica-se que todos os professores participantes da pesquisa atuam em mais de um curso onde se encontram matriculados discentes com NEE, sendo o Proeja um

ponto comum entre os professores, visto que os 06 (seis) docentes ministram aulas no Curso de Informática, modalidade Proeja. Dessa forma, pode-se inferir que esses docentes tem um contato maior com as PCDs, sendo necessário, portanto, maior informação e conhecimento sobre a temática.

Outra questão abordada buscou saber se os professores tinham conhecimento sobre o que era o Napne. Em caso afirmativo, foi solicitado que descrevessem o que sabiam sobre o Núcleo. Os docentes pesquisados foram unânimes em dizer que sim. A maioria foi convergente em relatar que o Napne se trata de um local onde o aluno com NEE recebe apoio pedagógico e humano, com vistas a facilitar o processo de aprendizagem. Além disso, alguns professores percebem o Núcleo como um setor de apoio à Política de Inclusão e que busca integrar o discente ao campo pedagógico. Com base nesses resultados, pode-se inferir que, para os docentes, o papel do Napne se restringe às questões pedagógicas, cabendo a esse setor somente realizar atividades de orientação aos alunos e aos professores. Entretanto, cabe aqui salientar que o Núcleo, além das ações pedagógicas, tem um importante papel de mobilizar e articular os diversos setores da instituição para implantação/implementação de ações inclusivas, objetivando a aceitação das diferenças e, principalmente, viabilizar a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais, de comunicação e atitudinais.

A quinta questão buscou saber se os professores planejavam as ações metodológicas adequando-as às necessidades dos alunos com deficiência. Os resultados obtidos apontam que 83,33% dos docentes dizem que sim e 16,66% dizem que as adequações acontecem de forma parcial. Na questão que tratou saber como os professores caracterizavam as ações adotadas pelo IF Baiano para a consolidação da inclusão, os resultados demonstram que 66,66% acreditam que as ações realizadas são suficientes para o processo inclusivo na instituição, enquanto que 33,33% responderam que são insuficientes. No entanto, apesar de uma maioria caracterizar as ações como sendo suficientes, vale salientar que, com base nas justificativas apresentadas para a questão e ao longo do percurso da pesquisa, das observações e vivências experienciadas tornou-se evidente que as ações desenvolvidas contribuem para a inclusão, mas ainda não atendem a todas as necessidades dos alunos, pois foi possível perceber que em todas as atividades desenvolvidas estão de acordo à todos os tipos de deficiência, além de haver uma carência de profissionais com formação específica para realizar adequações metodológicas que atendam às especificidades de cada aluno, o que dificulta o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem e, conseqüentemente, o processo inclusivo.

O sétimo ponto específico da pesquisa questionou sobre as estratégias desenvolvidas pelo IF Baiano para a eliminação de barreiras físicas, de comunicação e atitudinal e a efetivação da inclusão. As respostas encontradas apontam que dos 06 (seis) professores respondentes da pesquisa, 03 (três) disseram não ter conhecimento se o IF vem desenvolvendo estratégias para eliminação das barreiras de acessibilidade e outros três responderam que sim, que têm conhecimento. Quando solicitados para descreverem quais seriam tais estratégias, elencaram as ações que seguem apresentadas no Quadro 2:

QUADRO 2 – ESTRATÉGIAS PARA A ELIMINAÇÃO DE BARREIRAS FÍSICAS, DE COMUNICAÇÃO E ATITUDINAL E EFETIVAÇÃO DA INCLUSÃO.

PROFESSORES RESPONDENTES	ESTRATÉGIAS DESENVOLVIDAS
BRUNA	O Napne apresenta atividades que priorizam o processo de inclusão.
CARLA	Adaptação de espaço físico do <i>Campus</i> , acompanhamento dos estudantes em vários momentos: desde transcrição de atividades (digitação, impressão, tradução) até atividades sociais.
ANA	Reforma do espaço físico, tentativa de cumprir a lei e cursos de Libras (porém pouco)

Fonte: Pesquisa de Campo realizada de setembro a dezembro de 2016. Elaborada pelo próprio autor

As informações apresentadas no Quadro 2 permitem inferir que as ações elencadas não evidenciam a eliminação das barreiras de acessibilidade, visto que não deixam claro de que forma elas acontecem na instituição, e serem explicitadas de forma generalizada.

Quando questionados se a Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano tem possibilitado condições necessárias para a permanência das PCDs nos cursos em que se encontram matriculadas, 50% dos docentes responderam que sim, 33,33% disseram que parcialmente e 16,66% responderam que não. Outra questão abordada foi sobre as dificuldades enfrentadas para que seja garantida a permanência do aluno com NEE na Instituição. Diversas foram as concepções apresentadas pelos professores respondentes da pesquisa, cujos resultados seguem descritos no Quadro 3:

QUADRO 3- DIFICULDADES ENFRENTADAS PARA SE GARANTIR A PERMANÊNCIA DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA NA INSTITUIÇÃO.

QUANTO À CONCEPÇÃO DO PROFESSOR	
•	Nenhuma
•	Não vejo razões para o aluno não se adaptar
•	Apoio aos discentes no assunto planejamento, outros e acompanhamento em sala
•	Mais servidores no setor
•	Acredito que a inovação seja uma alternativa para a garantir a permanência do deficiente
•	Melhorar a acessibilidade e adquirir materiais didáticos apropriados

Fonte: Pesquisa de Campo realizada de setembro a dezembro de 2016. Elaborada pelo próprio autor

Os dados do Quadro 3 permitem inferir que, apesar de terem sido elencados alguns fatores que podem inviabilizar a permanência do aluno com deficiência na instituição, não há uma clareza por parte dos professores em relação às dificuldades enfrentadas pela instituição para que seja consolidada a Política de Diversidade e Inclusão e, conseqüentemente, garantir a permanência dos alunos com NEE. É possível observar em uma das falas apresentadas que na concepção do professor o aluno é quem deve se adaptar ao espaço educacional e não o contrário, o que demonstra um entendimento equivocado, por parte de alguns professores, sobre o processo de inclusão das PCDs, reforçando a ideia de que deve haver maior mobilização e discussão sobre a questão da inclusão.

Outra questão específica respondida pelos professores envolvidos no estudo diz respeito à contribuição da Política de Diversidade e Inclusão para o desenvolvimento de ações pedagógicas, voltadas para a participação efetiva do aluno com NEE nas atividades propostas. Ao serem questionados se a referida política tem contribuído para esse processo, 05 (cinco) professores disseram que sim e 01 (um) disse que não. Para as respostas afirmativas, foi solicitado que elencassem de que forma se consolidam tais contribuições. De acordo as informações apresentadas, são realizados atendimentos individualizados para os alunos, seminários e palestras, além de apoio e suporte aos docentes. Entretanto, segundo os professores, essas ações ainda são parciais e necessitam ser melhoradas e ampliadas.

A décima primeira questão buscou saber dos professores quais estratégias eram desenvolvidas por eles, para que fossem garantidos a permanência e o processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência. Os resultados obtidos constam do Quadro 4, a seguir:

QUADRO 4 – ESTRATÉGIAS DO PROFESSOR PARA GARANTIA DA PERMANÊNCIA E DO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA

ESTRATÉGIAS DESENVOLVIDAS PELO PROFESSOR

- Levo alguns recursos que contemplem os objetivos da aula e atendam às necessidades dos alunos
- Atentar para os direcionamentos do Napne, bem como a vivência do aluno
- Procuo o Setor do Napne para auxílio no conteúdo de avaliação, designo tutor para aluno com deficiência e procuro sempre descrever imagens e indagar com o aluno com deficiência sobre questões das aulas
- Planejamento de atividades específicas que possam ser desenvolvidas pelos estudantes, que respeitem as necessidades e limitações
- Procuo utilizar imagens, filmes legendados durante as aulas
- Construção de conhecimentos, através de materiais didáticos construídos por mim, juntamente com os alunos; conversas sobre valores e autoestima.

Fonte: Pesquisa de Campo realizada de setembro a dezembro de 2016. Elaborado pela própria autora

Com base nos dados da tabela é possível inferir que os docentes participantes da pesquisa tem buscado atender da melhor forma possível às necessidades específicas dos alunos com NEE, visto que de acordo os depoimentos se evidenciam as tentativas de estratégias para o processo de aprendizagem do aluno. Além disso, eles veem o Napne como um setor de apoio, que auxilia e oferece suporte pedagógico.

Além das questões específicas respondidas pelos docentes, foi solicitado que registrassem algumas considerações adicionais que julgassem relevantes sobre a Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano. As respostas demonstram dois fatores preponderantes; a falta de divulgação e conhecimento sobre a Política e a carência de capacitação profissional. Para os professores, uma maior divulgação e a oferta de cursos de capacitação (especialização), voltados para técnicas e estratégias para o trabalho com as diferentes deficiências poderão contribuir de forma mais efetiva para o processo de inclusão na instituição.

É oportuno salientar que esse levantamento de informações foi fundamental para a realização da pesquisa. Os resultados encontrados se constituíram em informações relevantes sobre a Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano, além de possibilitar uma maior direcionamento e foco no tema em estudo.

Como forma de aprofundamento do tema estudado também foram realizadas as entrevistas, cujos resultados estão explicitados na próxima subseção deste trabalho.

5.2 O QUE NOS APONTA A PESQUISA DE CAMPO – ENTREVISTAS

A entrevista semiestruturada foi realizada com os gestores e os técnicos em assuntos educacionais do Instituto Federal Baiano-*Campus* Guanambi, abordando o tema deste trabalho.

5.2.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

O público-alvo desta pesquisa foi constituído por dois grupos: o primeiro representado por dois (02) Técnicos em Assuntos Educacionais (TAEs) que atuam no Napne do IF Baiano-*Campus* Guanambi. O segundo grupo foi composto por três (03) gestores da instituição; Coordenador de Ensino, Coordenado de Assuntos Estudantis e Diretor Geral.

Para apresentação do perfil desses partícipes da pesquisa, optou-se por categorizá-los da forma a saber: Formação acadêmica, Cargo de lotação, Função exercida e tempo de atuação na instituição (Técnicos) e Formação acadêmica, Cargo de lotação, Função exercida e tempo de atuação como gestor na instituição.

No tocante à formação acadêmica dos entrevistados os dois Técnicos participantes do estudo possuem a formação em Pedagogia. Dos gestores respondentes da pesquisa, um tem Mestrado em Cultura e Sociedade; um Doutorado em Zootecnia e um Engenharia Agrônômica. Em relação ao cargo no qual os entrevistados se encontram lotados na instituição, os resultados apontam que os dois são técnicos lotados como Técnicos em Assuntos Educacionais exercendo, atualmente, suas funções no Napne, no acompanhamento dos alunos com deficiência e os três gestores são lotados como docentes. No que diz respeito ao tempo de atuação, as tabelas a seguir apresentam os resultados encontrados.

TABELA 8 – TEMPO DE ATUAÇÃO NA INSTITUIÇÃO DOS TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Tempo de atuação	Número de entrevistados
Menos de 03 anos	00
Entre 03 e 05 anos	01
Entre 06 e 10 anos	01
Mais de 10 anos	00
Total de entrevistados	02

Fonte: Pesquisa de Campo realizada de setembro a dezembro de 2016. Elaborada pela própria autora

TABELA 9 – TEMPO DE ATUAÇÃO DOS ENTREVISTADOS COMO GESTORES NA INSTITUIÇÃO

Tempo de atuação como gestor	Número de entrevistados
Menos de 03 anos	01
Entre 03 e 05 anos	02
Entre 06 e 10 anos	00
Mais de 10 anos	00
Total de entrevistados	03

Fonte: Pesquisa de Campo realizada de setembro a dezembro de 2016. Elaborada pela própria autora

Os dados das Tabelas 8 e 9 permitem perceber que o tempo de atuação dos entrevistados são distintos. Entretanto, no que tange aos gestores, apesar de não terem muito tempo de atuação na gestão, foi possível coletar uma percepção diversificada deles sobre a temática em estudo.

5.2.2 *Política de Inclusão no Instituto*

Este tópico trata-se da apresentação e discussão dos dados que demonstram as concepções dos entrevistados sobre o significado de Inclusão, ações preconizadas pela Política de Diversidade e Inclusão, as dificuldades e contribuições da Política para o acesso e permanência exitosa das pessoas com NEE no IF Baiano-Campus Guanambi, Planejamento para atendimento das necessidades dos alunos com deficiência e o Napne

5.2.2.1 Significado de Inclusão

Para os técnicos e os gestores do IF Baiano-*Campus* Guanambi, participantes da pesquisa, a inclusão significa oportunizar a todos, deficientes ou não, sem distinção de raça, credo, cor ou classe social o acesso a toda e qualquer forma de participação social, respeitando as diferenças. Todos os entrevistados foram unânimes em enfatizar esse conceito para Inclusão, utilizando apenas palavras distintas para expressarem as suas concepções.

Segundo Mantoan (2005), “[...] inclusão é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós”. Nesse sentido, as concepções sobre o significado de inclusão apresentadas na pesquisa estão fortalecidas pela concepção de Mantoan.

Evidenciou-se nos resultados apresentados que os entrevistados tem um percepção clara sobre o significado de inclusão, bem como sobre a importância desse processo, conforme destaca-se na fala do gestor Paulo que diz que inclusão “[...] significa abrir as portas da instituição para que os portadores de deficiência participem da vida educacional e social, assegurando os seus direitos no âmbito da sociedade” e, na fala do técnico atuante no Napne, Entrevistado 02; “ Inclusão é acolher a todas as pessoas, deficientes ou não, independente de raça, cor, credo, classe social, respeitando as diferenças dessas pessoas”.

As percepções apresentadas na pesquisa, permitem entender a inclusão como um processo social que é fundamental para o respeito, a valorização e reconhecimento do ser, independente das diferenças. Um processo que busca a consolidação de uma sociedade mais igualitária, onde todos possam participar de forma ativa e crítica, tendo seus direitos assegurados.

5.2.2.2 Ações preconizadas pela Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano

A Política de Diversidade e Inclusão é um documento Institucional construído a partir das bases legais que versam sobre as políticas afirmativas e da participação coletiva dos diferentes setores da instituição. Foi elaborada pela equipe multidisciplinar da Comissão de Política de Inclusão e instituída pela Portaria nº 272, de 05 de abril de 2011. A sua implementação de forma efetiva no IF Baiano, se constitui uma necessidade premente, uma vez que, o Instituto tem apresentado uma demanda diversificada de seu público, o que exige ações específicas para o atendimento às necessidades.

Este documento preconiza diversas ações com vistas a viabilizar o processo de inclusão do Instituto Federal Baiano. Dentre elas, cabe destacar a adaptação curricular, garantia de aquisição e elaboração de recursos didático para eliminação de barreiras de aprendizagem dos estudantes com necessidades educacionais específicas, garantia no Projeto Político Pedagógico (PPP) e nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) a organização e operacionalização de métodos e estratégias, voltadas ao AEE. Desse modo, buscou-se saber dos Gestores e dos Técnicos em Assuntos Educacionais o nível de conhecimento acerca da Política e Diversidade e Inclusão, bem como sobre as ações. Para tanto, os partícipes foram questionados se conheciam a Política e solicitado que enumerassem algumas das ações explicitadas no documento.

Os dados resultantes da pesquisa sinalizam que a maioria dos entrevistados se limitou a responder, apenas, que “Sim”. Entretanto, cabe destacar que um dos técnicos em assuntos educacionais respondeu que, além de conhecer também participou da comissão para a elaboração do documento. No que se refere a enumeração das ações preconizadas pela política, as respostas obtidas se encontram apresentadas nos Quadros 4 e 5.

QUADRO 5 - AÇÕES PRECONIZADAS PELA POLÍTICA DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO SEGUNDO OS TAES

AÇÕES DA POLÍTICA QUANTO AS CONCEPÇÕES DOS TAES
“Fomentar ações sensibilizadoras nos <i>campi</i> , através de eventos, obrigatoriamente em calendário acadêmico; implementar política de cotas para o ingresso de estudantes com necessidades específicas”.
“Ações de sensibilização sobre a importância da Inclusão, elaboração de cartilhas sobre inclusão e diversidades, política de cotas para ingresso de estudantes com deficiência”.

Fonte: Pesquisa de Campo realizada de setembro a dezembro de 2016. Elaborada pela própria autora.

QUADRO 6 - AÇÕES PRECONIZADAS PELA POLÍTICA DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO SEGUNDO OS GESTORES

AÇÕES DA POLÍTICA QUANTO À CONCEPÇÃO DOS GESTORES
“Identificação de salas e setores com Braille e Libras”.
“Criação do Napne; instalações de rampas de acesso a cadeirantes, contratação de intérprete de Libras”.
“Criação do Napne, contratação de profissionais de Libras, capacitação de servidores técnicos e docentes, adaptação de instalações e fixação de placas de identificação de setores, em Libras”.

Fonte: Pesquisa de Campo realizada de setembro a dezembro de 2016. Elaborada pela própria autora.

A partir dos dados apresentados é perceptível que tanto os técnicos como os gestores entrevistados, de modo geral, conhecem as ações que são estabelecidas pela Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano para a garantia do acesso das pessoas com deficiência na instituição. No entanto, durante as entrevistas, apesar de o grupo gestor afirmar que conhece o documento, uma parte dos gestores, ao elencar as ações, se direcionavam mais àquelas implementadas, parcialmente, no *Campus*. Além disso, tornou-se evidente que os técnicos atuantes no Napne demonstram um maior envolvimento com a Política de Inclusão que equipe gestora. Ao decorrer das entrevistas foi possível identificar que os TAEs mantêm uma interação dinâmica com as questões inclusivas, fato pouco percebido em relação à gestão.

O ato de incluir perpassa por meras práticas de permitir que o aluno com deficiência ou com algum tipo de necessidade específica seja inserido em um contexto. Para que haja inclusão é necessário que haja mudanças de atitudes com vistas a eliminar as barreiras que intensificam e limitam a participação dessas pessoas. Desse modo, para que se efetive o processo inclusivo, é fundamental que seja garantido o princípio de igualdade, tão latente em nossas leis, de modo que todos tenham a oportunidade de desenvolverem suas habilidades e competências e de participarem ativamente do contexto social.

Assim, em relação a permanência dos PCDs na instituição, os técnicos e os gestores foram questionados sobre que ações eles elencariam. Os dados resultantes da questão apontam mais uma vez que, os gestores demonstram pouco envolvimento no processo de inclusão, uma vez que se fez notório durante a entrevista que as ações elencadas pelos gestores se limitaram apenas às desenvolvidas pela instituição como forma de cumprir as exigências legais à exemplo da monitoria, contratação de intérpretes de Libras, adaptação do ambiente. No entanto, quanto aos TAEs, ao serem questionados sobre o mesmo item, percebeu-se um maior aprofundamento. Eles se pautaram nas ações versadas pela Política, dando ênfase à adaptação curricular, aquisição e elaboração de recursos didáticos com vistas a eliminação de barreiras no processo de aprendizagem, à acessibilidade (sinalização, mobilidade, mobiliário, etc.).

Segundo a Declaração de Salamanca as crianças e os jovens com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas regulares e essas, por sua vez, devem se adequar às necessidades desse público (UNESCO, 1994). Nesse sentido, vale enfatizar que as ações elencadas pelos entrevistados se constituem elementos fundamentais para o acesso e permanência da pessoa com deficiência na Instituição, bem como a eliminação de toda e qualquer forma de discriminação, além de serem indispensáveis para o processo de aprendizagem e construção da autonomia do aluno com NEE.

Outra questão abordada na entrevista foi sobre o envolvimento do grupo gestor na consolidação da Política de Diversidade e Inclusão. Os resultados obtidos se encontram apresentados nos Quadros 7 e 8.

QUADRO 7 - ENVOLVIMENTO DOS GESTORES NA POLÍTICA DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO – CONCEPÇÃO DOS GESTORES

QUANTO À CONCEPÇÃO DOS GESTORES
“Tudo que é decidido administrativamente é com a participação dos membros do Napne e dos alunos”
“O gestor tem buscado dentro de suas limitações, mecanismos para atender à Política de Diversidade e Inclusão, porém ainda tem muito a ser feito”
“O grupo gestor do IF Baiano- <i>Campus</i> Guanambi tem dado total atenção ao grupo de estudantes e servidores envolvidos com a Política de Diversidade e Inclusão”

Fonte: Pesquisa de Campo realizada de setembro a dezembro 2016. Elaborada pela autora.

De acordo os dados apresentados, os gestores acreditam que o envolvimento do grupo gestor tem sido significativo, sendo que, mesmo com limitações, tem buscado dar apoio às demandas da instituição no que concerne ao desenvolvimento das ações inclusivas. Conforme salienta o Gestor Antônio, todas as ações administrativas em prol do processo inclusivo são realizadas com a participação do Napne e dos alunos, entretanto, o que se percebeu ao longo das entrevistas e das observações realizadas é que há uma dificuldade em se implementar essas ações e de diálogo entre os envolvidos no processo. Pode-se inferir que, os gestores tratam as ações da inclusão apenas como cumprimento das exigências das leis e da Política de Inclusão. Nesse sentido, reforça-se a ideia que de há pouco envolvimento do grupo gestor no que concerne à Política de Inclusão.

A percepção de que há pouco envolvimento por parte dos gestores com a Política de Inclusão pode ser percebida também a partir das ponderações feitas pelos TAEs, conforme Quadro 8.

QUADRO 8 - ENVOLVIMENTO DOS GESTORES NA POLÍTICA DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO –
CONCEPÇÃO DOS TAES

QUANTO À CONCEPÇÃO DOS TAES
“O grupo gestor ainda não está sensibilizado com a questão da Diversidade e Inclusão no IF Baiano”.
“Há pouco envolvimento do grupo gestor nessa consolidação da Política de Diversidade e Inclusão”.

Fonte: Pesquisa de Campo realizada de setembro a dezembro 2016. Elaborada pelo autor.

Ao se analisar o Quadro 8, observa-se que os TAES, participantes do estudo, indicaram que os gestores da instituição ainda não se demonstram totalmente sensibilizados com a questão da diversidade e inclusão. Além disso, no decorrer da entrevista foi possível perceber que os TAES nutrem um descontentamento em relação à postura dos gestores frente à implementação das ações inclusivas na instituição, em virtude de que essas são feitas de forma morosa e com muitas dificuldades.

É importante salientar que, tomando como base a Política Nacional de Educação Inclusiva, é necessário que se compreenda e valorize as diferenças existentes no contexto educacional. Assim, é fundamental que o gestor compreenda a relevância de uma proposta de Ensino que considere e respeite as diferentes particularidades que se apresenta no contexto da Educação Inclusiva. Desse modo, para que se efetive a política inclusiva no IF Baiano, urge a necessidade de os gestores se sensibilizarem e redimensionarem o olhar com mais afinco para as questões inerentes ao atendimento e processo de aprendizagem das pessoas com NEE, inseridas na instituição e para a prática de ações atendam a todos.

5.2.2.3 Dificuldades e contribuições da Política de Diversidade e Inclusão para a permanência e aprendizagem do aluno com NEE na instituição.

Esta subseção traz questões referentes as dificuldades enfrentadas pela instituição para que se consolide a inclusão no espaço acadêmico, além de abordar as contribuições, bem como as estratégias desenvolvidas pelos gestores para a implementação das ações versadas na Política.

Nesse foco, o primeiro ponto questionado diz respeito às concepções dos gestores e técnicos participantes da pesquisa, sobre quais são as dificuldades enfrentadas para a garantia da permanência do aluno com deficiência no *Campus*. Na visão dos técnicos participantes da pesquisa, as maiores dificuldades são as barreiras de comunicação e a atitudinal. Quando

entrevistados, os partícipes, apesar de não explicitarem nas respostas apresentadas, evidenciaram que as ações ligadas as questões atitudinais tem sido um grande desafio na instituição. Além disso, ao longo das observações no *lócus* do estudo, percebeu-se que ainda há uma certa indiferença por parte de alguns profissionais que atuam na instituição frente à pessoa com necessidades educacionais específicas. Nesse sentido, pode-se inferir que a barreira atitudinal seja a mais difícil de ser superada, uma vez que requer mudanças de atitudes, de postura, de paradigmas. Requer dos envolvidos no processo de ensino aprendizagem uma mudança de postura frente a diversidade que existe no ambiente educacional.

É relevante referendar que, muitas vezes, as barreiras atitudinais são justificadas ainda pautadas nos pensamentos filosóficos e históricos que acreditavam que o benéfico para os alunos com algum tipo de deficiência fosse espaço especializado, próprio para o trabalho com essas pessoas. Muitos ainda acreditam que o melhor para os alunos com deficiência seja uma escola especial. No entanto, tais justificativas não podem ser bem vistas, uma vez que, no contexto atual, se busca uma escola para todos. Nesse sentido, conforme ressalta Carvalho (2006, p. 128): “Independentemente do *lócus* das barreiras, elas devem ser identificadas para serem enfrentadas, não como obstáculos intransponíveis e sim como desafios aos quais nos lançamos com firmeza, com brandura e muita determinação”.

Segundo as concepções dos gestores participantes do estudo, as maiores dificuldades para que se consolide a permanência do aluno com deficiência na instituição estão relacionadas às questões físicas, financeiras e humanas, conforme segue ilustrado nas falas dos entrevistados; um gestor entrevistado salienta “[...] a falta de recursos financeiros e humanos (AEE) e o apoio técnico para elaboração de acessibilidade”. Para outro gestor, as dificuldades ocorrem em função da “[...] falta de recursos financeiros que, apesar de existirem, ainda não são suficientes para implantar modificações estruturais nas instalações, compra de equipamentos e materiais”. Um terceiro gestor aponta “[...] a inadequação de instalações físicas e a capacitação dos profissionais envolvidos com o ensino”.

Percebe-se, nas falas dos entrevistados, que há uma convergência em relação aos fatores que dificultam as ações em prol da permanência do aluno com NEE no Instituto. É importante destacar que, de modo geral, a Política Nacional de Educação Inclusiva estabelece metas e garante recursos para que sejam viabilizadas as condições necessárias para uma educação que atendam a todos, independentemente de suas condições físicas, biopsicossocial

e cultural. A Declaração de Salamanca de 1994, autores como Sasaki, 1996, Azevedo, 2000 dentre outros discutem e trazem informações elucidativas sobre essa questão.

Ao analisarmos as respostas apresentadas, na visão dos gestores, percebe-se que o fator recurso financeiro é preponderante, uma vez que muitas ações dependem diretamente de recursos financeiros para serem consolidadas. Na fala do segundo gestor, tornou-se latente que os recursos financeiros dispensados para as ações inclusivas não atendem às necessidades da instituição, limitando assim, as adequações estruturais necessárias para atendimentos às pessoas com NEE. Além disso, é possível inferir que a falta de profissional especializado também se configura uma problemática que inviabiliza a permanência do educando com NEE no espaço acadêmico. Destarte, considerando as falas dos participantes e as observações realizadas, conclui-se que no IF Baiano, apesar de ser considerado um *Campus* de referência no tocante ao processo de inclusão, os avanços percebidos são, ainda, insuficientes para que haja uma permanência exitosa dos alunos com NEE no Instituto.

Outro ponto abordado nas entrevistas, buscando maior aprofundamento da temática, trata-se das estratégias adotadas pelos participantes, enquanto gestores, para a aplicabilidade da Política da Diversidade e Inclusão na Instituição, cujas respostas obtidas seguem explicitadas em no Quadro 9:

QUADRO 9- ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELOS GESTORES PARA APLICABILIDADE DA POLÍTICA DE INCLUSÃO NO IF BAIANO – *CAMPUS* GUANAMBI

ESTRATÉGIAS ADOTADAS PELOS GESTORES
“Tenho solicitado insistentemente junto a Reitoria atenção às nossas demandas”
“Pelo pouco tempo de convivência com a Política de Diversidade e Inclusão, procuro participar de grupos de discussão e conhecer os documentos relacionados com a Política de Diversidade e Inclusão”.
“Proporcionar meios para a aquisição de instrumentos para o Napne e abertura de exceções para que os alunos deficientes dos cursos superiores sejam contemplados com alojamentos”.

Fonte: Pesquisa de Campo realizada de setembro a dezembro de 2016. Elaborada pela autora

Partindo das falas explicitadas no quadro, é possível inferir que não há estratégias concretas e bem estruturadas pelos gestores para que se efetive de forma plena a Política da Diversidade e Inclusão no *Campus* Guanambi. O que se percebe é que os gestores entrevistados não demonstram clareza sobre que estratégias precisam ser adotadas para que se implemente a Política na Instituição, visto que as respostas registradas se limitam a ações isoladas. Além disso, pode-se observar que ainda há uma visão assistencialista em relação às

pessoas com deficiência. O que pode ser exemplificado na fala do segundo gestor “ [...] **abertura de exceção** para que os alunos deficientes dos cursos superiores sejam contemplados com alojamento” (grifo meu). O que leva a concluir que a ação de garantir o alojamento para o aluno com deficiência, na visão do gestor, seja condição suficiente para a permanência do aluno na instituição.

Entretanto, vale salientar que o processo de inclusão requer a adoção de estratégias constantes e específicas ao atendimento às necessidades dos educandos com deficiência. Tais estratégias perpassam desde as que envolvem questões físicas, pedagógicas até as atitudinais. Envolvem planejamento e organização de recursos e serviços que promovam a acessibilidade (arquitetônica, comunicacional, informações, materiais didáticos, etc.). Segundo a LDB e Declaração de Salamanca, cabe a escola e aos profissionais de educação prepararem-se para receber, acolher e educar as pessoas com necessidade educativa especial, permitindo as condições necessárias para que, tanto os professores como os demais profissionais que atuam na educação possam desenvolver de forma adequada as suas tarefas, contribuindo, assim, para desenvolvimento do processo ensino aprendizagem.

Nesse sentido, urge a necessidade de maior clareza e conhecimento por parte dos gestores, sobre as diretrizes preconizadas pelo Política da Diversidade e Inclusão para que haja, de fato, a adoção de estratégias bem estruturadas e eficazes e, desse modo, se implementar, de forma plena, a referida política.

Outro ponto da pesquisa trata das contribuições da Política de Diversidade e Inclusão para o processo de ensino aprendizagem dos alunos com NEE. As respostas apresentadas pelos gestores apontam a contratação de intérprete de Libras, o serviço de monitoria e assessoria pedagógica e a verticalização do ensino como contribuições relevantes para aprendizagem desse público. É importante destacar que durante as entrevistas alguns gestores, mesmo não registrando de forma mais complexa suas respostas, teceram comentários complementares que fortaleceram a ideia de que essas ações se constituíram em instrumentos viabilizadores do processo de ensino aprendizagem e foram efetivados a partir das diretrizes preconizadas pela Política de Inclusão, com vistas a facilitar e contribuir para o processo de ensino aprendizagem. Entretanto, cabe mencionar que, pensar o processo ensino aprendizagem, requer pensar na possibilidade de dar condições aos alunos para que aprendam as habilidades necessárias à vida de modo a facilitar a plena e efetiva participação social. Sobre esta questão, a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência aponta que é necessária:

[...] a. Facilitação do aprendizado do braille, escrita alternativa, modos, meios e formatos de comunicação aumentativa e alternativa, e habilidades de orientação e mobilidade, além de facilitação do apoio e aconselhamento de pares; b. Facilitação do aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade linguística da comunidade surda; e c. Garantia de que a educação de pessoas, inclusive crianças cegas, surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados às pessoas e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social (CONVENÇÃO, 2009, p. 14).

Tomando como base o que se encontra elencado na referida Convenção, ao analisarmos as falas dos entrevistados, percebe-se que as contribuições da Política da Diversidade e Inclusão no IF Baiano para o processo de ensino aprendizagem do aluno com NEE ainda são mínimas, uma vez que para que se consolide esse processo, não basta realizar a contratação de intérprete de Libras, monitoria, pois a oferta desses serviços não garante efetivação da aprendizagem. É preciso, portanto, desenvolver ações que levem em consideração todas as especificidades dos alunos com deficiência, bem como viabilizar atendimento especializado, capacitação de professores, dentre outras ações.

As falas apresentadas pelos TAEs participantes da pesquisa, ao responderem à mesma questão, reforçam a ideia de que ainda há poucas contribuições da Política para o processo de ensino aprendizagem do discente com NEE no IF Baiano. Em sua fala, o técnico participante identificado como Entrevistado 01, enfatiza: “Algumas ações podem ser percebidas, mas ainda são insuficientes para dizer que estão contribuindo, de fato, para o processo de ensino aprendizagem do aluno com deficiência”. O outro técnico entrevistado salienta que a Política da Inclusão tem sido um documento norteador das ações inclusivas. O que nos permite inferir que, apesar de se perceber poucas contribuições, o citado documento é de suma importância para a consolidação das ações que visem a garantia do processo de ensino aprendizagem do aluno com deficiência bem como a consolidação de uma escola inclusiva.

Objetivando um maior aprofundamento sobre esse ponto, buscou-se saber dos entrevistados se eles acreditavam que o IF Baiano se tornou uma instituição mais inclusiva a partir da Política de Diversidade e Inclusão. Os três gestores entrevistados responderam que sim. Entretanto, um dos gestores salientou que, apesar de o IF Baiano ser considerado um espaço inclusivo, ainda carece de muitas ações para se tornar realmente uma instituição

inclusiva. O segundo gestor entrevistado justificou a sua resposta, registrando que a procura por matrícula na Instituição tem aumentado nos últimos anos, no entanto, cabe destacar que, o fato de haver um aumento de demanda na instituição não evidencia que ela seja um espaço inclusivo.

Ao reportarmos as concepções dos TAEs que atuam junto aos alunos com deficiência no NAPNE, sobre esse ponto, percebe-se que há uma contradição em relação aos pensamentos dos gestores. Para os TAEs, o IF Baiano ainda não pode ser considerado uma instituição inclusiva. Segundo os entrevistados, a Política tem apenas norteado o processo, mas ainda não consolidou a Instituição como um espaço inclusivo, conforme pode ser percebido nas falas dos TAEs. Como compreende o Entrevistado 01, a política não se consolidou: “Apenas norteia, porém nem todas as ações preconizadas foram implementadas”. Da mesma forma, o Entrevistado 02, assim se manifesta, quando perguntado se a Políticas se consolidou: “Não. Porque as diretrizes, os objetivos e as ações da Política não estão sendo implementadas em sua totalidade nos *campi*.”

Em uma análise geral de todas as respostas apresentadas a este ponto do estudo pode-se dizer que a implementação da Política de Inclusão no IF Baiano tem sido realizada de forma improvisada e com poucos esclarecimentos. Que apesar dos avanços ocorridos a partir da referida política, ainda não se observa a efetivação da inclusão. Muitas ações são incertas e pouco definidas. Nesse sentido, pode-se inferir que a questão Inclusão ainda precisa ser bem definida e compreendida pela comunidade atuante no IF Baiano, para que, a partir daí, sejam dadas as condições necessárias para que a instituição se consolide como uma instituição inclusiva.

5.2.2.4 Planejamento para atendimento das necessidades dos alunos com deficiência e o Napne

Para se implementar toda e qualquer ação em um espaço institucional é necessário que haja planejamento e organização do que se pretende realizar. Nesse sentido, buscando saber como tem se efetivado as ações inclusivas que atendam às necessidades dos alunos com deficiência inseridos no IF Baiano – *Campus* Guanambi, foi questionado, aos gestores e aos TAEs participantes da pesquisa, se eles consideravam que o Instituto possuía um planejamento preciso e definido para atender às necessidades dos alunos com deficiência em

seu processo de aprendizagem. Os resultados obtidos seguem explicitados nos Quadro 10 e 11.

QUADRO 10 - EXISTÊNCIA DE PLANEJAMENTO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO IF BAIANO - *CAMPUS* GUANAMBI

QUANTO À CONCEPÇÃO DOS GESTORES
Sim, mais ainda precisa melhorar em alguns aspectos
É uma Política recente, que precisa ser avaliada constantemente para apontar novas direções para uma construção de um planejamento preciso e contínuo.
Não

Fonte: Pesquisa de Campo realizada de setembro a dezembro de 2016. Elaborada pela autora

Ao analisar o Quadro 10, que trata da existência de um planejamento definido para o atendimento das necessidades dos alunos com deficiência, no *Campus* Guanambi, fica, mais uma vez, evidente que a implementação das ações inclusivas na instituição vem acontecendo de forma pouco sistematizada, pois, segundo se observa nas falas da maioria dos gestores entrevistados, não há planejamento das ações com vistas a atender aos alunos com NEE inseridos na instituição.

Vasconcelos (2000) explica que o planejamento deve acontecer de acordo com contexto sócio-político, econômico e cultural, de modo a orientar os educadores. Nesse sentido, é importante destacar que o ato de planejar, no contexto da educação inclusiva, consiste em obter maior participação e corresponsabilização dos envolvidos no processo, para que se sejam viabilizadas as mudanças estruturais necessárias, bem como a eficácia das ações planejadas. Ainda sob essa égide, é interessante salientar que a inclusão não é um movimento individual. Desse modo, requer envolvimento e trabalho contínuo. Para tanto, a necessidade de se planejar os programas e as ações inerentes ao processo inclusivo se torna latente. Parafraseando Santos (1997), é necessário que se planeje de forma flexibilizada todas as ações e programas educacionais, objetivando contemplar à diversidade de alunos e que seja ofertado o mesmo conteúdo curricular, mas sem a perda da qualidade do ensino.

Ainda sobre esse ponto, reportamo-nos agora às respostas obtidas a partir da entrevista com os TAEs, que seguem explicitadas no Quadro 11.

QUADRO 11- EXISTÊNCIA DE PLANEJAMENTO PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO IF BAIANO - *CAMPUS* GUANAMBI - TAES

QUANTO ÀS CONCEPÇÕES DOS TAES:
“Parcialmente. Falta maior envolvimento e responsabilidade de toda a comunidade para que as ações planejadas sejam implementadas com êxito”.
“ Não. Ainda há muito a se planejar e definir estratégias, visando o atendimento aos alunos com deficiência”.

Fonte: Pesquisa de Campo realizada de setembro a dezembro de 2016. Elaborada pela autora.

O que se evidencia mais uma vez, a partir dos dados do Quadro 11, é a ideia reforçada da inexistência de um planejamento definido para as ações inclusivas no IF Baiano- *Campus* Guanambi. Partindo dessa premissa, não seria falso inferir que a falta desse planejamento se constitui um fator que inviabiliza a implementação da Política de Diversidade e Inclusão na instituição e, conseqüentemente, se constitui em um entrave no processo de ensino aprendizagem dos educandos com NEE.

Segundo salienta Carvalho (2007, p. 99) “[...] a proposta da educação inclusiva precisa ser, definitivamente, entendida como dever do Estado, contando com a parceria da sociedade, tanto no planejamento das ações quanto na administração de sua implantação e implementação.” Corroborando com Carvalho, é possível considerar que, apesar dos avanços e das ações implementadas no *Campus* Guanambi, urge a necessidade de se repensar e ressignificar a Política de Inclusão na instituição, visto que ações isoladas, sem planejamentos bem definidos e concretos, poderão não viabilizar nem garantir a permanência dos alunos com deficiência no Instituto e, conseqüentemente, não haverá a consolidação da inclusão no IF Baiano.

Uma das ações preconizadas pela Política da Diversidade e Inclusão do IF Baiano trata-se da implantação dos Napnes em cada *Campus*. Atualmente, a instituição conta com 10 Napnes implantados, distribuídos nos *Campi* conforme salientado em seção anterior.

A implantação do Núcleo foi realizada para se configurar um espaço de apoio e acompanhamento das pessoas com Necessidades educacionais específicas. No entanto, o que se percebeu no decorrer da pesquisa é que, o Núcleo, no *Campus* Guanambi, apesar de ser considerado um importante espaço para os alunos com NEE e contribuir para o processo de aprendizagem desse público, com a estrutura atual que possui, não tem atendido a todas as demandas, pois não conta com equipe multidisciplinar, conforme versa o Regimento Interno do Napne e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Inclusão, além de não

possuir um espaço físico adequado, com equipamentos e tecnologias assistivas necessárias para a produção e adequação dos recursos didáticos pedagógicos. Outro fator que merece destaque é que não há, de fato, um acompanhamento efetivo do processo de ensino aprendizagem do aluno, visto que não há a disponibilidade de profissional especializado para tal fim.

Considerando as ponderações apresentadas, se evidencia a necessidade de se pensar numa reestruturação dos Napnes, com vistas a viabilizar, de fato, as condições de atendimento às necessidades dos educandos e, conseqüentemente, se consolidar o acompanhamento eficaz do processo de ensino aprendizagem. Nesse sentido, no intuito de saber dos gestores e TAEs participantes da pesquisa o que eles pensam sobre a possibilidade de se reestruturar o Napne, foi proposta a seguinte questão: “Você considera importante a reestruturação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Deficiência (Napne) do IF Baiano – *Campus* Guanambi, de modo que possa se consolidar o acompanhamento e monitoramento do processo de ensino aprendizagem dos alunos com NEE na Instituição? ”. Os resultados obtidos apontam que, tanto os gestores como os TAES, concordam que há a necessidade de se reestruturar o Napne, bem como apontam a importância dessa reestruturação para a melhoria e efetivação do acompanhamento do processo de aprendizagem das pessoas com deficiência na instituição.

Para o TAE Entrevistado 01, a implantação do Napne é uma ação que está em consonância com um dos princípios norteadores da Política: igualdade e equidade no acesso, permanência e êxito no percurso formativo dos alunos com algum tipo de deficiência. Nesse sentido, segundo justifica o Entrevistado 01: “[...] a reestruturação do Núcleo possibilitará um melhor atendimento, melhor acesso a equipamentos de tecnologias assistivas, proporcionando a permanência e desenvolvimento no processo de ensino aprendizagem inclusivo”

A fala do TAE Entrevistado 01 é reforçada pelo terceiro gestor, visto que ele salienta que o Napne tem favorecido significativamente o processo de inclusão e que, com uma reestruturação poderá melhorar e contribuir ainda mais. Assim, pode-se observar que o próprio entrevistado reconhece as contribuições do Napne, mas que é premente uma reestruturação do Núcleo para que se efetive o acompanhamento da aprendizagem dos alunos com NEE.

Conforme ressalta o segundo gestor entrevistado: “Essa reestruturação precisa ser contínua, pois sempre aparecem novos casos de pessoas com necessidades diferentes”. A fala do gestor permite salientar que, diante do contexto atual, em que a inserção de pessoas com deficiência nos espaços educacionais tem se intensificado nos últimos anos, em virtude das

lutas em prol da valorização e reconhecimentos dessas pessoas e das garantias de documentos legais como Declaração de Salamanca (1994), LDB 9394/96, Lei 13.146/ 2015 (Estatuto da Pessoa Com Deficiência), dentre outras, a reestruturação do Napne se constitui, de fato, uma ação necessária e que ser contínua, levando em consideração a realidade e a demanda da instituição.

Finalizando, foi solicitado dos participantes que registrassem algumas considerações que julgassem relevantes sobre a Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano. Os pesquisados, de modo geral, salientaram a relevância do documento para o processo inclusivo na instituição. Enfatizaram também que é preciso se definir melhor as ações, bem como o percentual mínimo de recursos financeiros para que todas as ações preconizadas sejam implementadas. Entretanto, reconhecem que o desenvolvimento e definições de projetos voltados para a inclusão acontecem de forma morosa e limitada.

Ainda sobre esse ponto, quero aqui destacar a fala do TAE Entrevistado 02:

A Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano é um importante documento para a garantia de acesso e permanência do estudante com deficiência, porém, o que está preconizado neste documento, não está acontecendo na prática em sala de aula, nem tão pouco na Instituição como todo. As barreiras, principalmente as atitudinais, ainda precisam ser superadas para que ocorra, de fato, a verdadeira inclusão no IF Baiano (TAE Entrevistado 02)

O depoimento do entrevistado deixa em evidencia que, mesmo sendo um importante instrumento para a efetivação da inclusão das pessoas com deficiência no IF Baiano-*Campus Guanambi*, a Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano não tem sido efetivada de forma plena, visto que são muitas as dificuldades enfrentadas. Tais dificuldades perpassam desde as questões que envolvem a execução de adequações físicas, pedagógicas, atitudinais, até as que envolvem recursos financeiros (aquisição equipamentos de tecnologia assistiva, de material pedagógico, contratação de profissional especializado etc.). Além disso, aponta para a necessidade de se buscar estratégias para que sejam eliminadas todo e qualquer tipo de barreira existente na instituição no tocante ao processo de ensino aprendizagem da pessoa com NEE. É possível inferir ainda que não há envolvimento consistente dos professores e demais servidores da instituição com o processo educativo das pessoas que apresentam algum tipo de necessidade educacional especial, com isso, aumentam ainda mais as dificuldades para a implementação da política.

Reafirma-se portanto, para que o IF Baiano implemente as ações preconizadas pela Política de Diversidade e Inclusão, de modo a assegurar a permanência e a consolidação exitosa do processo de aprendizagem dos educandos com deficiência, é fundamental que se desenvolva práticas inclusivas, que promovam todas as condições possíveis para o atendimento às necessidades especiais para a aprendizagem desses educandos e que os envolvidos no processo educacional possam assumir responsabilidades e acolher à todos.

5.3 Síntese dos resultados.

A partir dos dados obtidos na pesquisa, pode-se sintetizar os resultados da forma a seguir:

A) Quanto à Política de Diversidade e Inclusão

A maioria dos participantes da pesquisa demonstra ter um conhecimento parcial sobre a Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano, entretanto, considera que a Política tem se constituído um documento norteador das ações em prol da inclusão no IF Baiano e que tem viabilizado o ingresso das pessoas com deficiência na instituição.

B) Quanto às ações preconizadas pela Política

Para a maioria dos partícipes da pesquisa, os avanços ocorridos no IF Baiano – *Campus* Guanambi, a partir da Política de Diversidade e Inclusão são perceptíveis. No entanto, no que diz respeito às ações preconizadas pela referida política, segundo os pesquisados, evidenciou-se que ainda há muito a se concretizar, visto que tais ações ainda não foram implementadas de forma plena. A implantação das ações em prol do processo de inclusão e permanência do aluno com NEE na instituição acontece de forma lenta e limitada, o que implica dizer que as ações implantadas não atendem a todas às necessidades da pessoa com deficiência inseridas na instituição. Outro ponto em evidência, segundo a maioria dos pesquisados, é o pouco envolvimento tanto dos professores como dos gestores no processo para a implementação efetiva da Política de Diversidade e Inclusão.

C) Em relação às dificuldades e contribuições da Política para permanência e aprendizagem do NEE

Para a maioria dos participantes da pesquisa, a Política de Diversidade e Inclusão se constitui um marco relevante para o processo de inclusão no *Campus* – Guanambi. Na visão tanto dos alunos com NEE como dos demais partícipes, o documento tem contribuído para garantir a inserção das pessoas com deficiência na instituição, além de, ainda que de forma parcial, viabilizar condições de permanência no processo de ensino aprendizagem. Os gestores apontam como contribuições a oferta de serviços como Intérprete de Libras e Monitoria para os estudantes com NEE. No entanto, apesar dos avanços, a instituição enfrenta muitas dificuldades para a implantação efetiva das ações em prol do atendimento às necessidades específicas dos educandos com deficiência. Para os entrevistados, a falta de informação e comunicação, bem como a barreira atitudinal se constituem uma das maiores dificuldades para o processo de inclusão, visto que a comunidade acadêmica como um todo, ainda não se sensibilizou com a causa. Além disso, a falta de recursos financeiros, de profissionais especializados para o atendimento aos alunos com necessidades específicas (profissional de AEE), a falta recursos pedagógicos e didáticos adequados e de equipamentos de tecnologia assistiva dificultam e comprometem o processo de ensino aprendizagem dos alunos com NEE. Nesse sentido, conclui-se que há muitas barreiras a serem superadas no *Campus* Guanambi para que a Política de Inclusão seja, de fato, implementada.

D) Em relação ao Planejamento para atendimento ao NEE e o Napne

Apesar de se perceber a concretização de algumas ações para o atendimento dos alunos com NEE no IF Baiano-*Campus* Guanambi, constatou-se que não há um planejamento bem definido das ações inclusivas na instituição. Para os Técnicos em Assuntos Educacionais participantes da pesquisa, as ações acontecem de forma parcial e sem muito envolvimento da comunidade. Para eles, não se percebe planejamento e definições de estratégias para se viabilizar o processo de aprendizagem do aluno com NEE. Na visão da maioria dos gestores, é necessário haver uma avaliação constante da Política de Inclusão para que se aponte novas direções para o processo e se construa um planejamento contínuo e preciso, visando a consolidação da inclusão no Instituto. No que tange ao Napne, todos os entrevistados o reconhecem como um importante setor para a implementação das ações inclusivas e

efetivação da Política. Entretanto, apontam que a sua estrutura atual ainda não atende às demandas da instituição, além disso, devido à falta de profissional especializado, não há o acompanhamento efetivo do processo de aprendizagem dos alunos com deficiência, o que nos leva a reforçar a ideia de se repensar o papel do Napne, bem como vislumbrar a sua reestruturação.

6 POLÍTICA DA DIVERSIDADE E INCLUSÃO COM FOCO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NO *CAMPUS* GUANAMBI: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES

A presente seção se destina a apresentação da análise das principais informações coletadas sobre o tema investigado, considerando os objetivos da pesquisa. Para tanto, foi estruturada em duas categorias: Ações inclusivas para permanência exitosa do aluno com deficiência a partir da Política da Diversidade e Inclusão: implicações e contribuições e Planejamento das ações inclusivas e o NAPNE.

6.1 AÇÕES INCLUSIVAS PARA PERMANÊNCIA EXITOSA DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA A PARTIR DA POLÍTICA DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO: IMPLICAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES

Discutir as contribuições da Política da Diversidade e Inclusão para o processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência no IF Baiano – *Campus* Guanambi é um dos objetivos específicos da pesquisa realizada. Nesse tópico do estudo, serão realizados alguns comentários a respeito dos resultados da pesquisa relacionado à política de inclusão e as ações implementadas para a garantia da permanência e o processo de ensino aprendizagem do aluno com NEE, buscando apresentar as contribuições e desafios.

É interessante iniciar o percurso, procurando compreender, antes de tudo, o significado de inclusão, segundo as concepções dos entrevistados para que se possa discutir a temática deste intento. Desse modo, seguem explicitadas as concepções de um gestor e um Técnico em Assuntos Educacionais participantes do estudo.

Para o segundo gestor entrevistado inclusão “Significa abrir as portas da instituição para que os portadores de deficiência participem da vida educacional e social, assegurando os seus direitos no âmbito da sociedade”. E, para o Técnico 01: “É respeitar as diferenças, dar oportunidade para todos, sem qualquer tipo de discriminação” (Técnico 01). Corroborando com os pensamentos dos entrevistados, é válido salientar que o ato de incluir envolve a capacidade de entender o outro, reconhecendo e valorizando as diferenças existentes, de modo a acolher e conviver com a diversidade sem discriminação.

Partindo da compreensão do que seja a Inclusão de pessoas com deficiência, passamos a discutir a Política de Diversidade e inclusão no IF Baiano – *Campus* Guanambi. Com base na pesquisa realizada, pode-se destacar que para os participantes, a referida política tem sido um elemento relevante para o processo de inclusão das pessoas com deficiência na instituição, visto que é um documento que tem viabilizado o ingresso desse público nos diferentes cursos ofertados pelo IF Baiano, além de ser o norteador para a implementação de ações que visem atender às necessidades específicas de cada aluno.

Entretanto, conforme pontua o segundo gestor, se faz necessária uma constante avaliação da Política, para que, a partir daí sejam apontadas novas direções para a construção e efetivação de ações mais concretas e bem definidas, visando maior e melhor acompanhamento do processo de ensino aprendizagem do aluno com NEE e, assim, consolidar o processo de inclusão.

A política da Diversidade e Inclusão do IF Baiano foi aprovada em outubro de 2012, com base na Política Nacional de Educação Inclusiva e respaldada também por outros documentos legais que discutem a temática, a exemplo da Declaração de Salamanca, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/96). Ela preconiza diversas ações a serem implementadas para que o processo de inclusão, bem como o desenvolvimento do processo de ensino aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais específicas sejam consolidadas de forma plena.

No entanto, se evidenciou na pesquisa, que, apesar dos avanços ocorridos no que diz respeito à inserção de pessoas com deficiência na instituição, as ações preconizadas ainda não foram totalmente implementadas. Elas vêm sendo efetivadas de forma lenta no *Campus* Guanambi. Uma importante ação constatada na instituição, foi a implantação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - Napne, que será melhor abordado mais à frente. Ao longo do estudo se identificou também algumas implementações, como sinalizações do espaço físico, oferta de serviços de monitoria e Intérprete de Libras, rampas, dentre outras.

No que tange as ações voltadas para as questões pedagógicas, poucas foram as ações relatadas; palestras, *workshop* de Libras. Segundo os alunos com NEE participantes deste intento, não se percebe o envolvimento por parte de alguns professores e até mesmo dos demais servidores da instituição, no processo de inclusão e de ensino aprendizagem, conforme salienta o Aluno IS “[...] alguns professores aderem a todas as ações inclusivas, outros não. Eles ainda não foram sensibilizados pela Política da Diversidade e Inclusão”. Concepção

reforçada fala do aluno DR; “[...] os professores não dão valor algum à Política nem aos alunos. Não querem saber de preparar aula que ajude ao aluno aprender, interagir diante do assunto”.

É importante salientar que, para se consolidar as ações inclusivas é fundamental que haja o engajamento e participação de todos envolvidos no processo. No entanto, não se pode negar que ainda há muitas dúvidas e desconhecimentos sobre a temática, o que possibilita a resistência, especialmente por parte dos professores, ao processo inclusivo. Nesse sentido, tomando como base as falas citadas anteriormente, pode-se inferir que a falta de participação e envolvimento dos professores seja em virtude das muitas incertezas e pela insegurança no trabalho educacional com os alunos com deficiência, visto que a maioria deles não possuem formação profissional para atuar com esse público.

A garantia de recursos financeiros no orçamento anual do IF Baiano para a implementação das ações inclusivas, a garantia de profissionais especializados no atendimento às pessoas com necessidades específicas, mobilização permanente da comunidade (discentes e docentes) em prol da inclusão, formação de professores e discentes, bem como da comunidade no entorno do *Campus*, são algumas das diretrizes estabelecidas pela Política da Diversidade e Inclusão do IF Baiano. Pontua-se que dentre as diretrizes elencadas, a garantia de recurso financeiro torna-se um fator preponderante para a implementação efetiva da política, pois a maioria das ações preconizadas pelo documento depende desse recurso.

É importante salientar que, como recurso financeiro é estabelecido, apenas 2% da dotação orçamentária anual para a implementação e manutenção da Política da Diversidade e Inclusão na Reitoria e nos *campi* do IF Baiano (BRASIL, 2013). Partindo dessa premissa, para os gestores entrevistados, os recursos financeiros dispensados para a implementação das ações inclusivas no *Campus* são insuficientes, pois a demanda da instituição é significativa e a cada dia surgem novas necessidades para serem atendidas.

Nesse sentido, a escassez de recurso financeiro se configura um dos desafios enfrentados pelos gestores para que se consolidem as ações inclusivas, a permanência exitosa dos alunos com NEE no processo de ensino aprendizagem. Para os gestores, apesar de existir o recurso específico, ainda não é suficiente para a efetivação de forma plena das ações como: adequação dos espaços físicos, aquisição de equipamentos de tecnologias assistivas, materiais didáticos pedagógicos, capacitação de servidores, dentre outras, visto que os custos dessas ações são muito elevados.

A partir dos dados da pesquisa, é possível afirmar que a implantação da Política da Diversidade e Inclusão, no que tange às pessoas com deficiência, no IF Baiano, vem acontecendo sem que a instituição tenha as condições necessárias, seja financeira, didático-pedagógicas e/ou estruturais, para se consolidar. As ações até o momento implementadas são fruto de esforços de alguns profissionais que atuam na instituição, bem como dos Gestor, ainda que de forma tímida, junto à Reitoria.

Para além das dificuldades financeiras, a falta de profissional especializado para o atendimento aos alunos com deficiência, a falta de informação e conhecimento sobre a política de inclusão por alguns professores e demais servidores e a barreira atitudinal, também se configuram em um entrave para implementação da política, bem como para o processo de ensino aprendizagem do aluno com NEE.

A falta de profissional especializado para o atendimento aos alunos com NEE matriculados no Instituto foi um dos pontos mais enfatizados tanto pelos alunos como pelos técnicos entrevistados que atuam no Napne. Segundo Brasil (2005, p.28), o “despreparo dos professores” figura entre os obstáculos mais citados para a educação inclusiva, o qual tem como efeito o estranhamento do educador com aquele sujeito que não está de acordo com os padrões de ensino e aprendizagem da escola”.

Nesse sentido, a partir dos relatos dos entrevistados, constatou-se que esse fator causa um *déficit* no processo de aprendizagem do aluno com NEE inseridos no *Campus* Guanambi. A maioria dos participantes evidenciou que, apesar de terem apoio pedagógico para o auxílio em atividades acadêmicas, esse apoio, conforme pondera o aluno DR, ocorre “[...] de forma limitada, pois é ofertado por técnicos que não têm preparação em atendimento especializado, as atividades são poucas como leitura e ajuda em pesquisas e provas” (ALUNO DR).

É mister salientar que a pesquisa nos leva a perceber que urge a necessidade de se promover a capacitação dos profissionais que atuam na instituição, de modo a prepará-los para o trabalho com os alunos com NEE, afim de que se possa contribuir, de fato, para o processo de ensino aprendizagem e a construção da autonomia dessas pessoas, com vistas a efetiva participação social.

Dentre as diversas dificuldades detectadas para que se consolide a política inclusiva no IF Baiano, cabe aqui destacar também a barreira atitudinal. Tomando como base os dados apresentados, pode-se salientar que essa seja a mais difícil de ser superada, uma vez que requer mudanças de atitude e concepções, pois ao longo de todo processo histórico as pessoas

com deficiência foram rotuladas como incapacitadas, inválidas, dentre outros adjetivos, que ainda se percebem em muitos contextos nos dias atuais.

De acordo com Sasaki (2003), mesmo com a Declaração de Salamanca de 1994, que vem propor a educação inclusiva, o reconhecimento e a valorização das pessoas com deficiência se percebe a extinção das barreiras atitudinais no contexto educacional.

Para os TAEs participantes do estudo, a barreira atitudinal tem se constituído em um grande entrave para a permanência do aluno com deficiência no *Campus*. Detectou-se nos relatos dos entrevistados e ao longo das observações realizadas, que muitos professores, alunos e servidores da instituição ainda não percebem as pessoas com deficiência como pessoas que, apesar das limitações, têm capacidades de interação, participação e de aprender junto aos outros. Ainda nutrem a falsa ideia de que essas pessoas devem frequentar escolas especiais. Frente a isso, se estabelece a dificuldade no relacionamento e na comunicação entre professores e alunos com NEE, bem como entre os demais alunos e servidores.

Sob essa ótica, faz-se necessária a realização de ações mais concretas que visem a sensibilização de toda a comunidade acadêmica no que diz respeito à Política de Inclusão, bem como ao reconhecimento e valorização das pessoas com deficiência, na tentativa de sanar as barreiras atitudinais existentes no *Campus* que comprometem, não só a permanência como o processo de aprendizagem dessas pessoas.

Refletindo sobre a Política da Diversidade e Inclusão e a sua relação com o processo de inclusão e de ensino aprendizagem dos alunos com NEE, é possível perceber que ainda há muitas lacunas para que esse processo se consolide de forma plena. Para a maioria dos entrevistados, a falta de conhecimento sobre o que se preconiza a política, inviabiliza a implementação das ações. Segundo os dados apresentados, poucos professores, alunos e demais servidores da instituição conhecem, de fato, o documento. Além disso, esse desconhecimento impossibilita a concretização das adequações necessárias às necessidades específicas dos alunos com NEE, como adequação curricular, desenvolvimento de estratégias metodológicas, etc.

A pesquisa realizada demonstrou que a Política da Diversidade e Inclusão tem contribuído para o ingresso de alunos com deficiência no IF Baiano e, no que concerne a implementação das ações preconizadas para garantia da permanência e êxito do processo de ensino aprendizagem desses alunos, vale destacar que, ainda se percebem poucas contribuições, uma vez que ainda não foram efetivadas em sua totalidade. Segundo o técnico 01, muitas ações ainda precisam ser efetivadas na instituição, dentre elas, destacam-se a

adequação curricular, elaboração de recursos didáticos, a contratação de profissional de AEE e a capacitação dos servidores para que se eliminem as barreiras no processo de aprendizagem dos educandos com NEE.

No momento da implementação da Política da Diversidade e Inclusão e na execução das ações inclusivas, é preciso que se pense na participação e envolvimento de todos os inseridos no processo de aprendizagem. Que toda a comunidade conheça as diretrizes e as ações da política e que se leve em consideração as demandas da instituição, de modo que sejam implementadas ações, programas e projetos que visem, de fato, a garantia da permanência e o êxito no processo de ensino aprendizagem dos educandos com deficiência. Além disso, faz-se necessário um acompanhamento contínuo desse processo e mobilização constante para a sensibilização da comunidade para que a instituição se torne verdadeiramente inclusiva.

6.2 PLANEJAMENTO DAS AÇÕES INCLUSIVAS E O NAPNE

Identificar os programas e as ações do IF Baiano para o acesso e permanência de alunos com necessidades educacionais especiais é um dos objetivos específicos da pesquisa. Assim, nesta subseção do estudo, teceremos comentários sobre os resultados da investigação relacionados ao planejamento das ações inclusivas e sobre o Napne.

Pensar em uma educação inclusiva significa pensar em espaço educacional que garanta igualdade de oportunidades a todos. No entanto, o que se presencia, na maioria das vezes, é a oferta de uma educação idêntica para todos, sem considerar as diversidades existentes nesse espaço (CARVALHO, 2007). Nesse sentido, a escola precisa mudar a sua filosofia frente ao novo contexto; deve se organizar para atender a todos os alunos indistintamente. Para tanto, necessita planejar e desenvolver ações e programas que busquem a efetiva participação dos alunos em todos os contextos e atividades propostas.

Reportando ao IF Baiano - *Campus* Guanambi, onde o ingresso de alunos com deficiência tem se intensificado nos últimos anos, tomando como base a Política da Diversidade e Inclusão da instituição, buscou-se saber se há um planejamento preciso e bem definido das ações preconizadas para o atendimento das necessidades desses alunos, de modo a promover a participação efetiva de todos. Os dados resultantes do estudo permitiram-nos perceber que, embora a política tenha sua estrutura respaldada em documentos legais da

Política Nacional da Educação na Perspectiva inclusiva e estabeleça diretrizes norteadoras para a implementação nos *campi*, o que se observou foi a ausência de um planejamento concreto de ações e projetos voltados para o processo de inclusão e de ensino aprendizagem dos alunos com NEE.

Para a maioria dos entrevistados, o planejamento das ações acontece de forma parcial e não se percebe a participação e envolvimento da comunidade. Fortalecendo o exposto, registra-se, parafraseando, a concepção do técnico 02 que salienta que não há planejamento definido e que a instituição precisa planejar e definir estratégias, visando o atendimento aos alunos com deficiência. Assim, é possível depreender que, mesmo diante do documento norteador e das demandas apresentadas, as ações inclusivas preconizadas pela política estão sendo implementadas de forma lenta, isoladamente e parcialmente, sem a definição de estratégias mais concretas que visem ao reconhecimento, a valorização e promoção da permanência exitosa dos alunos com NEE no processo de ensino aprendizagem. Não seria, portanto, exagero afirmar que, a maioria dos programas e ações realizadas na instituição busca apenas cumprir as exigências legais.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IF Baiano, estabelece objetivos e metas para a consolidação e ampliação da política inclusiva e afirmativa, com vistas a desenvolver ações que garantam a inclusão social das pessoas com deficiências (BRASIL, 2015). Frente ao exposto, para se alcancem tais objetivos é necessário que os *campi* construam um projeto político-pedagógico em que os envolvidos no processo assumam o princípio de que todos, independentemente de suas condições, físicas, sociais e econômicas, são capazes de aprender. Assim, vale reforçar que a construção de um espaço inclusivo não se faz sem planejamentos bem definidos, o que não significa dizer que seja inflexível, muito pelo contrário. É preciso pensar em ações multidisciplinares e que oportunizem a participação coletiva e com foco no atendimento às diversidades existentes no contexto educacional.

A Política da Diversidade e Inclusão estabelece alguns programas para efetivação da inclusão no IF Baiano, conforme já explicitado no referencial teórico deste trabalho. Dentre estes programas, destaca-se o Programa de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – Papne. O programa visa assegurar o acesso, a permanência e saída exitosa dos alunos com deficiência da instituição e é constituído por um Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – Napne.

Partindo dessa premissa, a partir da pesquisa foi possível identificar que o IF Baiano conta com um total de 10 (dez) Napnes implantados, sendo o do *Campus* Guanambi o pioneiro, foi implantado a partir do ingresso de um aluno com deficiência visual na instituição.

De acordo com a política e o Regimento interno do Napne, o núcleo deve ser estruturado de modo a atender aos alunos com necessidades específicas, acompanhando o processo de ensino aprendizagem, realizar mobilizações e sensibilizações em prol da inclusão, além de ofertar apoio pedagógico aos professores para o trabalho com os alunos com NEE e promover capacitação e discussões inerentes à temática. Para tanto, além de uma estrutura física adequada, o Núcleo deve conter uma equipe multiprofissional para desenvolvimento das atividades. Entretanto, o que se constatou a partir desse estudo é que os Napnes ainda não se encontram estruturados, conforme o que determina o Regimento Interno.

Em relação ao Napne do *Campus* Guanambi, quanto ao seu espaço físico, constatou-se que se trata de uma sala pequena, o que dificulta a mobilidade dos alunos, bem como o processo de acompanhamento e orientação das atividades pedagógicas. É importante destacar que, no processo de aprendizagem dos alunos com deficiência, são necessários momentos de acompanhamento individualizado. Desse modo, é fundamental que ele aconteça em um espaço adequado sem qualquer barreira para aprendizagem. Assim, evidenciou-se a partir da pesquisa que a sala onde o Napne se encontra instalado, não oferece condições favoráveis para um melhor aproveitamento do processo de aprendizagem dos educandos com NEE, uma vez que não possui um local específico para esse atendimento individualizado e, na maioria das vezes, a sala se encontra sempre cheia e com um fluxo constante de pessoas, o que vem ocasionar a dispersão dos alunos nos momentos de atendimento.

No que diz respeito à equipe que atua no Napne, percebeu-se que todos são Técnicos em Assuntos Educacionais, sem a formação para o atendimento educacional especializado. No entanto, segundo os alunos, atendidos pelo Núcleo, mesmo sem a formação, a equipe tem buscado realizar ações que viabilizem e contribuem para o processo de aprendizagem e para a efetivação da inclusão na instituição.

Para os alunos participantes da pesquisa, o Napne tem contribuído para o processo de aprendizagem e inclusão das pessoas com deficiência. No entanto, ressaltam que as contribuições ainda são limitadas, pois não tem profissional especializado. Ainda segundo ele, as atividades realizadas pelo Núcleo se resumem a leituras, apoios na realização das avaliações, reforço nas disciplinas. Apontam para a necessidade de o Núcleo, bem como a

instituição, desenvolver mais atividades que possam atender às suas especificidades. Pode-se inferir, portanto, que a forma como o Napne se encontra estruturado atualmente e como vem desenvolvendo suas ações, não atende, de fato, às necessidades dos alunos com NEE, inseridos na instituição, para que estes possam consolidar seu aprendizado pleno e construir sua autonomia. Assim, nos leva a refletir sobre a necessidade de se repensar a estrutura do Núcleo.

Na visão dos gestores, o Napne se constitui como um setor de relevância para a implementação das ações inclusivas. Segundo pontua o primeiro gestor entrevistado, todas as decisões administrativas, voltadas para o processo de inclusão, são tomadas com a participação do Núcleo. Entretanto, percebeu-se uma contradição em relação aos relatos dos Técnicos e alunos atendidos pelo Napne, pois salientaram que um dos grandes problemas que encontram em realizar as atividades é a falta de diálogo com a gestão. Outro ponto que cabe destacar, é que se evidenciou que alguns professores e até mesmo gestores nutrem uma concepção equivocada em relação ao papel do Napne. Para a maioria, a responsabilidade com o processo de aprendizagem da pessoa com deficiência é do Núcleo. Entendem como se o aluno fosse matriculado no Napne e não da instituição. Nesse sentido, torna-se clara a necessidade de haver maior mobilização do Núcleo, no sentido de informar a comunidade sobre o papel do Napne e publicizar as ações por ele desenvolvido.

O Napne, para atender de forma plena ao que versa a Política de Inclusão, de maneira que possa viabilizar as condições necessárias para a permanência e êxito dos alunos com deficiência nos cursos em que se encontram inseridos, precisa ser bem estruturado, alicerçado em uma concepção participativa e multiprofissional e apoiado por um planejamento estratégico bem definido e que as ações sejam exequíveis, levando em consideração as necessidades específicas. Sob essa égide, um dos pontos abordados na pesquisa foi respeito da possível reestruturação do Napne. Os dados obtidos corroboram para a necessidade de se promover a reestruturação do Núcleo. Para os entrevistados a reestruturação contribuirá muito mais para o processo de inclusão das pessoas com deficiência no Instituto. Para fortalecer a afirmativa, registra-se um trecho da fala do Técnico 01 “[...] a reestruturação do Núcleo possibilitará um melhor atendimento, melhor acesso a equipamentos de tecnologias assistivas, proporcionando a permanência e desenvolvimento no processo de ensino aprendizagem inclusivo”.

A pesquisa revelou, portanto, que urge a necessidade de se definir um planejamento concreto das ações inclusivas e repensar o papel do Napne e a sua estrutura, propondo a

reestruturação para que sejam implementadas as ações preconizadas pela Política da Diversidade e Inclusão, de forma plena e se consolide o processo de ensino aprendizagem dos alunos com NEE e a inclusão no *Campus* Guanambi.

Além da reestruturação do Napne, a pesquisa também apontou para outras possíveis propostas de ação para que se consolide a inclusão no IF Baiano, cabendo aqui destacar a Criação de um Curso de Especialização em Educação Especial, na perspectiva da inclusão, com o objetivo ofertar aos profissionais da educação conhecimentos necessários para atuarem com alunos que apresentem diferentes deficiências e necessidades específicas. No entanto, irei me ater, por ora, em apresentar a proposta de reestruturação do Napne.

7 TECENDO IDEIAS: A PROPOSTA DE PRODUTO

Nos últimos anos, vivenciamos intensas discussões sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular. Muitos documentos legais norteiam e garantem o acesso dessas pessoas nos diferentes espaços educacionais. Frente a esse contexto, o governo vem implementado políticas públicas voltadas para essa questão. Entretanto, ainda há muito a se compreender sobre o processo de inclusão, bem como sobre as ações desenvolvidas em prol da inserção e permanência das PCDs nos diferentes espaços educacionais para que assim, as escolas se tornem, de fato, um espaço inclusivo.

Guebert (2007) traz uma definição bem esclarecedora sobre a educação inclusiva quando ressalta que é uma educação que valoriza a pessoa com necessidades educativas especiais enquanto um ser humano normal, que tem sentimentos, desejos e capacidade de elaboração mental. Sob esta perspectiva, para que se consolide a inclusão no contexto educacional, as escolas precisam perceber e valorizar as pessoas com deficiências como pessoas que tem toda condição de se interagir e estar junto com o outro e são capazes de se desenvolverem em seu processo de aprendizagem. Além disso, deve desenvolver ações e programas com vistas a viabilizar a participação de todos, adequando-se (espaço, currículo, ações metodológicas e pedagógicas) para o acolhimento e atendimento das necessidades do educando.

Partindo dessa premissa, tomando como base a Pesquisa realizada no IF Baiano *Campus* Guanambi, cujo objetivo foi analisar a Política da Diversidade e Inclusão do IF Baiano, da perspectiva da promoção do acesso e permanência de pessoas com deficiência nas atividades ofertadas pelo Instituto, foi possível perceber que as ações preconizadas pela política ainda não se implementaram em sua totalidade e não atendem, de forma plena, às necessidades dos alunos com NEE. Dentre as ações implementadas na instituição, destaca-se a implantação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (Napne). O núcleo faz parte do Programas de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas e tem um importante papel no processo de ensino aprendizagem das pessoas com deficiência, conforme salientado em seção anterior.

Considerando os resultados apontados na investigação, se evidenciou que o Napne, no *Campus* Guanambi, apesar das ações e mobilizações concretizadas em prol da inclusão da pessoa com deficiência, demonstra uma estrutura limitada e que não tem conseguido atender, de fato, às necessidades do estudante com NEE e promover a efetiva participação desses no

processo de ensino aprendizagem. Muitas foram as dificuldades identificadas na estrutura atual do Napne, cabendo destacar algumas a seguir:

- Espaço físico inadequado;
- Falta de recursos de tecnologia assistiva;
- Pouco envolvimento da comunidade (professores, técnicos, gestores, alunos) nas ações realizadas;
- Falta de profissional para atendimento especializado,
- Recurso financeiro insuficiente para implementação das ações;
- Ausência da equipe multiprofissional

Frente ao exposto, muitas reflexões surgiram sobre a forma como o Núcleo se encontra estruturado e o seu papel no processo de ensino e aprendizagem no contexto de uma escola inclusiva. Foi partindo dessa reflexão e das constatações oriundas desse estudo que se fez necessário apresentar uma proposta de reestruturação do Napne, de modo que possa se implementar ações e projetos voltados para o atendimento às necessidades específicas e garantir a permanência e saída com êxito dos alunos com NEE do Instituto.

Sob essa égide, a proposta que ora se apresenta parte do princípio de que se faz necessário que as escolas adotem, de fato, uma cultura inclusiva, de modo que possa garantir o acesso e a permanência dos educandos, estabelecendo uma relação humana, acolhedora e cidadã, permitindo a todos a participação efetiva e plena em seu processo de ensino aprendizagem.

Uma escola inclusiva, segundo Mantoan (2005), requer mudanças e reorganização das práticas escolares. É preciso repensar planejamentos, formação de turmas, currículo, avaliação e gestão do processo avaliativo. Assim sendo, incluir o aluno com deficiência em um ambiente regular de ensino não se limita apenas à matrícula. Neste sentido, Guenther salienta que:

A política de inclusão de alunos na rede regular de ensino não consiste somente na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades (GUENTHER, 2003, p. 47).

A partir da premissa, considerando o contexto atual da educação, em que as discussões e reflexões acerca do processo de inclusão estão latentes, é que se propõe ao IF

Baiano a possibilidade de consolidar um contexto educacional inclusivo, onde sejam respeitadas as especificidades dos educandos com deficiência, com vistas a promover, não só o acesso, mas garantir a permanência, a consolidação da autonomia e a saída exitosa desses atores sociais da instituição, por meio da reestruturação do Napne, com o acompanhamento e monitoramento do processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência.

Oportuno se faz mencionar que se espera que a presente proposta se consolide, não apenas como instrumento de acompanhamento das ações do processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência, mas como instrumento institucional, com vista a promover ações inclusivas, que envolvam toda a comunidade escolar, efetivando de forma plena a inclusão.

7.1 TÍTULO DA PROPOSTA

A reestruturação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Deficiência (Napne) do IF Baiano – *Campus* Guanambi: consolidando o acompanhamento e monitoramento do processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência.

7.2 OBJETIVO CENTRAL

Reestruturar o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Deficiência (NAPNE) do IF Baiano – *Campus* Guanambi, com vistas a consolidar o acompanhamento e monitoramento do processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência.

A proposta de Reestruturação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Deficiência – Napne, aqui apresentada, será desenvolvida considerando os seguintes aspectos:

- Pedagógico,
- Físico
- Administrativo,
- Financeiro

7.2.1 *Objetivos específicos*

- Pedagógicos:

- Reorganizar os processos; metodológicos e curriculares de modo a adequá-los às necessidades dos alunos com deficiência.
- Implantar novos instrumentos de trabalho para a efetiva participação e inclusão das pessoas com deficiência.
- Organizar um observatório para o mapeamento dos alunos com deficiência inseridos na instituição e acompanhamento do processo de inclusão no IF Baiano-*Campus* de Guanambi
- Criar diretrizes para o acompanhamento e monitoramento do processo de aprendizagem dos alunos com deficiência.
- Físico
 - Reestruturar o espaço físico do Napne, munindo-o de equipamentos pedagógicos e de tecnologia assistiva, adequados à demanda do núcleo.
- Administrativo e Financeiro
 - Buscar junto a Direção Geral, Reitoria e MEC a contratação de servidores capacitados em Atendimento Educacional Especializado.
 - Pleitear, junto a Direção Geral/ Reitoria, a ampliação dos recursos financeiros destinados ao Napne para efetivação das ações inclusivas.

7.3 METAS

- Pedagógicas
 - Efetivar, em 100%, a adequação metodológica e curricular no IF Baiano, em um período mínimo de três anos
 - Garantir pelo menos 90% da participação efetiva dos alunos com deficiência nas atividades de aprendizagem.
 - Realizar 100% do mapeamento dos alunos com deficiência do IF Baiano-*Campus* de Guanambi.
 - Acompanhar e monitorar o processo de ensino aprendizagem de 100% dos alunos com deficiência inseridos no *Campus*.

- Físicas
 - Reestruturar, em um período mínimo de dois anos, 100% do espaço físico do Napne, garantindo a aquisição de equipamentos pedagógicos e de tecnologia assistiva necessários para o processo de aprendizagem da pessoa com deficiência.

- Administrativas e Financeiras
 - Efetivar a contratação mínima de 100% dos profissionais de Atendimento Educacional Especializado para o atendimento e acompanhamento do aluno com deficiência.
 - Garantir um recurso mínimo de 3% do orçamento do *Campus* para a consolidação das ações inclusivas no Napne

7.4 PÚBLICO ALVO

- Alunos com deficiência atendidos pelo Napne, no IF Baiano – *Campus* Guanambi

7.5 CRONOGRAMA

Visando ao cumprimento das metas faz-se necessário que se estabeleça um cronograma para a execução das ações, conforme se apresenta a seguir:

REESTRUTURAÇÃO DO NAPNE			
	AÇÕES	EXECUÇÃO	METAS
Pedagógicas	Reorganização curricular e adequação metodológica para atendimento à NEE	Início: julho de 2017	100% de adequação curricular em, no mínimo, 3 anos
	Criação de Observatório para mapeamento e acompanhamento dos alunos com NEE	Início: setembro de 2017	100% de mapeamento dos alunos com NEE e acompanhamento do processo de ensino aprendizagem
	Elaboração de diretrizes para acompanhamento do processo de ensino aprendizagem do NEE	Início: setembro de 2017	Efetivar em 100% o acompanhamento do processo de ensino aprendizagem do aluno com NEE
Físicas	Ampliação/adequação/construção do espaço físico do Napne	Início: janeiro de 2018	100% de espaço físico disponível em, no mínimo, 2 anos
	Aquisição de equipamentos pedagógicos recursos de tecnologia assistivas para atendimento ao aluno com NEE	Início: setembro de 2017	Garantia de 100% dos recursos em, no mínimo, 2 anos
	Contratação de profissional de AEE, via concurso público, para atendimento ao aluno.	Ano de 2017	Garantia de 100% de contratação para atendimento ao aluno com NEE
	Elaboração de projetos, buscando junto à reitoria a garantia de no mínimo 2% do orçamento anual, para as ações para atendimento ao aluno com NEE	Início: em 2017	Garantir em um prazo mínimo de 3 anos 70% do recurso pleiteado
	Realização de curso de capacitação (AEE) para professores e demais servidores da instituição	Início em outubro 2017	Capacitar o mínimo de 80% dos servidores para o atendimento ao aluno com NEE

A reestruturação do Napne aqui proposta não deve ser vista como mais um programa ou ação isolada na tentativa de se consolidar a Política da Diversidade e Inclusão no IF Baiano. Não deve ser entendida como uma receita pronta a ser seguida para que o processo de aprendizagem inclusão dos alunos com deficiência seja exitosa. Vale enfatizar que, no processo educativo, em especial da pessoa com deficiência, não existe receita pronta, modelo único e perfeito a ser seguido. É preciso considerar as diversidades existentes em cada contexto para que sejam consolidadas as ações específicas para atendimento das necessidades

dos alunos. Para além dos objetivos traçados, o que se deseja é que o Núcleo seja repensado e reorganizado, numa perspectiva verdadeiramente inclusiva, multidisciplinar, pautado no envolvimento e participação efetiva de toda a comunidade no processo de ensino aprendizagem e construção de uma escola incluyente.

A partir dessa proposta, acredita-se ser possível a implementação efetiva das ações preconizadas pela Política da Diversidade e Inclusão, bem como estabelecer uma parceria intersetorial e planejar novas propostas que visem a ampliação do ingresso de alunos com necessidades e específicas no *Campus* Guanambi, garantindo a permanência e a preparação do aluno com NEE para atuação nos diferentes contextos sociais, com autonomia e êxito.

No momento das entrevistas e durante toda a pesquisa, foi perceptível que a proposta de reestruturação do Napne se configura um instrumento relevante para o processo de inclusão. A maioria dos participantes do estudo se demonstrou favorável à proposta. Os gestores também esboçaram interesse. Nesse sentido, espera-se que a proposta possa ser executada no *Campus* Guanambi e que possa ser disseminada e quiçá, aceita nos demais *campi*, para que assim, a Política da Diversidade e Inclusão no IF Baiano seja totalmente implementada e que a instituição se torne verdadeiramente inclusiva.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos últimos anos as discussões sobre o contexto da educação têm sido latentes. A LDB 9394/96 tem promovido muitas mudanças no sistema educacional, em todos os níveis e modalidades da educação. Dentre elas pode-se destacar a implantação da política de inclusão das pessoas com deficiência nos diversos espaços educacionais, no ensino regular.

Ao longo da história, as pessoas com qualquer tipo de deficiência eram privadas de frequentarem os espaços sociais e educacionais, pois eram percebidas como seres incapazes e improdutivos. No entanto, em virtude da ação dos movimentos sociais que culminaram em documentos legais em defesa da pessoa com deficiência e com a aprovação da LDB 9394/96, essas pessoas passam a ter garantido o direito de acesso em condições iguais no processo educativo, não mais em escolas especiais, mas em instituições do ensino regular, na perspectiva de uma educação inclusiva.

A partir desse novo cenário as instituições de ensino passam a ter a responsabilidade de propor condições necessárias para que a proposta da educação inclusiva seja consolidada. Assim, respaldado pela política nacional, o IF Baiano implantou a Política da Diversidade e Inclusão, em 2012. A política visa implantar ações e programas voltados para a eliminação de barreiras que inviabilizam a permanência do aluno com deficiência na instituição, de maneira a possibilitar que esse público alcance êxito em seu processo de ensino aprendizagem e construa a sua autonomia e a participação efetiva na sociedade.

Sob essa ótica, a pesquisa demonstrou que apesar da implantação da política e o número significativo de alunos com deficiência inseridos na instituição, as ações preconizadas foram implementadas parcialmente, não atendendo às reais necessidades dos alunos com deficiência, além disso, evidenciou-se a falta de informação e que ainda há muitas resistências e dúvidas por parte de alguns professores, gestores demais servidores sobre o processo de inclusão. Dessa maneira surgiram algumas reflexões e indagações sobre a temática que, futuramente, poderão se tornar objetos de pesquisa; a forma como foi implantada a Política no Instituto, se as ações desenvolvidas são publicizadas e de que forma? Como ocorre a participação da comunidade nas ações? Recursos financeiro para implementação das ações inclusivas, a sistematização das informações sobre os alunos e as necessidades apresentadas. Essa última, se evidenciou no momento de pesquisa documental, visto que ao se buscar informações sobre o número de alunos com necessidades específicas matriculados nos diversos *campi*, bem como quais são as deficiências apresentadas, constatou-se a

desatualização e limitação de informações por parte da Assessoria de Diversidade e Inclusão, na Reitoria do IF Baiano, sendo necessário buscar as informações junto aos Napnes.

A Política da Diversidade e Inclusão expressa diretrizes norteadoras para a consolidação da inclusão no Instituto, dentre elas destaca-se a garantia de recursos financeiros no orçamento anual do IF Baiano, para a implementação da política, a garantia de profissional especializado em atendimento ao aluno com deficiência, formação de servidores, discentes e da comunidade na temática educação inclusiva e diversidade, garantia de acessibilidade e parceria e convênios com outras instituições públicas. Entretanto, como resultado da pesquisa, constatou-se que a maioria das diretrizes ainda não foi consolidada e das implementadas, percebeu-se muitas limitações, como a exemplo, a escassez de recurso financeiro para a implementação das ações, fator que se constituiu um dos grandes entraves para a implementação plena da Política no Instituto, inadequação da estrutura do Napne para o atendimento às necessidades específicas dos alunos, além da falta de planejamento e projetos bem definidos, com vistas a se efetivar um processo de ensino aprendizagem com qualidade e êxito, na perspectiva inclusiva.

Outras problemáticas percebidas e que foram classificadas pela maioria dos entrevistados como barreira para o processo de ensino aprendizagem dos alunos com NEE foram a falta de profissional especializado para o atendimento às necessidades específicas e a falta de formação para os servidores, no intuito de propor orientações e condições mínimas para o acolhimento e interação com os alunos com NEE. Sobre esse ponto, tornou-se notório o despreparo dos professores em lidar com as deficiências.

Assim, a pesquisa aponta para a necessidade de o Instituto Federal Baiano, especialmente *Campus* Guanambi, repensar a Política da Diversidade e Inclusão, no sentido de promover uma avaliação e acompanhamento constante das ações implementadas; para a necessidade de buscar junto à Reitoria/ MEC, orçamentos mais substanciais para a realização das ações preconizadas no documento, bem como a contratação, via concurso público, de profissionais especializados para o atendimento às necessidades específicas, assegurando a permanência dos educandos com NEE no processo de aprendizagem de forma exitosa; para a promoção de cursos de formação na temática da inclusão e diversidade, maior mobilização e sensibilização da comunidade em prol da inclusão e para a necessidade de se reestruturar o Napne, munindo-o de condições básicas necessárias e adequadas (espaço físico, profissionais especializados, equipamentos, equipe multiprofissional) para o trabalho com a pessoa com deficiência, objetivando o efetivo processo de acompanhamento e monitoramento da

aprendizagem e, assim, promover a permanência e saída exitosa desses alunos da instituição. É preciso se ampliar o olhar para as diferenças, de modo a respeitar e valorizar cada particularidade do ser humano, para que assim, a Política da inclusão seja verdadeiramente efetivada não só no IF Baiano, mas em todos os espaços socioeducacionais.

REFERÊNCIAS

AIRES, L. **Paradigma Qualitativo e Práticas de Investigação Educacional** Universidade Aberta. Disponível em <<https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/2028/1/Paradigma%20Qualitativo%20e%20Pr%C3%A1ticas%20de%20Investiga%C3%A7%C3%A3o%20Educacional.pdf>> Acesso em: Outubro 2011.

ARANHA, M.S.F. Inclusão social e municipalização. **Novas diretrizes da educação especial**. São Paulo: Secretaria Estadual de Educação, 2001.

ARNAL, L. de S. P.; MORI, N. N. R. A prática pedagógica nas salas de recursos. In: **16º Congresso de leitura do Brasil, 2007, Campinas**. 16o. Congresso de leitura do Brasil – Textos Completos. Campinas: Alb-Fae/UNICAMP, 2007. v. 1. p. 1-10.

AZEVEDO, José Clóvis de. Escola cidadã: construção coletiva e participação popular. In: SILVA, Tomaz T. **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 2000, p.308-319.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 220 p.

BELONI, Belmiro M; WONSIK, Cristiane E; PEREIRA, Arcelo L. Contexto Histórico e Políticos da Educação Profissional no Século XXI: Apontamentos Introdutórios. **Anais do IV Encontro de Produção Científica e Tecnológica**: 20 a 23 de outubro de 2009/ Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão/Núcleo de Pesquisa Multidisciplinar. Campo Mourão: FECILCAMP/NUPEM, 2009. Disponível em <http://www.fecilcam.br/nupem/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=88&Itemid=1>. Acesso em: julho de/2015.

BRASIL. **Convenção Sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência**, agosto, 2009.

_____. Ministério da Educação. **Documento subsidiário à política de inclusão** / Simone Mainieri Paulon, Lia Beatriz de Lucca Freitas, Gerson Smiech Pinho. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005. 48 p.

_____. Ministério da Educação **Convenção dos direitos da Pessoa com Deficiência**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em 09/07/2015.

_____. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação**: razão, princípios e programas – PDE –, 2007.

_____. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, janeiro de 2008b. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 05 de junho de 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>>. Acesso em 25/12/2015

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. 2008a.. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em 25/07/2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Política de Inclusão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, [2008c]. Trabalho não publicado.

_____. Ministério da Educação. **Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial, 2009.

_____. Ministério da Educação. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**/Secretaria de Educação Especial. Brasília: 2010. 72 p..

_____. Ministério da Educação **Documento Subsidiário para Implementação da Política de Educação Especial: Orientações para Implementação da Política de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva**, 2012. Disponível em: <<http://www.mp.ba.gov.br/ceduc/eventos/2012.pdf>>. Acesso em 09/07/2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Regimento do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas do IF Baiano**, 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Relatório de Educação para Todos no Brasil**, 2015c. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em junho de 2016.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional: Identidade e Gestão para a Construção da Excelência**– 2015-2019. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. Disponível em: <<http://www.ifbaiano.edu.br/reitoria/wp-content/uploads/2015/06/pdi-diagramado.pdf>> Acesso em: 19 dez. 2015.

_____. Presidência da República. **Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 09/07/2015.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 2.208 de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.294, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em 25/12/2015.

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 09/07/2015.

_____. Presidência da República. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.294, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004//Decreto/D5154.htm>. Acesso em 25/12/2015.

_____. Presidência da República. **Lei 11.741, de 16 de julho de 2008**. Altera dispositivos da Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 25/12/2015.

_____. Presidência da República **Lei nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Revoga o Decreto 6571/2008. Brasília, 17 de novembro 2011. Brasília, 17 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm>. Acesso em: novembro de 2011.

_____. Presidência da República. **Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013**, que altera a Lei nº 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Disponível em: <<http://planalto.gov.br/ccivil03/leis/l9394.htm>>. Acesso em junho de 2016.

_____. Presidência da República. **Lei nº 13.134, de 06 de julho de 2015b**, que institui a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <<http://planalto.gov.br/ccivil03/leis/l9394.htm>>. Acesso em junho de 2016.

BELCHIOR, Ana Filipa Correia. Núcleo de Apoio Local: uma resposta inovadora para a pessoa em situação de sem-abrigo. **Projeto de Pesquisa** apresentado à Universidade Católica Portuguesa. Faculdade de Ciências Humanas, setembro de 2014.

BELISARIO, J. **Ensaio Pedagógico: construindo escolas inclusivas**. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

BUENO, J. G. S. Processos de inclusão/exclusão escolar, desigualdades sociais e deficiência. In: JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R. & VICTOR, S. L. (orgs). **Pesquisa e Educação Especial – mapeando produções**. Edufes, Espírito Santo, p. 105-123, 2005. SANTOS, M. P.

BUENO, J. G. S. Processos de inclusão/exclusão escolar, desigualdades sociais e deficiência. In: JESUS, D. M.; BAPTISTA, C. R. & VICTOR, S. L. (orgs). **Pesquisa e Educação Especial – mapeando produções**. Edufes, Espírito Santo, p. 105-123, 2005. SANTOS, M. P.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho (Org.). **Educação inclusiva: fundamentos históricos, conceituais e legais**. Bauru: UNESP/FC, 2012. (Coleção: Práticas educacionais inclusivas). 201 p. il. V. 2

CAMPOS, R. H. F. Helena Antipoff: razão e sensibilidade na psicologia e na educação. **Estudos Avançados**. São Paulo/SP, 2003, vol. 17, num. 49, pp. 209-323.

CANALI, H.B. A Trajetória da Educação Profissional no Brasil e os desafios da construção de um ensino médio à educação profissional. In: V Simpósio sobre Trabalho educação. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. **Anais**. 2009. Disponível em: <<http://www.uepg.br/formped/disciplinas/PoliticaEducativa/CANALI.pdf>>. Acesso em 25/07/2015

CARVALHO, R. E. **A nova LDB e a educação especial**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

_____. Removendo **barreiras para a aprendizagem**: educação inclusiva. 5ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

_____. **Atendimento Educacional Especializado**: Aspectos Legais e orientações pedagógicas. São Paulo/SP, 2007. 60 p.

_____. **Educação Inclusiva**: com os pingos nos “is”. 5 ed. Porto Alegre: Mediação, 2007.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1995.

CHRISTOPHE, M. A legislação sobre a educação tecnológica no quadro da educação profissional brasileira. IETS. Rio de Janeiro: Janeiro/2005.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: método qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre, 2010. 296 p.

CUNHA, L. A. Ensino médio e ensino profissional: da fusão à exclusão. **Tecnologia e Cultura**, Ano 2, 2: 25-42, jul.-dez., 1998.

DAMÁZIO, M. F. M. (Org.). **Atendimento Educacional Especializado**: Deficiência Auditiva. São Paulo.SP: MEC/SEESP, 2007. 52p.

SCOREL, Sarah. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

DUTRA, Claudia P.; SANTOS, Martinha C. D. dos; GUEDES, Martha T. **Manual de Orientação**: programa de implantação de sala de recursos multifuncionais. Brasília: MEC/SEESP, 2010.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva. 2001

FAVERO. E. A. G. **Direito das Pessoas com deficiência**: garantia de igualdade na diversidade. Rio de Janeiro/RJ: WVA, 2004.

_____. **Atendimento Educacional Especializado**: Aspectos Legais e orientações pedagógicas. São Paulo/SP, 2007. 60 p.

FERNANDES, António Teixeira (1998), O Pobre em Luta pela Cidadania, **Debates Presidência da República, Pobreza, Exclusão**: Horizontes de Intervenção, Coimbra: Imprensa Nacional – Casa da Moeda

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Artmed, 2009.

GADOTTI, M. **História da Ideias pedagógicas**. São Paulo: Ática,1995.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo - coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e

Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS -. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: Acesso em: 19 dezembro. 2016.

GLAT, R. **Educação Inclusiva na Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro**: estudo etnográfico do cotidiano escolar e desenvolvimento de estratégias pedagógicas de ensino aprendizagem para alunos com necessidades educacionais especiais em classes regulares. Relatório Científico entregue para a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008 f 90.

GLAT, R.; BLANCO, L. de M. V. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, R. (org.). **Educação Inclusiva**: cultura e cotidiano escolar. (Coleção Questões atuais em Educação Especial, v. VI), Editora Sete Letras, p. 15-35, Rio de Janeiro, 2007.

GLAT, R.; FERNANDES, E. M. & PLETSCHE, M. D. Políticas de Educação Inclusiva e seus desdobramentos na rede pública de Educação do Estado do Rio de Janeiro. In: Alice Casimiro LOPES, Alice Cassimiro & MACEDO, Elizabeth Macedo. (Orgs.). **Políticas de currículo no Brasil e em Portugal**. Porto/Portugal: Profedições (p. 3), 2008.

GONSALVES, E. P. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 2001.

GUEBERT, Miriam Célia Castellain. **Inclusão**: uma realidade em discussão. 2.ed. Curitiba: Ibope, 2007.

GUENTHER, Z. C. O Aluno bem-dotado na escola re-gular: celebrando a diversidade, incluindo as diferenças. In: **Revista Escritos sobre Educação**, Ibitiré, vol. 2, n.1, p.43-54, jan-jun, 2003.

GUERRA, Paula. Da exclusão social à inclusão social: eixos de uma mudança paradigmática. **Revista Angolana de Sociologia**, 10|2012, 91-110.

HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987

JOSÉ FILHO, PE. M & DALBERIO, O. **Desafios da Pesquisa** – Franca: UNESP – FHDSS, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de Pesquisa**. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva (org.). **Educação inclusiva**: escolarização, política e formação docente. Brasília: Líber, 2011.

MAZZOTA, M.J.S. **Educação especial no Brasil**: histórias e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1996.

_____, Marcos J.S. **Educação Especial no Brasil**: História e políticas públicas. 5 ed., São Paulo: Cortez Editora, 2005.

MANTOAN, M. T. E. (1998) Ensino Inclusivo/Educação (de qualidade) para todos. In. **Revista Integração**, Ministério da Educação e do Desporto, SEESP, ano 8, n. 20. p. 30-32.

_____. Maria Teresa Eglér. Caminhos pedagógicos da inclusão: a formação do professor tal como a concebemos e realizamos. Campinas: LEPED/FE/UNICAMP, 2001ra Moderna, 2001.

_____. M. T. E. Inclusão escolar: caminhos e descaminhos, desafios, perspectivas. **Revista Outro Olhar**. Ano IV, nº 4. Belo Horizonte: outubro, 2005.

_____. Maria Teresa Eglér. Inclusão é o Privilégio de Conviver com as Diferenças. **Nova Escola**, maio, 2005

_____. Ensinando a turma toda: as diferenças na escola. **São Paulo**, 2008.

_____. (Org.). **O desafio das Diferenças nas Escolas**. Ed. Petrópolis, 2011, 152 p.

MATTOS, P.L. C. L. de. Entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise. **RAP**. 39 (04) . 823-47 jul. /ago. Rio de Janeiro. 2005.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processo. Porto Alegre, Artmed, 2004.

MENDES, E.G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. V. 11, p. 387-405, 2006.

MINAYO, M. C. S. (Org.). (2001). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Rio de Janeiro: Vozes.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. Quantitative and Qualitative Methods: Opposition or Complementarity? **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, 9 (3): 239-262, jul./sep., 1993.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva**: Contextos sociais. Porto Alegre: Artmed,2003.

PAULINO, M. M. Inclusão em educação: Uma visão geral. *In*: **Inclusão em educação**: Culturas, políticas e práticas. São Paulo: Cortez, 2006. p. 11-15.

PEREIRA, P. A. Centralização e exclusão social: duplo entrave à política de assistência social. **Revista Ser Social**, nº 3, jul./dez. 1998.

PUGLISI, M.L.; FRANCO, B. Análise de conteúdo. 2. ed. Brasília: Líber Livro, 2005.
SILVA

POPAY, J.; ESCOREL, S.; HERNÁNDEZ, M.; JOHNSTON, H.; MATHIESON, J.; RISPEL, L. Understanding and Tackling Social Exclusion. Final Report to the WHO Commission on Social Determinants of Health from the Social Exclusion Knowledge Network, 2008.

QUAGLIO, C. (1913). A solução do problema pedagógico social da educação da infância anormal de inteligência no Brasil, São Paulo, Typ, Espíndola & Comp.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1989.

RODRIGUES, Maria Lucia & LIMENA, Maria Margarida C. (Orgs.). **Metodologias multidimensionais em ciências humanas**. Brasília: Líber Livro Editora, 2006. Série pesquisa v. 14.

SANTOS, M. P. (1997). A inclusão da criança com necessidades educativas especiais. **Fórum Permanente de Educação e Saúde**, promovido pelo Instituto Phillippe Pinel, PUC-RJ/UFRJ

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8 eds. Rio de Janeiro: WVA, 2010d.

_____, Romeu K. **Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos**. São Paulo: RNR, 2003.

_____, Romeu Kazumi. **Educação inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1996.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *In* **29ª Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa e Educação (ANPEd)** em Caxambu, MG, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234.pdf>>. Acesso em 25/06/2016

STAINBACK, Susan & STAINBACK, Willian. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

TAVARES. Moacir Gubert. Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil. *In*: **IX Anped Sul**. Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul. 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/177/103>>

TEIXEIRA, A. S. **Educação é um Direito**, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

UNESCO. **Declaração de Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas**. Espanha, 1994. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em 15/12/2015>. Acessado em: 25 nov. 2015.

VASCONCELLOS, Celso dos S: **Planejamento Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico Laderos Libertad-1**. 7º Ed. São Paulo, 2000.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Planejamento: Projeto de Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para a elaboração e a realização. 16 ed. São Paulo: Libertad, 2006 (1995). (**Cadernos Pedagógicos do Libertad**; v.1).

_____. **Orientações para a inclusão**. Garantindo o Acesso à Educação para Todos. Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. Paris. 2005.

WITTACZIK, Lidiane Soares. Educação Profissional no Brasil: Histórico. E-Tech: **Atualidades Tecnológicas Para Competitividade Industrial**, v. 1, n. 1, p. 77-86, 1º sem. 2008. Disponível em <<http://revista.ctai.senai.br/index.php/edicao01/article/download/26-106-1-PB.pdf>>

APÊNDICES

APÊNDICE 1 - QUESTIONÁRIO APLICADO - PESQUISA DE CAMPO

<p>UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95 MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO</p>	<p>DEDC - CAMPUS I Departamento de Educação</p>  <p>UNEB UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA</p>  <p>GESTEC Mestrado Profissional Gestão e Tecnologias Aplicadas a Educação</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

QUESTIONÁRIO APLICADO- PESQUISA DE CAMPO

(Público-alvo: professores que atuam com alunos com deficiência no IF Baiano- *Campus*
Guanambi)

Mestranda/Pesquisadora: Andréia Rego da Silva Reis

Orientadora: Professora Dra. Célia Tanajura Machado

Projeto de Pesquisa: Política da Diversidade e Inclusão para Pessoas com Deficiência do IF
Baiano-*Campus* Guanambi

1 Identificação do entrevistado

Instituto Federal Baiano-*Campus* _____

Nome: _____

Área / Disciplina em que atua: _____

Tempo de atuação na Instituição: _____

2 Questões específicas

2.1 você conhece a Política da Diversidade e Inclusão do IF Baiano?

Sim () Não () Parcialmente ()

2.2 Você acredita que a Política de Diversidade e Inclusão tem contribuído para o processo de inclusão das pessoas com deficiência no Instituto?

Sim () Não () Parcialmente ()

2.3 Você atua em mais de um curso onde tenha alunos com deficiência matriculados?

Sim () Não ()

Em caso afirmativo, quais? _____

2.4 Você sabe o que é o Núcleo de Atendimento as Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE)?

Sim () Não ()

Descreva o que sabe sobre o NAPNE: _____

2.5 Enquanto Professor (a) que atua em salas com alunos com deficiência, você planeja suas ações metodológicas visando atender as necessidades dos alunos, adequadas às suas deficiências?

Sim () Não () Parcialmente ()

2.6 Atualmente, como você caracteriza as ações adotadas pelo IF Baiano no que diz respeito a Inclusão?

Suficientes () Insuficientes ()

Justificar sua resposta:

2.7 No que diz respeito a Política de Inclusão do IF Baiano, você tem conhecimento se são desenvolvidas estratégias para a eliminação de barreiras físicas, de comunicação e atitudinal para a efetivação da inclusão?

Sim () Não () () Parcialmente

Em caso afirmativo, descreva como você caracteriza essas estratégias:

2.8 Você acredita que a Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano tem possibilitado condições necessárias para a permanência das pessoas com deficiência no cursos em que se encontram matriculados?

Sim () Não () Parcialmente ()

2.9 Na sua concepção, quais seriam as dificuldades enfrentadas para que seja garantida a permanência do aluno com deficiência no *Campus*?

2.10 Do seu ponto de vista, a Política de Diversidade e Inclusão tem contribuído para o desenvolvimento de ações pedagógicas que envolvam e viabilizem a participação efetiva do aluno com deficiência nas atividades propostas?

Sim () Não () () Parcialmente

Em caso afirmativo, especificar de que forma:

2.11 Que estratégias tem sido desenvolvidas por você, enquanto professor, para a garantia da permanência e do processo de ensino aprendizagem do aluno com deficiência na Instituição?

2.12 Informações complementares:

Registre aqui as suas considerações adicionais sobre a Política da Diversidade e Inclusão do IF baiano:

APÊNDICE 2 – QUESTIONÁRIO APLICADO – PESQUISA DE CAMPO

<p>UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95 MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO</p>	<p>DEDC - CAMPUS I Departamento de Educação</p>  <p>UNEB UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA</p>	 <p>GESTEC Mestrado Profissional Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

QUESTIONÁRIO APLICADO - PESQUISA DE CAMPO (Público-alvo: alunos com deficiência do IF Baiano- *Campus* de Guanambi)

Mestranda/Pesquisadora: Andréia Rego da Silva Reis
Orientadora: Professora Dra. Célia Tanajura Machado
Projeto de Pesquisa: A Política da Diversidade e Inclusão para Pessoas com Deficiência do IF Baiano-*Campus* Guanambi

1 Identificação do Entrevistado

<p>Instituto Federal Baiano – <i>Campus</i> Guanambi</p> <p>Curso acadêmico: _____ _____</p> <p>Semestre/ano: _____ _____</p>

2 Questões específicas

2.1 Você conhece a Política da Diversidade e Inclusão do IF Baiano?

Sim () Não () Parcialmente ()

2.2 Você acredita que a Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano tem garantido o acesso da pessoa com deficiência na Instituição?

Sim () Não () Parcialmente ()

2.3 Para você, quais seriam as maiores dificuldades para se garantir a permanência do aluno com deficiência da instituição?

2.4 E quanto ao processo de aprendizagem, em sua concepção, você acredita que a Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano tem contribuído para esse processo?

Sim () Não () () Parcialmente

Em caso afirmativo, de que forma?

2.5 E no que diz respeito à permanência de alunos com deficiência nos diversos cursos ofertados pelo Instituto, você acredita que tem sido consolidadas ações que possibilitam essa permanência?

Sim () Não () Parcialmente ()

2.6 Em relação ao corpo docente, como você percebe a relação desse com a Política de Diversidade e Inclusão?

2.7 Quanto as atividades desenvolvidas pelo professor, você percebe adequações das metodologias utilizadas, de modo que possa promover a sua participação de forma efetiva?

Sim () Não () Parcialmente ()

2.8 Em relação ao Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE, você recebe atendimento necessário, de modo a auxiliá-lo em processo de ensino aprendizagem?

() Sim Não ()

Em caso afirmativo, quais?

2.9 Além da implantação do NAPNE, você tem conhecimento de outras ações que o IF Baiano tem realizado visando a permanência das pessoas com deficiência na Instituição ?

() Sim () Não

Em caso afirmativo, elenque quais são as ações:

2.10 Para você, a Política de Inclusão do IF Baiano tem viabilizado estratégias eficazes para a eliminação de barreiras físicas, atitudinais e de comunicação que dificultam o processo de ensino aprendizagem das pessoas com deficiência ?

Sim () Não () Parcialmente ()

2.11 De modo geral, você acredita que a Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano tem contribuído para o inclusão das pessoas com deficiência no Instituto?

() Sim Não () Parcialmente ()

2.12 Informações complementares:

Registre comentários que julgar necessário/ relevantes sobre a Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano:

APÊNDICE 3- ROTEIRO DE ENTREVISTA – PESQUISA DE CAMPO

<p>UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95 MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO</p>	<p>DEDC - CAMPUS I Departamento de Educação</p>  <p>UNEB UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA</p>  <p>GESTEC Mestrado Profissional Gestão e Tecnologias Aplicadas a Educação</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

ROTEIRO DE ENTREVISTA- PESQUISA DE CAMPO

(Público-alvo: gestores do IF Baiano- *Campus* Guanambi)

Mestranda/Pesquisadora: Andréia Rego da Silva Reis

Orientadora: Professora Dra. Célia Tanajura Machado

Projeto de Pesquisa: A Política da Diversidade e Inclusão para Pessoas com Deficiência do IF Baiano-*Campus* Guanambi

1 Identificação do entrevistado

Instituto Federal Baiano:

Formação acadêmica: _____

Cargo: () Técnico Administrativo () Técnico em Assuntos Educacionais () Docente

Qual função exerce? _____

Tempo de atuação como gestor na instituição: _____

2 Questões específicas

2.1 O que significa para você a inclusão de pessoas com deficiência?

2.2 Você conhece a Política de Diversidade e Inclusão do Instituto Federal Baiano?

2.3 Você poderia enumerar algumas das ações preconizadas pela Política de Diversidade e Inclusão para a garantia do acesso das pessoas com deficiência no Instituto?

2.4 E quanto à permanência desses alunos, que ações você elencaria?

2.5 Você acredita que essa política tem contribuído de forma efetiva para a permanência de pessoas com deficiência, nos diversos cursos ofertados pelo Instituto?

2.6 Descreva o envolvimento do grupo gestor do IF Baiano na consolidação da Política de Diversidade e Inclusão.

2.7 Na sua concepção, quais seriam as dificuldades enfrentadas para que seja garantida a permanência do aluno com deficiência no *Campus*?

2.8 Que estratégias tem sido adotadas por você, enquanto gestor, para a aplicabilidade da Política da Diversidade e Inclusão na Instituição?

2.9 Para você, que contribuições da política de inclusão podem ser percebidas na instituição no que diz respeito ao processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência?

2.10 Você acredita que o IF Baiano se tornou uma Instituição Inclusiva a partir da Política de Diversidade e Inclusão?

2.11 Você considera que o Instituto possui planejamento preciso e definido para atender às necessidades dos alunos com deficiência em seu processo de ensino aprendizagem?

2.12 Você considera importante a criação de uma Comissão Permanente para o acompanhamento e monitoramento do processo de ensino aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais específicas na instituição? Justifique sua resposta.

2.13 Registre aqui as suas considerações adicionais sobre a política de inclusão do IFBaiano:

--

APÊNDICE 4 - ROTEIRO DE ENTREVISTA – PESQUISA DE CAMPO

<p>UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95 MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO</p>	<p>DEDC - CAMPUS I Departamento de Educação</p>  <p>UNEB UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA</p>  <p>GESTEC Mestrado Profissional Gestão e Tecnologias Aplicadas</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

ROTEIRO DE ENTREVISTA- PESQUISA DE CAMPO

(Público-alvo: técnicos em assuntos educacionais que atuam no NAPNE IF Baiano- *Campus* Guanambi)

Mestranda/Pesquisadora: Andréia Rego da Silva Reis

Orientadora: Professora Dra. Célia Tanajura Machado

Projeto de Pesquisa: A Política da Diversidade e Inclusão para Pessoas com Deficiência do IF Baiano-*Campus* Guanambi

1 Identificação do entrevistado

Instituto Federal Baiano:

Formação acadêmica: _____

Cargo: () Técnico Administrativo () Técnico em Assuntos Educacionais () Docente

Qual função exerce? _____

Tempo de atuação como na instituição: _____

2 Questões específicas

2.1 O que significa para você a inclusão de pessoas com deficiência?

2.2 Você conhece a Política de Diversidade e Inclusão do Instituto Federal Baiano?

2.3 Você poderia enumerar algumas das ações preconizadas pela Política de Diversidade e Inclusão para a garantia do acesso das pessoas com deficiência no Instituto?

2.4 E quanto à permanência desses alunos, que ações você elencaria?

2.5 Você acredita que essa política tem contribuído de forma efetiva para a permanência de pessoas com deficiência, nos diversos cursos ofertados pelo Instituto?

2.6 Descreva o envolvimento do grupo gestor do IF Baiano na consolidação da Política de Diversidade e Inclusão.

2.7 Na sua concepção, quais seriam as dificuldades enfrentadas para que seja garantida a permanência do aluno com deficiência no *Campus*?

2.8 Que estratégias tem sido adotadas por você, enquanto técnicos em assuntos educacionais atuante no NAPNE, para a aplicabilidade da Política da Diversidade e Inclusão na Instituição?

2.9 Para você, que contribuições da política de inclusão podem ser percebidas na instituição no que diz respeito ao processo de ensino aprendizagem dos alunos com deficiência?

2.10 Você acredita que o IF Baiano se tornou uma Instituição Inclusiva a partir da Política de Diversidade e Inclusão?

2.11 Você considera que o Instituto possui planejamento preciso e definido para atender às necessidades dos alunos com deficiência em seu processo de ensino aprendizagem?

2.12 Você considera importante a reestruturação do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Deficiência (NAPNE) do UF Baiano-*Campus* Guanambi de modo que possa se consolidar o acompanhamento e monitoramento do processo de ensino aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais específicas na instituição? Justifique sua resposta.

2.13 Registre aqui as suas considerações adicionais sobre a política de inclusão do IFBaiano:

--

APENDICE 5- TERMOS DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – (ALUNO COM DEFICIÊNCIA)

<p>UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95 MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO E TECNOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO</p>	<p>DEDC - CAMPUS I Departamento de Educação</p>  <p>UNEB UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA</p>  <p>GESTEC Mestrado Profissional Gestão e Tecnologias Aplicadas a Educação</p>
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº 466/12 DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome _____ do _____ Participante:
_____ Documento _____ de
Identidade nº: _____ Sexo: F () M ()
Data de Nascimento: ____ / ____ / ____
Endereço:
_____ Complemento: _____
Bairro: _____ Cidade: _____ CEP: _____
Telefone: (____) _____ / (____) _____ / _____

II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:

TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA: Política de Diversidade e Inclusão para Pessoas com Deficiência no IF Baiano- Campus Guanambi

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Andréia Rêgo da Silva Reis

Cargo/Função: Professora do Ensino Básico Técnico e Tecnológico do IF Baiano- Campus Guanambi.

3. Orientação: Profa. Dra. Célia Tanajura Machado

III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:

8.1.1.1.1 O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa de Mestrado de Andréia Rego da Silva Reis intitulada “**Política de Diversidade e Inclusão para Pessoas com Deficiência no IF Baiano- Campus Guanambi**”, sob orientação da pesquisadora Célia Tanajura Machado, docente da Universidade do Estado da Bahia que tem como objetivo *investigar se a Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano atende à demanda quanto ao acesso e permanência de pessoas com deficiência no instituto e se esta contribui para a efetivação da autonomia e o desenvolvimento pleno e para práticas de participação social no âmbito educacional.*

8.1.1.1.1.2 Essa pesquisa intenta beneficiar o processo formativo na perspectiva inclusiva do referido Instituto, trazendo benefícios ao seu corpo discente e docente a partir da proposta de Implantação de uma Comissão Permanente de acompanhamento e monitoramento do processo de ensino aprendizagem e construção da autonomia da pessoa com deficiência, no IF Baiano.

8.1.1.1.1.3 Caso aceite participar, e seja aluno com deficiência, irá responder a um questionário que será aplicado presencialmente, disponibilizado segundo às necessidades de cada participante (cópia em braille, Fonte ampliada,etc). Tais processos serão conduzidos pela mestrandia Andréia Rêgo da Silva Reis, do Programa de Pós-Graduação *stricto Sensu* em Gestão em Tecnologias Aplicadas à Educação - GESTEC.

8.1.1.1.1.4 Devido à coleta de informações o(a) senhor(a) poderá se sentir constrangido (a) ou incomodado (a) ao se lembrar ou relatar ações ou momentos não exitosos na instituição. Sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e, portanto, o (a) Sr(a) não será identificado e não será exposto a qualquer situação discriminatória. Caso queira, o (a) senhor(a) poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a Instituição. Quaisquer dúvidas que o (a) senhor(a) apresentar serão esclarecidas pela pesquisadora e o (a) Sr(a) caso queira poderá entrar em contato também com o Comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileira o (a) Sr (a) tem direito a indenização caso seja prejudicado por esta pesquisa. O (a) senhor (a) receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Andréia Rego da Silva Reis

Endereço: Avenida Castelo Branco, nº 920 Bairro: Aeroporto Velho. Guanambi/Ba. CEP . 46430-000 **Telefone:** (77) 991300515 /(77) 99170099 , **E-mail:**

andreia.reis@ifbaiano.edu.br

Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UNEB Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2445 e-mail: cepuneb@uneb.br

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP SEPN 510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília-DF

V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo(a) pesquisador(a) sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa “ **Política de Diversidade e Inclusão para Pessoas com Deficiência no IF Baiano- Campus Guanambi**”, e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar de livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra a via que a mim destina.

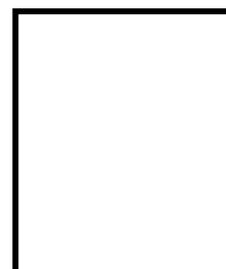
_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do responsável legal do participante/ testemunha

Assinatura do pesquisador discente
(orientando)

Assinatura do professor responsável
(orientador)



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA

Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96.

Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95

**MESTRADO PROFISSIONAL GESTÃO E TECNOLOGIAS
APLICADAS À EDUCAÇÃO**DEDC - CAMPUS I
Departamento
de Educação**UNEB**
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA**GESTEC**Mestrado Profissional
Gestão e Tecnologias**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

ESTA PESQUISA SEGUIRÁ OS CRITÉRIOS DA ÉTICA EM PESQUISA COM SERES HUMANOS CONFORME RESOLUÇÃO Nº 466/12 DO
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE.

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

Nome _____ do _____ Participante:

Documento de Identidade nº: _____ Sexo: F () M ()

Data de Nascimento: ____ / ____ / ____

Endereço:

_____ Complemento: _____

Bairro: _____ Cidade: _____ CEP: _____

Telefone: (____) _____ / (____) _____ /

Matrícula Siape: _____

II - DADOS SOBRE A PESQUISA CIENTÍFICA:**TÍTULO DO PROTOCOLO DE PESQUISA:** Política de Diversidade e Inclusão para
Pessoas com Deficiência no IF Baiano- Campus Guanambi**PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL:** Andréia Rêgo da Silva Reis**Cargo/Função:** Professora do Ensino Básico Técnico e Tecnológico do IF Baiano-
Campus Guanambi.**3. Orientação:** Profa. Dra. Célia Tanajura Machado**III - EXPLICAÇÕES DO PESQUISADOR AO PARTICIPANTE SOBRE A PESQUISA:**

8.1.1.1.1.5 O (a) senhor (a) está sendo convidado (a) para participar da pesquisa de Mestrado de Andréia Rego da Silva Reis intitulada “**Política de Diversidade e Inclusão para Pessoas com Deficiência no IF Baiano- Campus Guanambi**”, sob orientação da pesquisadora Célia Tanajura Machado, docente da Universidade do Estado da Bahia que tem como objetivo *investigar se a Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano atende à demanda quanto ao acesso e permanência de pessoas com deficiência no instituto e se esta contribui para a efetivação da autonomia e o desenvolvimento pleno e para práticas de participação social no âmbito educacional.*

8.1.1.1.1.6 Essa pesquisa intenta beneficiar o processo formativo na perspectiva inclusiva do referido Instituto, trazendo benefícios ao seu corpo discente e docente a partir da proposta de

Implantação de uma Comissão Permanente de acompanhamento e monitoramento do processo de ensino aprendizagem e construção da autonomia da pessoa com deficiência, no IF Baiano.

8.1.1.1.1.7 Caso aceite participar, e seja docente, irá responder a um questionário, e caso o (a) Senhor (a) seja Gestor ou componente de equipe técnico em assuntos educacionais atuantes no Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas será entrevistado. Tais processos serão conduzidos pela mestrande Andréia Rêgo da Silva Reis, do Programa de Pós-Graduação *stricto Sensu* em Gestão em Tecnologias Aplicadas à Educação - GESTEC.

8.1.1.1.1.8 Devido à coleta de informações o(a) senhor(a) poderá se sentir constrangido (a) ou incomodado (a) ao se lembrar ou relatar ações ou momentos não exitosos na instituição. Sua participação é voluntária e não haverá nenhum gasto ou remuneração resultante dela. Garantimos que sua identidade será tratada com sigilo e, portanto, o (a) Sr(a) não será identificado. Caso queira, o (a) senhor(a) poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar sua autorização. Sua recusa não trará prejuízo em sua relação com a pesquisadora ou com a Instituição. Quaisquer dúvidas que o (a) senhor(a) apresentar serão esclarecidas pela pesquisadora e o (a) Sr(a) caso queira poderá entrar em contato também com o Comitê de ética da Universidade do Estado da Bahia. Esclareço ainda que de acordo com as leis brasileira o (a) Sr (a) tem direito a indenização caso seja prejudicado por esta pesquisa. O (a) senhor (a) receberá uma cópia deste termo onde consta o contato dos pesquisadores, que poderão tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

V. INFORMAÇÕES DE NOMES, ENDEREÇOS E TELEFONES DOS RESPONSÁVEIS PELO ACOMPANHAMENTO DA PESQUISA, PARA CONTATO EM CASO DE DÚVIDAS

PESQUISADOR(A) RESPONSÁVEL: Andréia Rego da Silva Reis

Endereço: Avenida Castelo Branco, nº 920 Bairro: Aeroporto Velho. Guanambi/Ba. CEP . 46430-000 **Telefone:** (77) 991300515 /(77) 99170099 , **E-mail:** andrea.reis@ifbaiano.edu.br

Comitê de Ética em Pesquisa - CEP/UNEB Rua Silveira Martins, 2555, Cabula. Salvador-BA. CEP: 41.150-000. Tel.: 71 3117-2445 e-mail: cepuneb@uneb.br

Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP SEPN 510 NORTE, BLOCO A 1º SUBSOLO, Edifício Ex-INAN - Unidade II - Ministério da Saúde CEP: 70750-521 - Brasília-DF

V. CONSENTIMENTO PÓS-ESCLARECIDO

Declaro que, após ter sido devidamente esclarecido pelo(a) pesquisador(a) sobre os objetivos benéficos da pesquisa e riscos de minha participação na pesquisa “ **Política de Diversidade e Inclusão para Pessoas com Deficiência no IF Baiano- Campus Guanambi**”, e ter entendido o que me foi explicado, concordo em participar de livre e espontânea vontade, como voluntário consinto que os resultados obtidos sejam apresentados e publicados em eventos e artigos

científicos desde que a minha identificação não seja realizada e assinarei este documento em duas vias sendo uma destinada ao pesquisador e outra a via que a mim destina.

_____, _____ de _____ de _____.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador discente
(orientando)

Assinatura do professor responsável
(orientador)

